ANA KELI DE QUEIROZ
LEONARDO DE ÁRAUJO E MOTA
MARIA JACKELINE FEITOSA CARVALHO

PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO ESPACIAL EM CAMPINA GRANDE:

O EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL MAJOR VENEZIANO I (2010-2015)

Ano 2023

ANA KELI DE QUEIROZ
LEONARDO DE ÁRAUJO E MOTA
MARIA JACKELINE FEITOSA CARVALHO

PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO ESPACIAL EM CAMPINA GRANDE:

O EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO RESIDENCIAL MAJOR VENEZIANO I (2010-2015)

Ano 2023

CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS APLICADAS

Produção e apropriação espacial em Campina Grande-PB: o caso do empreendimento imobiliário residencial Major Veneziano I

Diagramação: Natália Sandrini de Azevedo
Correção: Flávia Roberta Barão
Indexação: Amanda Kelly da Costa Veiga
Revisão: Os autores
Autores: Ana Keli de Queiroz
Leonardo de Áraujo e Mota
Maria Jackeline Feitosa de Carvalho

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Q3 Queiroz, Ana Keli de
Produção e apropriação espacial em Campina Grande-PB: o caso do empreendimento imobiliário residencial Major Veneziano I / Ana Keli de Queiroz, Leonardo de Áraujo e Mota, Maria Jackeline Feitosa de Carvalho. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2023.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-258-0924-3
DOI: https://doi.org/10.22533/at.ed.243232301

1. Desenvolvimento urbano. 2. Habitação. I. Queiroz, Ana Keli de. II. Mota, Leonardo de Áraujo e. III. Carvalho, Maria Jackeline Feitosa de. IV. Título.

CDD 711.4

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná – Brasil
Telefone: +55 (42) 3323-5493
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

DECLARAÇÃO DOS AUTORES

Os autores desta obra: 1. Atestam não possuir qualquer interesse comercial que constitua um conflito de interesses em relação ao conteúdo publicado; 2. Declaram que participaram ativamente da construção dos respectivos manuscritos, preferencialmente na: a) Concepção do estudo, e/ou aquisição de dados, e/ou análise e interpretação de dados; b) Elaboração do artigo ou revisão com vistas a tornar o material intelectualmente relevante; c) Aprovação final do manuscrito para submissão.; 3. Certificam que o texto publicado está completamente isento de dados e/ou resultados fraudulentos; 4. Confirmam a citação e a referência correta de todos os dados e de interpretações de dados de outras pesquisas; 5. Reconhecem terem informado todas as fontes de financiamento recebidas para a consecução da pesquisa; 6. Autorizam a edição da obra, que incluem os registros de ficha catalográfica, ISBN, DOI e demais indexadores, projeto visual e criação de capa, diagramação de miolo, assim como lançamento e divulgação da mesma conforme critérios da Atena Editora.

DECLARAÇÃO DA EDITORA

A Atena Editora declara, para os devidos fins de direito, que: 1. A presente publicação constitui apenas transferência temporária dos direitos autorais, direito sobre a publicação, inclusive não constitui responsabilidade solidária na criação dos manuscritos publicados, nos termos previstos na Lei sobre direitos autorais (Lei 9610/98), no art. 184 do Código Penal e no art. 927 do Código Civil; 2. Autoriza e incentiva os autores a assinarem contratos com repositórios institucionais, com fins exclusivos de divulgação da obra, desde que com o devido reconhecimento de autoria e edição e sem qualquer finalidade comercial; 3. Todos os e-book são *open access, desta forma* não os comercializa em seu site, sites parceiros, plataformas de *e-commerce,* ou qualquer outro meio virtual ou físico, portanto, está isenta de repasses de direitos autorais aos autores; 4. Todos os membros do conselho editorial são doutores e vinculados a instituições de ensino superior públicas, conforme recomendação da CAPES para obtenção do Qualis livro; 5. Não cede, comercializa ou autoriza a utilização dos nomes e e-mails dos autores, bem como nenhum outro dado dos mesmos, para qualquer finalidade que não o escopo da divulgação desta obra.

Dedico este trabalho com todo o meu carinho a meus pais (José e Maria Ana) sem os quais não teria chegado até aqui. Foram estes que com seus esforços sempre me guiaram e me deram força para seguir em frente.

AGRADECIMENTOS

Esta pesquisa intitulada "Produção e Apropriação Espacial em Campina Grande: o empreendimento imobiliário residencial Major Veneziano I" é resultado de muito esforço e trabalho coletivo, por isso gostaria de agradecer a um conjunto de pessoas que colaboraram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho.

Portanto, primeiramente quero agradecer a DEUS e a Nossa Senhora do Carmo por sempre me guiar, proteger e mostrar o caminho a seguir.

Agradeço imensamente aos meus pais por todo o empenho e apoio em minha formação.

Ao Professor Leonardo Mota por me orientar em todas as etapas deste trabalho de maneira dedicada e paciente.

A Professora Jackeline Feitosa que aceitou ser minha coorientadora neste trabalho, que com todo o seu empenho e ensinamentos muito me ajudou.

A todos os meus colegas de turma por todos os momentos, em especial aos meus amigos Maynne e Thiago, com vocês vivi todos os momentos deste curso e sempre pude contar com o seu apoio e amizade.

A minha amiga e irmã Ionara Araújo que desde a graduação tem sido uma amiga muito fiel, que sempre me auxilia em todos os momentos da minha vida, nesta etapa em especial também pude contar com seu apoio e conhecimentos acadêmicos para a construção deste trabalho.

A Fabricia, secretária do MDR, que com seu trabalho, carinho e dedicação sempre nos auxilia da melhor maneira possível nos assuntos relacionados ao Mestrado em Desenvolvimento Regional.

A todos os moradores do Residencial Major Veneziano I aos quais tive a oportunidade de conhecer e conviver um pouco, a estes agradeço imensamente por todos os ensinamentos que me passaram desde aqueles que pude traduzir em palavras e colocar neste texto até aqueles que devo levar para a vida, como o exemplo de força e determinação para enfrentar os obstáculos desta vida.

A D. Rosalva Macedo, Assistente Social da Seplan responsável por desenvolver o Técnica do Trabalho Social no residencial.

A todos os amigos, em especial aos amigos e irmãos da Ordem Terceira do Carmo que sempre me apoiaram e incentivaram em meus estudos. Por fim, agradeço a todos que de alguma forma contribuíram para que eu chegasse até aqui.

“O desenvolvimento, na realidade, diz respeito às metas da vida. Desenvolver para criar um mundo melhor, que responda às aspirações do homem e amplie os horizontes de expectativas. Só há desenvolvimento quando o homem se desenvolve” Celso Furtado.

APRESENTAÇÃO

O presente livro trata sobre o desenvolvimento da política de habitação social em Campina Grande-PB através de uma pesquisa realizada no mestrado em desenvolvimento regional da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), tal pesquisa buscou analisar e mostrar os aspectos do desenvolvimento urbano do município a partir da análise do empreendimento imobiliário Residencial Major Veneziano I, fruto da política de habitação social. A pesquisa foi realizada a partir de aspectos bibliográficos e de campo a partir de visitas ao empreendimento para coleta de dados e entrevistas com os moradores e com técnicos da Secretaria de Planejamento (SEPLAN) responsáveis por implantar a politica de habitação social no município. Buscou-se analisar aspectos como: requisitos para participar do programa, procedimentos para escolha das famílias, percepção dos moradores acerca da moradia, acesso a serviços básicos de saúde, educação e segurança, relação com o entorno, entre outros aspectos. No decorrer do livro vemos também uma análise sobre o desenvolvimento e apropriação do espaço urbano, aspectos da urbanização brasileira, o processo de urbanização de Campina Grande, as desigualdades sociais expressas no habitar, aspectos da política de habitação e sua implantação no município. Essa pesquisa buscou mostrar a percepção acerca da política de habitação social pelo olhar, sobretudo, dos moradores do empreendimento, analisando como estes foram inseridos em uma nova realidade de habitação, bem como a forma como estes se apropriam e se relacionam com o espaço em que vivem, mostrando também toda infraestrutura (do condomínio) ou a falta dela (aparelhos sociais como escola, creche, Posto de Saúde e etc.) e a forma como essas famílias se relacionam entre si. Constatando-se que a política de habitação social vai muito além da entrega de uma moradia para diminuição do déficit habitacional, mas que também deve oferecer uma boa estrutura social que garanta aos beneficiados condições dignas de moradia, educação, saúde, lazer, transporte e segurança em seu entorno. Por fim, espera-se que o presente livro possa contribuir com a discussão sobre a temática de habitação social e desenvolvimento urbano, bem como servir de fomento para outras pesquisas.

SUMÁRIO

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS

BNH – Banco Nacional de Habitação.

CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba.

CEHAP – Companhia Estadual de Habitação Popular.

CNDU/BIRD – Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano/ Banco Internacional. para Reconstrução e Desenvolvimento.

CURA – Comunidade Urbana para a Recuperação Acelerada.

FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano.

MCMV – Minha Casa Minha Vida.

PAC/OGU – Programa de Aceleração do Crescimento/ Orçamento Geral da União.

PNCPM – Programa Nacional para Cidades de Porte Médio.

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar.

PROUNI – Programa Universidade para Todos.

PSF – Programa Saúde da Família.

PTTS – Programa de Trabalho Técnico Social.

RECIME – Rede Cidades Médias.

SEBRAE – Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas.

SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.

SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.

SEPLAN – Secretaria de Planejamento do Município.

SFH – Sistema Financeiro de Habitação.

SINE – Sistema Nacional de Emprego.

UBSF – Unidade Básica de Saúde da Família.

UFCG – Universidade Federal de Campina Grande.

UFPB – Universidade Federal da Paraíba.

ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social.

RESUMO

O atual processo de urbanização das cidades torna desafiador analisar a apropriação do espaço, que resulta em uma expansão do tecido urbano das cidades, além de uma crescente demanda por bens e serviços destinados à satisfação das necessidades da população, como o acesso à água, à energia, à educação, à assistência médica, à habitação, entre outros. Essa apropriação do espaço urbano ocorre de maneira distinta entre os diferentes grupos sociais, visto que alguns têm acesso a uma melhor infraestrutura e localização enquanto outros são relocados para áreas precárias, com pouca ou nenhuma infraestrutura e distantes dos serviços básicos como escolas, creches e hospitais, bem como do centro da cidade. Em Campina Grande, pode-se observar que o processo de produção da cidade ocorre de maneira muitas vezes excludente e contraditória, porquanto em certos momentos a busca pelo moderno acaba por excluir a população de baixa renda das áreas centrais do município, "empurrando-a" para as áreas periféricas, esse processo deu origem a áreas aglomeradas com pouca infraestrutura. Este trabalho consiste em um estudo sobre a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande a partir da análise do empreendimento imobiliário Major Veneziano I, no período de 2010 a 2015. Para atingir os objetivos propostos, os métodos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo de caráter qualitativo, mediante etnografia e aplicação de entrevistas semiestruturadas com residentes do empreendimento e técnico da Secretaria de Planejamento do Município responsável pelo trabalho social no local. Constatamos, a partir da pesquisa de campo, algumas dificuldades das famílias em relação ao "viver" no local, pois o residencial carece de uma infraestrutura social que possibilite a essa população o acesso a serviços como saúde, educação, segurança, além de acesso ao comércio de forma adequada e igualitária, fato que faz com que essas famílias se sintam "isoladas" da cidade. Verificou-se também a dificuldade de adaptação dos beneficiários em relação à nova forma de "residir" em um condomínio que exige dos indivíduos um maior cumprimento dos deveres e obrigações que visam o bem estar coletivo.

PALAVRAS-CHAVE: Desenvolvimento Urbano. Produção do Espaço. Habitação. Campina Grande.

ABSTRACT

The current process of urbanization of cities challenges researchers to analyze the appropriation of space, as an result of expansion urban cities, as well of the growing demand for goods and services for the satisfaction of people's needs, such as access to water, energy, education, health care, housing, among others. This appropriation of urban space occurs differently among different social groups, while some have access to better infrastructure and locations; others are relocated to poor areas with little or no infrastructure and away from basic services such as schools, day care centers and hospitals. In the city of Campina Grande, it can be observed that the city`s production process occurs so often exclusive and contradictory, because the search for modernization ends up excluding the low-income population of the central areas of the city, "pushing them" to the outlying areas. This process has led to crowded areas with poor infrastructure. This paper aims to conduct a study on the creation and use of urban space in Campina Grande analyzing the real estate Major Veneziano I, in the period between 2010 - 2015. To achieve the proposed objective, the research methods used were bibliography research and qualitative field research using ethnography study and the application of semi-structured interviews with the real state residents and the coach of Municipality`s Planning Department responsible for social work on that place. We found out on the field research that there are some difficulties of the families in relation how to "live" on the real state, because the residential needs of a social infrastructure that enables this population access to services such as health, education, security, access to trade properly and equally, a fact that makes these families to feel in a "isolated" city. There was also the difficulty of adapting the beneficiaries about the new way to "live" in a real state that requires individuals a greater compliance regarding duties and obligations that are needed to their collective well-being.
KEYWORDS: Urban Development. Space Production. Housing. Campina Grande.

INTRODUÇÃO

O espaço urbano é resultado do seu processo histórico, caracterizado principalmente por sua cultura e pela sociedade que abriga, no qual o modo de produção capitalista recria novas formas, originando paisagens com características cada vez mais urbanas e modernas. O uso do solo urbano na atualidade está submetido à propriedade privada, que transformou esse espaço em mercadoria, a qual vem se valorizando ao longo do tempo. A configuração espacial das cidades brasileiras contemporâneas tem ocorrido de forma intensa e desigual, empurrando boa parte da população pobre para áreas periféricas, distantes do centro e com pouca ou nenhuma infraestrutura básica.

Tomando-se por base o conceito de "desenvolvimento" como uma ampliação do crescimento econômico (pois o crescimento econômico por si só não gera desenvolvimento), o desenvolvimento urbano deve ser fruto da expansão do tecido urbano conferindo acesso a esse espaço a todos os grupos sociais. Atualmente pensar sobre a cidade significa analisar o meio urbano a partir de suas contradições, pois a cidade se constitui como uma construção humana, produto social do trabalho materializado com novas formas de ocupação.

A produção do espaço urbano se caracteriza pela forma como esse espaço é construído através dos empreendimentos e a apropriação se refere a como o mesmo é ocupado pelos diferentes grupos sociais. Nesse sentido, é necessário um melhor planejamento da cidade, que possa conferir aos grupos sociais de menor poder aquisitivo o acesso a serviços como saúde, educação, moradia, segurança, entre outros.

A nova dinâmica espacial impacta diretamente no planejamento urbano da cidade, caracterizado como o processo de criação e desenvolvimento de projetos que visam à melhoria da qualidade de vida dos habitantes de determinada região. Esse planejamento, por sua vez, deve levar em consideração aspectos territoriais da região, como o solo, o relevo e a distribuição espacial. Um planejamento urbano eficiente é aquele que apresenta boas condições de mobilidade, habitação e serviços públicos, e oferece aos habitantes da região condições de interação social e profissional (PEREIRA, 2008).

O presente trabalho contempla a produção e apropriação do espaço urbano em Campina Grande a partir da análise de um empreendimento específico o Condomínio Residencial Major Veneziano I, destinado à população de baixa renda por intermédio do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal, buscou-se, a partir desse empreendimento analisar a ocupação e o uso do solo urbano levando em consideração não apenas a questão do acesso à moradia, mas também o acesso a toda uma infraestrutura básica que possibilita uma melhor qualidade de vida a população. Além de, refletir sobre a

produção e apropriação do espaço urbano na contemporaneidade, analisar o processo de apropriação espacial em uma área especifica da cidade, avaliar o acesso a serviços básicos como: saúde, educação, segurança, transporte e comércio pela população residente no local e identificar como se dá o processo de convivência (relações sociais) entre os moradores; e com as demais áreas ao entorno do empreendimento. Nesse contexto, partindo-se da discussão sobre a produção espacial urbana nosso recorte temporal contempla o espaço de tempo entre os anos de 2010 (quando o empreendimento começou a ser construído) a 2015.

O município de Campina Grande está localizado no agreste do estado da Paraíba sobre o planalto da Borborema, e abriga atualmente uma população de 385.213 mil habitantes, de acordo com o censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). A cidade possui empreendimentos imobiliários construídos ou em construção em muitas áreas até bem pouco tempo inabitadas, além de em áreas mais distantes do centro da cidade, como é o caso do condomínio residencial Major Veneziano I que foi construído a partir de 2010 e entregue as famílias contempladas com a moradia em dezembro de 2013.

Para atingir os objetivos propostos, os métodos de pesquisa utilizados foram a pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo de caráter qualitativo, mediante etnografia e aplicação de entrevistas semiestruturadas com residentes do empreendimento e técnico da Secretaria de Planejamento do Município responsável pelo trabalho social no local. Este estudo está estruturado em capítulos dispostos da seguinte forma: no primeiro capítulo apresenta-se um resgate teórico do conceito de desenvolvimento, bem como se realiza uma análise da produção e apropriação do espaço urbano e algumas reflexões sobre a cidade. No segundo capítulo abordam-se as questões urbanas na contemporaneidade, a reestruturação produtiva e a mercadorização da cidade, a urbanização brasileira, o processo de urbanização de Campina Grande-PB, as desigualdades sociais expressas no habitar, o residencial Major Veneziano I e a síntese do plano de trabalho técnico social do residencial. No terceiro capítulo, por fim, apresenta-se a caracterização do lócus de análise da pesquisa, o caminho utilizado em seu desenvolvimento, e os dados coletados – com a sua consequente análise – acerca do objeto de estudo deste trabalho.

Constatamos, a partir da pesquisa de campo, algumas dificuldades das famílias em relação ao "viver" no local, pois o residencial carece de uma infraestrutura social que possibilite a essa população o acesso a serviços como saúde, educação, segurança, além de acesso ao comércio de forma adequada e igualitária, fato que faz com que essas famílias se sintam "isoladas" da cidade. Verificou-se também a dificuldade de adaptação dos beneficiários em relação à nova forma de "residir" em um condomínio que exige

dos indivíduos um maior cumprimento dos deveres e obrigações que visam o bem estar coletivo. Nesse sentido, considera-se relevante compreender a dinâmica desse processo e sua atuação sobre o desenvolvimento local, a partir de uma reflexão sobre o rumo que as cidades de porte médio, a exemplo de Campina Grande, estão seguindo em busca do desenvolvimento.

DESENVOLVIMENTO E ESPAÇO URBANO

Estudar a produção do espaço urbano significa analisar como são criados e recriados os espaços que atendem ou não aos anseios da coletividade, em meio a uma sociedade que cresce em termos de população e que possui valores pautados na lógica capitalista de ampliação do capital. Em todo esse processo segue-se a busca pelo desenvolvimento como se discute a seguir.

BREVES NOTAS SOBRE DESENVOLVIMENTO

O interesse na definição do processo de desenvolvimento desencadeou o surgimento de algumas abordagens que possibilitaram diversas interpretações, a exemplo da cunhada por Amartya Sen (2010), segundo a qual o desenvolvimento é sinônimo de liberdade, pois consiste na remoção de vários tipos de restrições que impedem as pessoas de exercerem suas ações racionais, ou por Ignacy Sachs (2008), que defende um desenvolvimento includente, no qual todos tenham seus direitos civis, cívicos e políticos garantidos.

Sachs (2008) ainda argumenta que o desenvolvimento é um conceito multidimensional cujos objetivos são sempre sociais e éticos, e que contém uma condição explicita que se refere à preocupação com as gerações futuras. O autor considera que o desenvolvimento não existe sem o crescimento, como também o crescimento por si só não gera o desenvolvimento; ao contrário, pode estimular o mau desenvolvimento, aumentando as desigualdades sociais.

Portanto, segundo a concepção mais comum sobre desenvolvimento, trata-se de um processo que deve abranger muito mais que a simples acumulação de riqueza (crescimento econômico), tendo como propósito reduzir as privações ou ampliar as escolhas de cada indivíduo. Nesse sentido, o desenvolvimento é tido como um processo de expansão das liberdades reais dos indivíduos que as desfrutam, que contemplam, entre outras, a liberdade política, de consumo, de venda e de troca, de oportunidades sociais. Logo, a liberdade é o fim, o objetivo e o meio para se alcançá-lo. Assim, sob o aspecto social - aquele que leva em consideração os interesses legítimos de toda a sociedade -, o desenvolvimento não é meramente econômico, abrangendo também o aspecto socioespacial, visto que não é somente a produção de bens e o progresso tecnológico que irão influenciar o nível de bem-estar e de justiça social em uma sociedade (SEN, 2010; SOUZA, 2003).

Com a ascensão capitalista surge uma nova estrutura espacial que apresenta diversas contradições. Essas estruturas espaciais se manifestam na forma fixa e imóvel de recursos de transporte, nas instalações fabris e em outros meios de produção e consumo. O desenvolvimento capitalista precisa superar o delicado equilíbrio entre preservar o valor

dos investimentos passados em capital na construção do ambiente e destruí-lo depois para abrir espaço novo para a acumulação (HARVEY, 2005).

Não se pode falar em desenvolvimento sem se remeter essa ideia ao conceito de espaço. O espaço une e separa o homem na busca da ampliação do lucro; assim, sua manipulação constitui um mecanismo de ampliação da lucratividade mediante a especulação com o mesmo. O espaço como paisagem se transforma de acordo com as mudanças socioprodutivas, e quanto mais rápidas e profundas forem estas, maiores os impactos que exercem sobre aquele, resultando em aumento das necessidades de adequação do ser humano a essa nova espacialidade (SANTOS, 2004 apud PEREIRA, 2008). A produção e apropriação desse novo espaço, desse modo, impacta diretamente no modo de vida da sociedade, como será destacado a seguir.

PRODUÇÃO E APROPRIAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

De acordo com Albuquerque e Zapata (2008, p. 218), “a política de desenvolvimento local é uma resposta dos diferentes territórios, cidades e regiões frente às exigências da mudança estrutural na atual fase de transição tecnológica”. As exigências a que se refere os principais atores sociais produzem o espaço, e compreendem os capitalistas, o Estado e os trabalhadores, que transformam o meio de acordo com o desenvolvimento das forças produtivas. É necessário, portanto, entender como se fundamenta a economia de mercado que direciona o capital para as áreas de seu interesse. A distribuição do espaço é feita mediante a viabilização dos melhores ganhos econômicos em detrimento de uma cidade planejada para a população. O mercado imobiliário serve a duas expectativas: a primeira ligada a um aspecto mais funcional, no qual os empreendimentos imobiliários são valorizados por sua funcionalidade e/ou proximidade com outros empreendimentos valorizados; e a segunda, ao valor simbólico do bem imobiliário (SILVA, 2012).

O espaço se distingue, quanto às suas características, que surgiram a partir do desenvolvimento das sociedades humanas, entre espaço urbano e rural. O espaço urbano está relacionado à configuração das cidades, e o rural, à configuração do campo. A dimensão urbana é evidenciada a partir do processo de constituição e desenvolvimento das cidades, resultado do conflito entre os produtores do espaço urbano, e sua produção emerge das diversas contradições que se refletem na forma como é produzido, ocupado e transformado (PEREIRA, 2008).

O uso do solo urbano no mundo moderno submete-se à propriedade privada mediante a mercadorização do espaço, que se reproduz enquanto mercadoria cambiável que vai delimitando os espaços passíveis de apropriação, revelando a fragmentação imposta pelo sentido e amplitude da generalização da propriedade privada do solo urbano.

O espaço produzido é reduzido a uma função específica, e quanto mais funcionalizado esse espaço, menor a possibilidade de que venha a ser objeto de apropriação. Nesse processo, o cidadão é reduzido à condição de usuário, enquanto o ato de habitar se reduz ao de morar. Tal processo reproduz a segregação socioespacial, visível no plano da paisagem, a partir de uma espacialização profundamente hierarquizada socialmente, na medida em que a habitação é a forma mais visível das diferenciações de classe no espaço (CARLOS, 2007b).

Para se compreender o processo de produção espacial urbana é preciso identificar os agentes sociais envolvidos, como os proprietários fundiários e dos meios de produção, os promotores imobiliários, o Estado e os grupos sociais excluídos. Os primeiros agentes são os que moldam e especulam o espaço de acordo com a demanda da população de renda média e alta. Já os grupos sociais excluídos são tidos como aqueles que produzem as favelas, ocupam terrenos públicos ou privados e se tornam agentes moldadores desses espaços. O Estado deve ser o mediador do conflito gerado entre os atores citados, embora, em alguns casos haja de modo mais favorável aos grupos que detém o capital (CORREIA, 1995 apud SANTOS, 2008).

Harvey (1980 apud SANTOS, 2008, p. 181-182) destaca que "Há numerosos e diversos atores no mercado de moradia, e cada grupo tem um modo distinto de determinar o valor de uso e o valor de troca", identificando os seguintes grupos: os usuários de moradia, os corretores de imóveis, os proprietários, os incorporadores e construtores, as instituições financeiras e as instituições governamentais.

Segundo Souza (2004), Castells e Harvey, em suas criticas ao pensamento conservador nos estudos urbanos, promoveram uma espécie de "desnaturalização" da análise da produção do espaço urbano. Os autores apresentaram os problemas sociais da cidade, encarando o espaço urbano como um produto social e os "problemas urbanos" como questões relacionadas com a dinâmica das relações de produção e a estrutura de poder na sociedade capitalista.

Um desenvolvimento urbano autêntico vai além da expansão do tecido urbano na esteira do crescimento econômico e da modernização tecnológica. Não é meramente um aumento da área urbanizada e nem mesmo um aumento da sofisticação do espaço urbano, mas um desenvolvimento feito da cidade e para a cidade, de modo a promover melhorias na qualidade de vida da população e maior justiça social (SOUZA, 2003).

O espaço urbano é modificado ao se transformar a sociedade, e em cada uma das transformações havidas insere-se uma temporalidade particular própria do momento. Cada apropriação do espaço define uma nova lógica que adquire conteúdo com um devir social especifico, no qual se tecem o individual e o coletivo (NICOLAS, 2002).

O solo urbano é fragmentado por meio de diversas formas de apropriação, seja para o trabalho, para o lazer, para morar, para consumo, entre outros aspectos, espaços separados que se interligam por intermédio das relações desenvolvidas pela sociedade. Ele aparece como uma mercadoria que é produzida e vendida enquanto solo urbano, cujo conteúdo está submisso à troca e à especulação, assentado que se encontra na propriedade privada da terra, o que resulta em sua apropriação diferenciada por diferentes extratos da sociedade. Esse processo ocasiona o estranhamento do lugar, com a perda das referências produzindo um constante movimento de atração-expulsão da população do centro para a periferia e vice-versa (CARLOS, 2002).

Se o processo de reprodução de capital por um lado diz respeito ao processo de realização e acumulação de capital, por outro se refere ao desenvolvimento da vida humana. No espaço urbano, por exemplo, fundem-se os interesses do capital, a ação do Estado e a luta dos moradores como forma de resistência contra a segregação do espaço residencial e pelo direito à cidade. O espaço urbano é mais que um modo de produzir, mas também de consumir, pensar, sentir, etc. Portanto, é na materialização da divisão espacial do trabalho que aparecem as relações contraditórias do processo de reprodução do capital (CARLOS, 2007b).

O espaço social é tanto um produto das relações sociais quanto um condicionador das mesmas. A organização espacial e as formas espaciais refletem o tipo de sociedade que as produziu e influenciam os processos subsequentes. Logo, a produção do espaço de determinada maneira exclui outras possíveis alternativas, algumas vezes em caráter permanente. Isso ocorre devido ao elevado custo de sua reestruturação, seja em razão da destruição do patrimônio natural ou histórico-arquitetônico (CARLOS, 2007b; SOUZA, 2003).

Toda essa transformação no espaço da cidade ocorre de maneira gradativa, algumas vezes de forma mais rápida e outras de forma mais lenta, ambas relevantes, porém, como objeto de estudo, como se pode observar a seguir.

REFLEXÕES SOBRE A CIDADE

De acordo com Acselrad (2008) a identidade das cidades é cada vez mais um processo de legitimação. A reprodução das relações sociais urbanas põe em pauta as dimensões da governabilidade política concreta das contradições urbanas e a legitimidade dos discursos e ações dos diferentes atores sociais da cidade. Atualmente, nas condições emergentes de um regime de acumulação flexível, um novo modo de regulação urbana estaria sendo gerado a partir do encontro entre as políticas de lugar e as políticas de produção, que resulta no elevado nível de mobilidade dos capitais (JESSOP, 2003 apud

ACSELRAD, 2008).

Segundo Rodrigues (2001, p. 23):

> No conjunto das cidades, a maior parte das edificações – cerca de 70% – corresponde às unidades habitacionais. A produção destas unidades pode ter sido realizada no circuito imobiliário urbano, que representa a produção tipicamente capitalista. Este circuito vincula-se: a) á propriedade da terra, ou seja, há uma definição jurídica legal sobre a terra; b) ao processo de incorporação imobiliária através de loteamentos regulares; c) à indústria de construção civil, tanto a de insumos para a construção, quanto para a de edificação; d) e aos financiamentos, ou seja, ao capital financeiro. De modo geral, esta produção corresponde à menor parte das edificações para moradia, cerca de 10 a 20% das unidades. Numericamente mais expressiva é a produção de casas pelo processo de autoconstrução – cerca de 70% das edificações nas grandes cidades.

O autor acrescenta que

> A produção de casas por este processo vincula-se parcialmente ao circuito imobiliário urbano; a indústria de edificação está ausente, já que é o próprio moradorque edificará sua moradia. Há também, toda uma produção da casa – e da cidade – que não está vinculada ao circuito imobiliário: são as favelas e as ocupações de terras. Está ausente a legitimidade jurídica da propriedade da terra, a incorporação imobiliária, a indústria de edificação e por vezes até a indústria de construçãorelativa os insumos; mas produzem casa e cidades. (RODRIGUES, 2001, p. 23-24).

Cavalcanti (2001 apud SANTOS, 2008) disserta que compreender a cidade e explicar sua produção espacial implica entender esse processo relacionado à sua forma, pois muito mais que uma simples localização e arranjo de lugares, a cidade expressa um modo de vida que não está ligado somente à vertente econômica, mas também a todos os aspectos da vida, sejam culturais, simbólicos, ambientais, educacionais, etc.

Santos (2008, p. 182) ressalta que:

> Por outro lado, é válido ressaltar que o espaço urbano não está preso a uma mera representação social do espaço, pois o mesmo extrapola os limites da cidade e/oudos núcleos urbanos em ascensão, pois é possível encontrar características urbanas no espaço rural e vice-versa. Tais fenômenos, nessa superposição de áreas, geram atrativos para a reprodução do capital e as condições de desenvolvimento financeiro, e por fim a urbanização dessas áreas. Enfim, a produção do espaço urbano segue os ditames do capital. O capital se reproduz no espaço artificial e a partir daí gera industrialização, urbanização, metropolização, segregação e exclusão sócio-espacial.A cidade é excludente, com cenários totalmente diferentes a classes antagônicas. Sobrevive na cidade quem pode pagar pelas amenidades que o capital oferece, e assim, desfrutá-las.

Assim, a combinação entre qualidade e quantidade das mudanças do espaço urbano ocorre de maneira distinta em pelo menos dois níveis; no primeiro, que se refere à diferenciação socioespacial, tais diferenças consistem não apenas nas desigualdades

socioespaciais, mas também nos pactos sociais e nos segmentos sociais de médio poder aquisitivo, nos mesmos espaços de vida e de consumo dos mais ricos. O segundo nível diz respeito às diferenças do ponto de vista da extensão dos tecidos urbanos, porque a relação entre o perto e o longe se estabelece de modo diverso, de acordo com o número de habitantes (SPOSITO, 2011).

Esse mesmo autor ressalta que a elaboração de projetos de loteamentos ou edificações que compõem megaprojetos de intervenção urbana caracteriza a tendência de produção espacial urbana, que segue a lógica de estruturação que articula vazios urbanos com áreas densamente edificadas e ocupadas. Portanto, quando se promove a extensão do tecido urbano e a descontinuidade territorial, os agentes de produção do espaço urbano revitalizam as noções de perto e longe elaboradas segundo uma dada formação socioespacial, reformulando as condições materiais de circulação, como as vias e os meios de transporte coletivo. Logo, "o espaço é formado por um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (SANTOS, 1994, p. 111).

Souza (2004) entende o desenvolvimento como uma mudança social positiva cujo conteúdo não deve ser definido *a priori,* à revelia dos desejos e expectativas dos grupos sociais concretos, com seus valores culturais próprios e suas particularidades histórico- geográficas. Ou seja, o desenvolvimento é uma mudança para melhor, e um "desenvolvimento" que produza efeitos colaterais sérios não é legitimo e não deve ser definido como tal. O autor finaliza sua abordagem apontando que:

> Em termos muito singelos e puramente introdutórios, pode-se dizer que se está diante de um autêntico processo de desenvolvimento sócio-espacial quando se constata uma melhoria na qualidade de vida e um aumento da justiça social. A mudança social positiva, no caso, precisa contemplar não apenas as relações sociais, mas igualmente, a espacialidade. (SOUZA, 2004, p. 61).

Para tentar orientar o processo de desenvolvimento, um dos instrumentos mais comuns é o planejamento, consistente em uma preparação para a gestão futura que busca evitar ou minimizar problemas, pois possui um papel abrangente e flexível que considere a complexidade da produção e apropriação do solo urbano e que deve considerar uma perspectiva que relacione o dualismo entre o "espontâneo" e o "planejado" nos processos de produção do espaço social (SOUZA, 2004).

Carlos (2007a) destaca que refletir sobre a cidade no Brasil é pensá-la sob o aspecto da "urbanização dependente", da qual emergem as contradições de modo mais latente. A cidade se manifesta como uma forma superior dos direitos de liberdade, individualização, socialização do habitat e da habitação. Apresenta-se como construção humana, produto

social, trabalho materializado e com novas formas de ocupação. Sua ocupação ocorre a partir da necessidade de realização de determinada ação, seja de produzir, consumir, habitar ou viver.

A cidade é tida como um conjunto de lugares apropriados e produzidos pelos grupos sociais que vivenciam tempos e ritmos diferentes. Portanto, todo lugar é produto social e espacialidade, do qual se apropriam as práticas sociais que buscam satisfazer as necessidades individuais e coletivas de reprodução e identificação espacial. A paisagem urbana é resultado da mistura de tempos passados com o presente (SALGUEIRO, 2003).

Apresenta diversos tipos de espaços dispostos de acordo com as atividades predominantes. Existem áreas de uso residencial, de comércio e serviços, entre outras. Os espaços residenciais também se diferenciam entre si sob o aspecto socioeconômico – aqui a renda é a variável principal que define essa diferenciação -, processo que reflete as diferenças entre os grupos sociais presentes na sociedade. O fenômeno da segregação residencial é um processo histórico, já que quase sempre existiram grupos que devido à sua pobreza, etnia ou outro fator foram forçados a viver em certas áreas que não ofereciam condições de qualidade de vida (SOUZA, 2003).

De acordo com Carlos (2007a), a cidade representa também o trabalho materializado, visto que apresenta um processo de produção e reprodução de um sistema específico, logo, revela-se como uma forma de apropriação do espaço urbano produzido. Tal processo tem como característica fundamental o desenvolvimento de um produto, fruto do processo social do trabalho, que aparece sob a forma de mercadoria que se realiza por meio do mercado imobiliário. De outro modo, a terra urbana é vendida e comprada no mercado imobiliário enquanto mercadoria. Assim, "o produto espacial expressa às contradições que estão na base de uma sociedade de classes e manifesta a segregação decorrente das formas de apropriação da terra que tem sua lógica no desenvolvimento desigual das relações sociais dentro da sociedade" (CARLOS, 2007b, p. 28-29).

A segregação residencial é um produto da cidade que realimenta as desigualdades. Menos segregação residencial tende a possibilitar maior interação entre os diferentes grupos sociais, razão pela qual se faz necessária a melhoria nas condições de habitação e investimentos públicos em infraestrutura técnica e social, em habitação popular, em regularização fundiária, etc., o que pode contribuir para a diminuição do preconceito contra espaços segregados típicos das cidades brasileiras como as favelas (SOUZA, 2003).

A segregação residencial está diretamente ligada às disparidades estruturais na distribuição da riqueza socialmente gerada e do poder, ou seja, deriva das desigualdades e ao mesmo tempo as retroalimenta ao condicionar a perpetuação de preconceitos e os conflitos. Superar ou reduzir a segregação depende da superação ou redução desses

problemas (SOUZA, 2003). Todas as transformações ocorridas no ambiente citadino refletem o seu processo histórico e, na atualidade, acontecem muitas vezes de maneira mais intensa, como será observado a seguir.

QUESTÃO URBANA NA CONTEMPORANEIDADE: REFLEXÕES TEÓRICAS

A crescente globalização da economia tem como principais características a rapidez das informações, as comunicações globais e a neutralização do lugar e da distância, facilitada pelo avanço da tecnologia, que permite a comunicação instantânea entre locais distantes. Na análise do processo de globalização as categorias de lugar e de produção estão centradas na alta mobilidade do capital (SASSEN, 2010).

A análise das cidades na contemporaneidade (estudo das cidades) permite especificar uma geografia de locais estratégicos, porquanto se refere aos locais que na escala global são mais dinâmicos e que servem como ponto de apoio para o desenvolvimento de diversas atividades. Esses locais estão ligados entre si pela dinâmica da globalização econômica. Durante a primeira metade do século XX, o estudo das cidades esboça a contribuição oferecida ao trabalho de importantes sociólogos, a exemplo de Max Weber, Georg Simmel, Walter Benjamin e, de maneira mais proeminente, da chamada Escola de Chicago, por meio de autores como Robert Park e Louis Wirth, e mais adiante, por Henri Lefebvre. Tais sociólogos definiram, a partir de seus estudos, uma nova formação cultural que chamaram de urbanidade, a qual está ligada à análise da qualidade do que é urbano e de como se apresenta para a sociedade (SASSEN, 2010).

A partir do entrecruzamento dos ensinamentos de tais autores da Sociologia Sassen (2010) identifica que essa ciência passou a se preocupar cada vez mais com o que se convencionou chamar de problemas sociais. E a cidade, juntamente com a sua região metropolitana, se configura como um dos espaços onde as grandes tendências macrossociais se materializam e podem se constituir como objeto de estudos, com destaque para a distribuição do espaço e a segregação urbana, a violência, entre outras.

Com a globalização surgem novas formas de se estudar a cidade a partir de sua estrutura e desenvolvimento, e ela passa a ser analisada como espaço onde emergem as novas tendências capitalistas de ocupação espacial. As cidades surgiram como um momento territorial ou escalar em uma estrutura transurbana, cuja representação não é limitada, fazendo parte de uma estrutura complexa que pode articular uma série de processos. De acordo com Sassen (2010, p. 97):

> A implantação de processos globais em grandes cidades significou que o setor internacionalizado da economia urbana expandiu-se intensamente e impôs um novo conjunto de critérios para a valoração ou precificação de atividades ou resultados econômicos. Essa tendência teve efeitos devastadores em grandes setores da economia urbana. Não foi apenas uma transformação quantitativa; vemos aqui os elementos de um novo regime econômico e suas expressões socioespaciais. Esse regime assume novas formas distintas na

> organização espacial da economia urbana, nas estruturas de reprodução social e na organização do processo de trabalho. Nessas tendências para formas múltiplas de polarização repousam as condições para a criação da pobreza e marginalidade urbanas centradas no emprego e para a formação de novas classes.

As cidades emergem como locais estratégicos para a formação de novos conceitos e para novos tipos de políticas. A grande cidade ocidental atualmente concentra a diversidade cujos espaços estão marcados pela cultura corporativa dominante, mas que também abriga muitas outras culturas e identidades.

Desse modo, as grandes cidades ao redor do mundo são o terreno onde a globalização e seus processos assumem forma concreta e localizada. Nesse sentido, pode-se considerar também que uma proporção cada vez maior de pessoas está em desvantagem social, ou seja, vive em condições precárias de moradia, sem acesso a uma educação e saúde de qualidade, concentrada nas cidades. Esses locais se tornaram lugares estratégicos onde ocorre uma série de conflitos e contradições (SASSEN, 2010).

Tomando-se por base a perspectiva de Sassen (2010), que retrata as transformações do meio citadino e das relações estabelecidas nesse espaço, e as ideias de Simmel (2005), que aborda o processo de mercadorização da cidade, pode-se perceber que tais espaços estão subordinados às condições apresentadas pelo mercado, em que a relação entre os indivíduos passa a ser mais comercial e apresenta diversas contradições, que resultam em enormes desigualdades sociais. Essas desigualdades são expressas no estilo de vida da sociedade e merece destaque a falta de acesso à moradia, educação, saúde e segurança, entre outros direitos, por parte da população mais pobre.

A cidade moderna se alimenta em grande parte da produção para o mercado, ou seja, para fregueses desconhecidos que provavelmente nunca se encontrarão com os produtores. Assim, o espírito moderno se torna um espírito contábil mediante a essência do dinheiro que afeta a relação dos elementos da vida como também a segurança na determinação de acordos e combinações sob os quais o comércio desempenha suas atividades; porém, são as condições apresentadas pela cidade grande que determinam a causa e os efeitos desse processo de comercialização (SIMMEL, 2005).

Simmel (2005, p. 582) compreende que:

> A atitude espiritual dos habitantes da cidade grande uns com os outros poderia ser denominada, do ponto de vista formal, como reserva. Se o contato exterior constante com incontáveis seres humanos devesse ser respondido com tantas quantas reações interiores – assim como na cidade pequena, na qual se conhece quase toda pessoa que se encontra e se tem uma reação positiva com todos –, então os habitantes da cidade grande estariam completamente atomizados interiormente e cairiam em um estado anímico completamente inimaginável. Em parte por conta dessa situação psicológica, em parte em virtude do dinheiro à desconfiança que temos perante os elementos da vida

> na cidade grande, que passam por nós em um contato fugaz, somos coagidos àquela reserva, na qual mal conhecemos os vizinhos que temos por muitos anos e que nos faz frequentemente parecer, ao habitante da cidade pequena, como frios e sem ânimo.

Toda a organização interior de uma vida de circulação é ampliada a partir de uma gradação multifacetada de simpatias, indiferenças e aversões das mais efêmeras às mais duradouras. Assim se formam os grupos políticos e familiares, além dos partidos políticos, as confrarias religiosas, entre outros. Tanto mais as condições e forças particulares do singular modificam o esquema geral, o que parece mais perceptível no desenvolvimento da individualidade no interior da vida citadina. Logo, sua essência mais significativa consiste nessa caracterização, para além dos limites individuais. Essa atuação volta sobre si e dá peso, consideração e responsabilidade à sua vida.

A cidade oferece cada vez mais a complexidade acentuada da divisão do trabalho capaz de absorver uma múltipla variedade de realizações, ao mesmo tempo em que a concentração dos indivíduos e sua luta exigem maior especialização dessas realizações na qual não se possa ser facilmente despojado pelo outro. A vida citadina transformou a natureza da luta pelo viver em uma batalha entre os homens, na qual o ganho que se disputa não é concedido pela natureza, mas por esses homens.

Contemporaneamente estar nas grandes cidades significa viver de forma intensa e menos tranquila. O ritmo em que funcionam exige do indivíduo maior capacidade de assimilação das informações e de realização do trabalho voltado para o mercado, em que os indivíduos que não se encaixam nesse modelo ficam à margem do processo e têm acesso restrito aos bens e serviços produzidos. De outro modo, os que oferecem serviços precisam criar necessidades sempre novas em seus clientes, o que provoca uma individualização espiritual.

O desenvolvimento da cultura moderna é caracterizado pelo domínio do espírito objetivo sobre o subjetivo, tanto na linguagem quanto no direito, na técnica de produção, na arte, entre outras disciplinas. Desse modo, a função das cidades grandes consiste em fornecer o lugar para o conflito e para a unificação dos espíritos objetivo e subjetivo, na medida em que suas condições peculiares se revelam como oportunidades e estímulos para o desenvolvimento de ambos.

Segundo Simmel (2005), o espírito objetivo deve ser visualizado como desvinculado e autônomo em relação à participação do sujeito, mas ligado ao que acontece ao seu redor sem que tenha domínio sobre a situação, enquanto o espirito subjetivo, por sua vez, como vinculado ao sujeito, que detém o controle sobre a situação.

Desse modo, o individualismo fortalece as relações quantitativas da cidade grande, que ganha um valor completamente novo na história universal do espírito. Esse novo

valor se refere ao processo de individualização do sujeito em meio à sociedade na qual a convivência é impulsionada pela competição entre indivíduos. A produção e apropriação do espaço urbano constitui a forma de viver da sociedade em meio às necessidades individuais e coletivas da população em um dado período histórico. Assim, o processo de individualização espiritual ocorre de maneira intensa nas grandes cidades, influenciando diretamente na reprodução desse espaço.

Quanto ao espaço como categoria de análise, Santos (2014) informa que é formado por dois componentes que interagem continuamente: primeiro a configuração territorial (conjunto de dados naturais mais ou menos modificados pela ação consciente do homem); segundo, a dinâmica social, conjunto de relações que definem uma sociedade em um determinado momento, abrangendo as variáveis econômicas e culturais, entre outros elementos, que a cada momento histórico agregam valor e significado à configuração territorial criada pelo homem. Portanto, o espaço total é constituído de alguns subespaços e o conjunto de cidades e das infraestruturas de transporte e comunicações formam a base sobre a qual se assentaria a economia.

Dentre as diversas características do espaço habitado, uma das mais perceptíveis é a sua heterogeneidade, seja em termos de distribuição numérica ou de sua evolução. Essas duas dimensões escondem e incluem a enorme diversidade qualitativa sobre a superfície da terra em relação a etnias, culturas, credos, níveis de vida, entre outros elementos (SANTOS, 2014).

As transformações do meio urbano estão ligadas à forma como esse espaço é habitado. Como se pode observar, a diversidade de estilos individuais e coletivos existentes na sociedade faz com que o modo de se habitar as cidades ocorra de forma particular a partir das características locais.

Segundo Castells (1983, p. 155), “a relação entre certo tipo de habitat e modos específicos de comportamento é um tema clássico da sociologia urbana”. O estilo de vida das pessoas se manifesta na representação meramente ideológica dos indivíduos e grupos, cujas reações cotidianas são marcadas por múltiplas associações, derivadas da experiência que se manifesta nos bairros de maneira distinta, separando-os pela forma como vivem (bairro popular, burguês, etc.).

A existência de localidades com fronteiras específicas como os bairros promove uma divisão socialmente significativa, que remete à divisão do espaço baseada na divisão geográfica, social, entre outras. O modo de vida social prolonga o urbano, renovando-o fora do quadro da cidade, enquanto as cidades historicamente apresentam uma diversidade de conteúdos culturais nos quais os “subúrbios” e as unidades residenciais representam um estilo de vida de acordo com sua estrutura social.

Por essa compreensão, a maneira de habitar se caracteriza de acordo com os grupos sociais, de modo que a diferenciação entre esses faz com que as normas culturais produzam inúmeros segmentos manifestando diferentes padrões de vida, diferentes orientações de valores e vários graus de participação social. Assim, as camadas mais populares são as que mostram maior coesão e maior nível de mobilização social e política.

Dessa forma, de acordo com Castells (1983), o espaço é um produto material em relação com outros elementos materiais, como o homem, que estabelece relações sociais específicas que atribuem ao espaço e aos outros elementos da combinação uma forma, uma função ou significação social. O espaço urbano é estruturado e os processos sociais que nele se desenvolvem revelam cada organização social.

Assim, para o estudo da estrutura urbana (que se refere à forma como o espaço urbano se apresenta) há que se elaborar instrumentos teóricos suscetíveis à apreensão do que é concreto e real de uma maneira significativa.

Nesse sentido, a análise da produção do espaço urbano é de importância fundamental para os estudos da evolução da cidade, da sociedade e da relação entre os indivíduos nesse espaço, e requer que se lance um olhar, ainda que breve, às diversas transformações vivenciadas em seu meio urbano pelo Brasil ao longo da história, o que ocorrerá na continuidade.

REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E MERCADORIZAÇÃO DA CIDADE

Segundo Maricato (2015), desde a Revolução Industrial a aglomeração nas cidades alcançou altos índices, servindo de base para o processo de acumulação de capital no âmbito do qual as “cidades globais”, que concentram o poder internacional, e o espaço urbano constituem força produtiva fundamental para o processo capitalista de produção.

O capital busca em cada momento histórico moldar as cidades de acordo com seus interesses – os interesses de um conjunto articulado de forças produtivas que se unem com o objetivo de aumentar o processo de acumulação –, mas esse ambiente não é construído sem contradições.

O taylorismo[1] e o fordismo[2] moldaram a sociedade ao modo de produção mecanizada, que exigia que o trabalhador se concentrasse nas cidades onde estavam instaladas as fábricas. A hegemonia do fordismo promoveu grandes mudanças sociais a

---

1. Taylorismo: modelo de administração desenvolvido por Frederick Taylor no inicio do séc. XX com o objetivo de aumentar a produção através da aplicação de um método científico de organização do trabalho, onde a produção foi sistematizada e o tempo passou a ser cronometrado (HARVEY, 1992).
2. O Fordismo foi um sistema de produção criado por Henry Ford um empresário norte americano, dono de uma fábrica de automóveis cujo principal objetivo do fordismo era o de reduzir os custos de produção e aumentar o número de consumidores. Para isto, uma esteira rolante conduzia o produto e cada funcionário executava uma pequena etapa. assim, os funcionários não precisavam sair do seu local de trabalho, o que aumentava a velocidade de produção. Não sendo necessária a utilização de mão de obra muito qualificada já que cada trabalhador executava apenas uma pequena tarefa dentro do processo de produção (LIPIETZ, Alain, 1991).

partir da disseminação de uma forte disciplina para o trabalho mecanizado e repetitivo da indústria, processo que exerceu grande influência no meio urbano, acarretando mudanças na moradia e na cidade. Já o processo de globalização produziu uma nova sociedade por meio das transformações ocorridas no Estado, nos mercados, nos processos de trabalho, na ocupação do território, entre outras instâncias.

Nos países periféricos o fordismo e o *Welfare State*[3] não abrangeram toda a sociedade, ou seja, os padrões urbanos modernos foram aplicados apenas a uma parte das cidades, que formou verdadeiras "ilhas de primeiro mundo", cercadas de ocupações ilegais por todos os lados, representadas pelas favelas, cortiços e loteamentos clandestinos. O fordismo periférico transferiu seu aparato de produção para alguns centros metropolitanos visando, inicialmente, o mercado interno da periferia capitalista. Em muitos países esse processo ficou conhecido como substituição de importações com certo controle endógeno, que ganhou caráter nacionalista, sendo conhecido como período desenvolvimentista.

Nos anos 1970 inicia-se o processo de flexibilização, que buscava acelerar o tempo de giro do capital, atingindo a estrutura produtiva em relação ao território, a organização da unidade de produção e das relações de trabalho, a diversificação dos produtos e os mercados. Outros elementos como a informação, o conhecimento, a marca e a mídia ganharam importância em um mundo impactado pela velocidade alimentada por significativos avanços tecnológicos.

Durante o *Welfare State* os países capitalistas centrais vivenciaram o aumento da produção de moradias, caracterizadas pela padronização, mediante forte subsídio Estatal; o investimento na infraestrutura urbana ocorreu em conformidade com o planejamento urbano e o controle fundiário; grandes empresas de construção e grandes sindicatos participaram dessa construção. Após 1975 o investimento estatal diminui e elevam-se os preços, a atividade especulativa e a complexidade com a flexibilidade na promoção e na produção.

A globalização nos países centrais significou a quebra do contrato social; nos países periféricos, representou o surgimento de uma nova relação de dominação e exploração que impactou profundamente a realidade local, aumentando as desigualdades numa sociedade tradicionalmente desigual, onde a maior parte da população sequer conhece os direitos universais ao emprego, previdência, saúde, educação, habitação, entre outros.

Na atualidade parte da população urbana de muitos países não tem como exercer o direito à cidade e ao mercado formal regulado pelo sistema capitalista. Essa parcela populacional busca acesso à moradia por meio de recursos próprios, construindo suas habitações sem conhecimento técnico, sem financiamento formal e sem respeito à legislação

---

3. Estado assistencial que garante padrões mínimos de educação, saúde, habitação, renda e seguridade social a todos os cidadãos.

fundiária, urbanística e edilícia. Tal prática torna-se recorrente devido ao baixo custo da força de trabalho, sobretudo durante o período desenvolvimentista, quando o fordismo se instalou nos países capitalistas periféricos em busca de novos mercados. Com o advento da globalização tal situação não mudou muito, pois o trabalhador continua inserido no sistema produtivo capitalista e excluído do mercado residencial formal, principalmente o privado, que contribui para o aumento da carência de moradias.

Nos países periféricos o mercado residencial privado é de alcance restrito, socialmente excludente e altamente especulativo. O Estado muitas vezes atua mediante aportes financeiros no setor de moradia, favoráveis às práticas do mercado imobiliário privado, em três linhas de investimento público urbano: uma orientada aos interesses do mercado imobiliário, que se alimenta da valorização dos imóveis; outra definida pelo *marketing* urbano, que favorece a valorização imobiliária; e uma definida pela relação clientelista, que responde por interesses eleitorais que usam os investimentos em áreas pobres em beneficio particular.

Nesses casos, os investimentos em infraestrutura e habitação demandados por boa parte da população não se encontram nem no mercado, nem nas politicas públicas. Assim, áreas ambientalmente frágeis (áreas alagáveis, à beira de córregos e rios, entre outras), por não apresentarem condições adequadas de moradia, muitas vezes são a alternativa de parte da população pobre para construírem suas habitações. Como consequência dessas iniciativas destaca-se a poluição dos recursos hídricos e dos mananciais, além da banalização de mortes por desmoronamentos, enchentes, epidemias, entre outros eventos, o que as torna cada vez mais insustentáveis devido ao comprometimento urbano crescente.

A urbanização dispersa nas cidades é resultado da expulsão da população pobre para a periferia, que também acarreta sérias consequências sociais e ambientais. Nesse contexto de globalização, se a mobilidade do capital aumentou a mobilidade entre as classes sociais declinou, pois a pequena parcela da população que concentra a maior parte do capital tem acesso aos melhores lugares para habitar, enquanto a maior parte da população, por ser pobre, fica restrita aos lugares muitas vezes inadequados e sem infraestrutura para a moradia.

Existem diferentes formas de se ver a cidade, o que torna mais difícil situá-la como um objeto central e estruturador das relações sociais. A mídia trata de cidades o tempo todo, porém raramente as toma como um produto que intermedeia ou pode intermediar os conflitos entre as classes sociais, afinal, o capital imobiliário é um dos grandes anunciantes que a patrocina. A máquina ideológica midiática ocupa a função de entorpecente das massas de baixa escolaridade devido ao seu poder de alienação proveniente da condição de dependência cultural.

A cidade se apresenta como o lugar da reprodução da força de trabalho. O mundo está se urbanizando crescentemente e nas cidades, a educação, a saúde, o transporte, o abastecimento e o lazer ocorrem de modo coletivo ou ampliado e dependente do Estado para se desenvolver. Questões como transporte coletivo, infraestrutura e equipamentos sociais se apresentam como necessidades cruciais da luta social nos países periféricos ou centrais na atualidade.

Como já mencionado, o capital em geral busca moldar o ambiente urbano às suas necessidades, embora mereça destaque o conjunto de capitais que revela interesse específico na produção do espaço urbano e se reproduz obtendo lucros, juros ou rendas: incorporação imobiliária, capital de construção de edificações, capital de construção pesada ou de infraestrutura e capital financeiro imobiliário.

A classe trabalhadora, de modo geral, quer da cidade, num primeiro momento, o valor de uso, visto que buscam na cidade moradia e serviços públicos de qualidade, enquanto o capital, que ganha com a produção e exploração do espaço urbano, age em função do seu valor de troca, porquanto tem na cidade uma mercadoria. Assim, a cidade é um grande negócio, e a renda imobiliária é o seu motor central.

Como explica Harvey (1982 apud MARICATO, 2015, p. 24), "entre o valor de troca da cidade mercadoria e o valor de uso da cidade condição necessária de vida para a classe trabalhadora, há uma profunda oposição que gera um conflito básico".

Nesse sentido cabe lembrar o papel do Estado na produção do espaço urbano como mediador desse conflito. É dele o controle do fundo público para investimentos, cabendo-lhe regulamentar e controlar a ocupação do solo de forma equitativa, embora algumas vezes seja favorável ao capital.

No Brasil, entre as décadas de 1980 e 1990, pesquisadores, professores universitários e profissionais de diversas áreas criaram o que se pode chamar de Nova Escola de Urbanismo, movimento pela Reforma Urbana que alcançou importantes conquistas, entre as quais o Estatuto das Cidades (Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001), que concentra instrumentos jurídicos voltados para a justiça urbana, conjunto de entidades como o Ministério das Cidades, criado em 2003, e as secretarias nacionais de habitação, mobilidade urbana e saneamento ambiental, que retomaram a politica urbana de forma democrática; as Conferências Nacionais das Cidades (que ocorreram em 2003, 2005 e 2007); e a criação do Conselho Nacional das Cidades, em 2004, que consolidaram os espaços voltados à participação direta das lideranças sindicais.

Nos Governos Lula e Dilma, as políticas sociais implementadas resultaram em diversos investimentos, com destaque para os programas Bolsa família, Universidade para Todos (Prouni), de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) e Luz para Todos.

A construção civil foi umas das áreas prioritárias da política de crescimento econômico devido aos investimentos em infraestrutura e habitação.

Esse aumento ocorreu a partir de 2007, quando o governo federal lançou o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), mantendo-se em 2009, por ocasião do surgimento do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), que tinham como prioridade a realização de obras de melhoria da infraestrutura nacional e a construção de habitação para as classes populares. Assim, o PAC se concentrou no financiamento da infraestrutura econômica (rodovias, ferrovias, portos, aeroportos, etc.) e da infraestrutura social (esgoto, drenagem, destino do lixo, recursos hídricos, pavimentação, etc.). Também federalizou o Programa de Urbanização das Favelas buscando requalificar e regularizar áreas ocupadas ilegalmente.

Já no âmbito do MCMV a construção residencial é a prioridade - retoma-se a visão empresarial da política habitacional com a construção de novas casas, porém, sem se levar em consideração o espaço urbano em seu conjunto, sobretudo a cidade, que já se encontra comprometido pela urbanização desordenada. Com a finalidade de enfrentar a crise de 2008, pela primeira vez um programa apresenta uma politica habitacional subsidiada pelo Governo Federal e consegue concluir uma reforma no financiamento imobiliário que vinha sendo prometida desde a década de 1990.

Este novo contexto promoveu um furacão imobiliário que revolucionou desde bairros residenciais até mesmo as periferias distantes com recursos do MCMV. O programa em muitos casos empurrou os pobres para áreas além dos antigos limites, onde falta planejamento urbano por parte dos municípios, enquanto a especulação ocorreu livremente, auxiliada por politicas públicas que identificam valorização imobiliária com progresso.

Nesse sentido, com a retomada dos investimentos em habitação, saneamento e transporte urbano por parte do governo federal ocorreu um intenso processo de especulação fundiária e imobiliária, que promoveu a elevação do preço da terra e dos imóveis. Foi a primeira vez que o governo federal repassou subsídios significativos para que as camadas de renda mais baixa também tivessem acesso à moradia, segundo Villaça (2012 apud MARICATO, 2015, p. 40):

> Para não remeter todas as críticas ao governo federal, é preciso lembrar que a questão urbana/fundiária é de competência constitucional dos municípios ou do governo do Estado, quando se trata de região metropolitana. Mas nenhuma instância de governo tocou nas propostas de Reforma Urbana, sequer em discurso. Em relação ao poder local, houve um retrocesso. O “modo petista de governar” recuou. A centralidade da terra urbana se tornou uma soma de obras descomprometidas com o processo de planejamento. Os planos, como sempre, cumpriram o papel do discurso e não orientaram investimentos.

Outros fatores também entraram em cena dando outros rumos aos investimentos, dos quais se pode destacar o mercado imobiliário, as empreiteiras e as obras de grande

visibilidade. Na atual conjuntura depara-se, em muitos casos, com planos sem obras e obras sem planos, que seguem interesses de articulações de capitais, proprietários de imóveis e o financiamento de campanhas eleitorais.

Portanto, o planejamento urbano modernista funcionalista é um importante instrumento de dominação ideológica que favorece o aumento das desigualdades sociais ao ocultar a cidade real e preservar as condições para a formação de um mercado imobiliário especulativo, aberto apenas para a minoria da população. Porém, não é por falta de Planos Urbanísticos que as cidades apresentam graves problemas, mas sim devido ao crescimento que ocorre mediante planos aprovados em Câmaras Municipais, que seguem interesses particulares dos que comandam a politica local. Ou seja, o que poderia ser uma oportunidade de desenvolvimento de propostas que atendessem às demandas da população dá lugar a um movimento de dominação técnica, cultural, ideológica e política.

URBANIZAÇÃO BRASILEIRA

Reis Filho (1968 apud SANTOS, 2013) destaca como elementos explicativos da urbanização a organização politico-administrativa, as atividades econômicas e as camadas sociais que denomina de "o sistema social da colônia", embora apenas a partir do século XVIII a urbanização brasileira venha a se desenvolver.

Observa-se que a partir da década de 1970 o processo de urbanização brasileiro alcançou novo patamar tanto na questão quantitativa quanto qualitativa. Desde as revoluções urbana brasileira e demográfica nos anos 1950 se constatou uma diversidade de urbanizações. Evidencia-se primeiramente uma urbanização aglomerada, com o aumento da população, e em seguida uma urbanização concentrada, com a multiplicação de cidades de tamanho intermédio, que depois alcançou a chamada metropolização, com o aumento das cidades milionárias e de grandes cidades médias (com cerca de meio milhão de habitantes) (SANTOS, 2013).

Segundo Maricato (2000) o urbanismo brasileiro não esboça comprometimento com a realidade concreta, mas apenas com uma parte da cidade. Logo, não são por falta de Planos Urbanísticos que as cidades brasileiras apresentam graves problemas, mas porque seu crescimento está atrelado a interesses de grupos específicos (VILLAÇA, 1995 *apud* MARICATO, 2000).

> Como convém a um país onde as leis são aplicadas de acordo com as circunstâncias, o chamado Plano Diretor está desvinculado da Gestão Urbana. Discurso pleno de boas intenções, mas distante da prática. Conceitos retificados, reafirmados em seminários internacionais, ignoram a maioria da população. A habitação social, o transporte público, o saneamento e a drenagem não tem status importantes (ou centrais, como deveriam ser) para tal urbanismo. O resultado é planejamento urbano para alguns, mercado para

alguns, lei para alguns, modernidade para alguns, cidadania para alguns... (MARICATO, 2000, 124).

Sobre o urbanismo brasileiro nos anos 1990 Maricato (2000) disserta que

> Boa parte do crescimento urbano se deu fora de qualquer lei ou de qualquer plano, com tal velocidade e independência que é possível constatar que cada metrópole brasileira abriga, nos anos 1990, outra, de moradores de favelas, em seu interior. Parte de nossas cidades podem ser classificadas como ***não cidades***: as periferias extensas, que além das casas autoconstruídas, contam apenas com transporte precário, a luz e água (esta não tem abrangência universal nem mesmo em meio urbano). E é notável como essa atividade referida, de pensar a cidade e propor soluções para seus problemas, permaneceu alienada dessa realidade que estava sendo gestada (p. 140).

As cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas, apesar de suas diferenças estruturais como desemprego, habitação, transporte, lazer, acesso à água, rede de esgotos, educação e saúde, entre outros, que revelam enormes carências por parte da população. Portanto, quanto maior a cidade, mais visível se tornam suas mazelas. Esse aspecto ficou mais evidente na primeira metade do século XX com o processo de urbanização corporativa, receptáculo das consequências da expansão capitalista com o respaldo do Poder Público, que direcionava os recursos para os investimentos econômicos em detrimento dos gastos sociais. Santos (2013, p. 106) aponta que:

> O modelo rodoviário urbano é fator de crescimento disperso e de espraiamento da cidade. Havendo especulação, há criação mercantil da escassez e acentua-se o problema do acesso à terra e à habitação. Mas o déficit de residências também leva à especulação, e os dois juntos conduzem a periferização da população mais pobre e, de novo, ao aumento do tamanho urbano. As carências em serviços alimentam a especulação, pela valorização diferencial das diversas frações do território urbano. A organização dos transportes obedece a essa lógica e torna ainda mais pobres os que devem viver longe dos centros, não apenas porque devem pagar caro seus deslocamentos como porque os serviços e bens são mais dispendiosos nas periferias.
>
> E isso fortalece os centros em detrimento das periferias, num verdadeiro circulo vicioso.

O autor ainda observa que

> A especulação imobiliária deriva, em última análise, da conjugação de dois movimentos convergentes: a superposição de um sítio social ao sítio natural; e a disputa entre atividades ou pessoas por dada localização. A especulação se alimenta dessa dinâmica, que inclui expectativas. Criam-se sítios sociais, uma vez que o funcionamento da sociedade urbana transforma seletivamente os lugares, afeiçoando-os às suas exigências funcionais. É assim que certos pontos se tornam mais acessíveis, certas artérias mais atrativas e, também, uns e outros, mais valorizados. Por isso, são as atividades mais dinâmicas que se instalam nessas áreas privilegiadas; quanto aos lugares de residência, a lógica é a mesma, com as pessoas de maiores recursos buscando alojar-se onde lhes pareça mais conveniente, segundo os cânones de cada época, o

que inclui também a moda. (SANTOS, 2013, p. 106- 107).

Por outro lado o sistema urbano se modifica também pela presença de indústrias agrícolas não urbanas. Normalmente essas empresas são hegemônicas, dotadas de grande capacidade de adaptação à conjuntura e de força para transformação da estrutura, porquanto detentoras do poder de mudança tecnológica e transformação institucional.

O sistema urbano, segundo Castells (1983), constitui a síntese de uma estrutura complexa que ocupa o espaço urbano, na qual se podem identificar os meios de produção de bens e serviços e a força de trabalho, entre outros, como fatores intervenientes, analisando-se, sobretudo, a forma como estão dispostos e interagem na cidade.

A cidade é em grande parte reprodução da força de trabalho que ocorre normalmente pela via da subsistência, logo, o curso de reprodução da força de trabalho não inclui o custo da mercadoria habitação que é fixado pelo mercado privado, ou seja, o operário brasileiro mesmo que esteja regularmente empregado não ganha o suficiente para pagar o preço da moradia fixado pelo mercado formal, o acesso ao financiamento é muito difícil (MARICATO, 2000).

Santos (2013) pontua que o consumo produtivo cria uma demanda heterogênea de acordo com os subespaços[4], razão pela qual os equipamentos mercantis tendem a ser diferente, a arquitetura dos diversos subsistemas é, portanto, diversa. O que ocorre na prática é a superposição do consumo consultivo (cuja demanda é heterogênea, de acordo com os estratos da renda, e compatível, de acordo com a demanda) e o consumo produtivo, contribuindo para ampliar a escala de urbanização e aumentar a importância dos centros urbanos, fortalecendo-os demográfica e economicamente, enquanto a divisão do trabalho se torna mais complexa.

Percebe-se com isso a falta de planejamento urbano por parte das cidades, que poderia evitar ou sanar muitos problemas locais, visto tratar-se de instrumento que possibilita a organização do mercado, como o *marketing* urbano das construções e dos terrenos gera expectativas que influem nos preços. Assim, em um primeiro momento, o processo especulativo se apresenta como a extensão da cidade e a implantação dos serviços coletivos.

No entanto o capitalismo agrava a diferenciação quanto à dotação dos recursos, uma vez que são encaminhados em massa à atividade econômica em detrimento dos serviços sociais, ampliando ainda mais as diferenças entre os lugares urbanos. A terra urbana, seja em loteamentos ou não, aparece como promessa de lucro futuro que se respalda na demanda em crescimento. Assim a especulação se realimenta, ao possibilitar que as

4. O espaço geográfico representa a totalidade do espaço, enquanto o meio urbano e rural são os subespaços, ou seja, as partes na qual essa totalidade geográfica é subdividida.

extensões sejam incorporadas ao perímetro urbano, que ficará cada vez maior, conforme será visualizado a seguir, ao se analisar o processo de urbanização em Campina Grande.

O PROCESSO DE URBANIZAÇÃO DE CAMPINA GRANDE-PB

A origem de Campina Grande remonta ao século XVII, preliminarmente como aldeia, e como vila, no século XVIII. Esse processo de formação local se deve a dois movimentos: o estabelecimento de fazendas de gado na região e a constituição de entroncamento utilizado pelos tropeiros[5]. Segundo Maia et al. (2013, p. 38),

> No período quando os fluxos comerciais eram realizados com tropas de burros, a localização geográfica privilegiada da Vila Nova da Rainha, antigo nome de Campina Grande, era de fundamental importância (ponto optimun) para os viajantes, por oferecer um descanso físico exigido para o transcurso entre as cidades do Sertão e do Litoral Oriental. Campina Grande estabelece-se, originalmente, como um ponto modal para o conjunto de fluxos que, por um lado, abasteciam o Sertão e, ao mesmo tempo, permitiam a saída dos produtos produzidos no interior, com destino ao litoral. A gênese da cidade foi, portanto, produto da ampliação das atividades e do domínio europeu na América, elemento que atribui sentido global às funções que o espaço local desempenhou em sua fundação. Por conseguinte, uma vila foi construída a partir da atividade comercial agrícola, do incremento do entreposto comercial favorecido pela situação geográfica, do cruzamento de caminhos de tropeiros que interligavam as regiões do Seridó, do Brejo e do Cariri paraibanos.

Pode-se afirmar que alguns fatores que influenciaram a ocupação do espaço urbano foram as transformações do modo de produção dos países europeus, pois, com o objetivo de efetivar a ordenação do território conforme os interesses dos capitais dos países desenvolvidos, foram deslocados para os países subdesenvolvidos um conjunto técnico e um suporte financeiro. Tal processo atingiu diretamente o Brasil, que ocupou relevante papel na reprodução internacional do trabalho, aproximadamente entre o final do século XIX e da década de 1920 (FURTADO, 1977 apud MAIA et al., 2013).

Tais mudanças no sistema mundial produziram impactos também em Campina Grande, sobretudo no papel que desempenhava na ordenação territorial do espaço nordestino e principalmente paraibano, já que o município passou de entreposto comercial subordinado à dinâmica gerada pelas atividades litorâneas para um vigoroso núcleo de centralização e escoamento da produção primário-algodoeira instalado no semiárido nordestino.

Em relação a essa discussão recorre-se mais uma vez a Santos (2001 apud MAIA et al., 2013), segundo o qual, com a expansão do sistema internacional do capitalismo industrial instalado na Europa, o espaço brasileiro recebe o impacto de novas tecnologias

5. Os tropeiros eram pessoas que tinham como atividade o transporte de mercadorias e utilizavam burros para realizar seu trabalho (MAIA et al., 2013).

elaboradas a partir da Primeira Revolução Industrial. Logo, o meio natural no Brasil colônia é substituído pelo meio técnico. Esse momento situa-se na história de Campina Grande porque impulsionou seu processo de urbanização, mediante a economia algodoeira e a instalação da ferrovia *Great Western of Brazil Railway*, em 1907, caracterizando o município como um importante centro de distribuição e comercialização. Além disso, todo esse processo influenciou diretamente na morfologia e na dinâmica da cidade, que teve que se moldar a uma nova dinâmica econômica. Com isso muitos comerciantes se instalaram no município, sendo responsáveis pela intermediação do algodão vindo do campo e as indústrias que utilizavam aquela matéria- prima.

O cultivo de algodão arbóreo foi a atividade que impulsionou a interligação entre a organização produtiva local e a dinâmica geral das atividades da economia capitalista mundial no Nordeste, sobretudo na Paraíba. Esse plantio foi de fundamental importância para o acúmulo das bases materiais que reforçaram a centralidade de Campina Grande regionalmente.

Na história de Campina Grande, merece destaque a relação entre a atividade comercial e a indústria, pois é a partir da produção algodoeira que surgem as primeiras manufaturas na cidade. No entanto, um dos principais elementos da dinâmica do município é a feira livre da cidade, consequência e condição da centralidade exercida por Campina Grande mediante sua dinâmica comercial atacadista e varejista (COSTA, (2003) e LIMA, 1996 apud MAIA et al., 2013).

Entre 1910 e 1930 Campina Grande recebeu alguns equipamentos que simbolizavam a modernidade urbana-industrial e o padrão dominante dos espaços citadinos ocidentais. Em 1920 foram instalados diversos telefones e se iniciou o serviço de fornecimento de energia elétrica. Entre 1930 e 1950 ocorreram grandes transformações na estrutura da cidade que impactaram fortemente na sua dinâmica. O anseio pelo moderno, impulsionado pelo capital algodoeiro, fez com que os administradores da cidade transformassem grande parte da cidade histórica em projetos arquitetônicos que se assemelhassem aos ideais de modernidade. A economia algodoeira desenvolvida no município favoreceu a instalação de empresas, bancos, hospitais e colégios (CAVALCANTI, 2000 apud MAIA et al., 2013; LIMA, 2004 apud MAIA et al., 2013).

Dentre as transformações ocorridas no espaço urbano de Campina Grande pode-se citar a reforma conduzida em 1935 pelo então prefeito, Vergniaud Wanderley, que promoveu as mudanças mais profundas na arquitetura da cidade, sobretudo no centro. Alguns de seus feitos foram a reforma da Praça Coronel Antônio Pessoa, o calçamento de inúmeras ruas e avenidas e a construção do Grande Hotel (hoje Secretaria de Finanças do Município). A meta era modernizar a cidade com a arquitetura voltada para o estilo *art déco*.

Essa “reforma urbana” empreendida por Vergniaud ficou conhecida como o “bota-abaixo”, porquanto abrangeu a demolição do antigo Paço Municipal, sede administrativa do município desde a época do Império e atualmente estacionamento da catedral; da Igreja do Rosário (reconstruída no bairro da Prata), que ficava entre a Praça da Bandeira e o Cine Capitólio e cedeu lugar à Avenida Floriano Peixoto; de várias casas nas proximidades da igreja e em outros pontos onde a avenida deveria passar; e o ordenamento do açude velho, além do afastamento de bares e prostíbulos de áreas centrais da cidade (SOUZA, 2003 (1)).

Assim, a produção de algodão - chamado de ouro branco - desenvolvida na metade do século XX impulsionou fortemente o crescimento urbano e a concentração de capital, permitindo a implementação de uma grande reforma urbanística nas décadas de 1930 e 1940, que transformou as principais ruas da cidade, como explicam Maia et al.:

> É fato que essa reforma se deu principalmente na atual área central da cidade, onde ocorreu um grande número de demolições, de desapropriações, de construções e reconstruções. As ruas e as edificações do que se pode denominar de Cidade Histórica ou Tradicional foram profundamente alteradas, alinhadas e reconstruídas, uma que vias estreitas e tortuosas simbolizavam o período colonial, o atraso ou o antimoderno. Aspirava-se então, a rodovias retas, largas, e com edificações modernas, de alvenaria, em estilo arquitetônico ***art déco***, uma espécie de modernismo da época. (MAIA et al., 2013, p. 46).

Entre as décadas de 1940 e 1950 as atividades comerciais desenvolvidas no município sofreram grande diversificação e tiveram suas áreas de influência ampliadas, mas somente a “partir da década de 1950 [...] a cidade passa a receber os objetos e sistemas técnicos que corroboram a lógica de apropriação e funcionamento do espaço correlativo à fase monopolista do capitalismo mundial, com pesada transferência financeira e tecnológica” (MAIA et al., 2013, p. 47).

Campina Grande então passou a fazer parte dessa tendência capitalista na qual o processo de produção da cidade e o mercado estão interligados por meio da tecnologia que favorece a apropriação do espaço para a lógica monopolista do sistema que, por sua vez, favorece a pequena minoria em detrimento do restante da população.

A série de reformas e mudanças que abalaram Campina Grande na primeira metade do século XX – com a elaboração de estruturas que objetivavam a conformação de um espaço urbano moderno acompanhado de uma complexificação/expansão cada vez maior de suas relações em âmbito regional, nacional e global – acompanhou, evidentemente, a dinâmica de reformulação do território nacional e mundial. Após um período – marcadamente entre 1930 a 1955, aproximadamente – em que se buscou a industrialização, sob bases nacionais, por meio da ação politica do Estado, a dinâmica espacial nacional sofreu

nova reformulação graças ao estabelecimento do capitalismo monopolista. O caráter da industrialização mudou, nessa nova fase, com reflexos amplos sobre a urbanização do País (MAIA et al., 2013, p. 47).

Entre os anos de 1950 e 1960, a cidade de Campina Grande passou por um reordenamento de seu espaço urbano, com destaque para a implantação de dois distritos industriais - extensores de sua mancha urbana - localizados no eixo sudoeste, ao lado do eixo rodoviário da BR-104, e a noroeste da cidade, ao lado do eixo rodoviário da BR-230. A economia industrial nordestina, portanto, campinense, estava então integrada ao mercado nacional.

Ainda na década de 1950, outro importante elemento que deu impulso à dinâmica urbana foi a criação da Escola Politécnica da Paraíba, hoje Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), fundada em 1952, inicialmente com o curso de Engenharia Civil, que atraiu diversos engenheiros e técnicos para a cidade.

A política urbana estabelecida em 1950 acompanhou a meta nacional, de desenvolvimento econômico. Isso significa que durante o processo de industrialização do País os investimentos destinados às ações estabelecidas não o eram para o embelezamento da cidade, mas para criar espaços propícios à instalação de novas indústrias.

Na década de 1950 o processo de industrialização no Brasil foi acompanhado pelo aumento da urbanização no País. Esse crescimento ocorreu principalmente a partir do aumento do êxodo rural, em que pessoas migravam do campo para a cidade em busca de melhores condições de vida, seguindo o molde capitalista, que reproduzia nas cidades brasileiras o modelo das cidades da Europa em busca de atrair investimentos. Nesse contexto, Campina Grande sofreu forte influência desse processo, originário de sua expansão como cidade.

Segundo Maia et al. (2013), entre as décadas de 1970 e 1980 foi fundado o Campus II da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com sede em Campina Grande, inicialmente com treze cursos. Nesse período a política urbana foi direcionada por dois programas nacionais: Comunidade Urbana para Recuperação Acelerada (Cura) e Programa Nacional para Cidades de Porte Médio (PNCPM), cujos recursos foram liberados ao mesmo tempo. O Cura se iniciou em 1978, com financiamento do Banco Nacional da Habitação (BNH) – dinheiro oriundo do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) e da Caderneta de Poupança.

Já o PNCPM começou a partir de 1979 e utilizou fundos do convênio entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano e o Banco Mundial (CNDU/BIRD). O primeiro foi direcionado principalmente à área central da cidade devido à grande concentração demográfica e a falta de infraestrutura no local (LIMA, 2004 apud MAIA et al., 2013).

O Programa Cura, que tinha como objetivo frear a especulação imobiliária ao propor o Imposto Predial Territorial Urbano (IPTU) progressivo e a ocupação dos lotes vazios no centro da cidade, acabou provocando o deslocamento de vários habitantes para as áreas periféricas, produzindo as favelas.

Com a criação do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e do Banco Nacional da Habitação (BNH) a política nacional de habitação passou a ser desenvolvida e fundamentada na concepção de planejamento econômico e administrativo. No entanto, apesar do aumento na produção de habitações durante os 25 anos de atuação do BNH, apenas 33% do total de unidades residenciais foram destinados à habitação popular. Na década de 1980 a crise enfrentada pela economia agravou essa situação.

O Programa Nacional de Cidades de Porte Médio desenvolveu um projeto voltado para Campina Grande que se dividia em três linhas de atuação: a primeira - Emprego e Renda - previa, além de outras coisas, a assistência técnica e o treinamento da mão de obra; a segunda voltava-se à Infraestrutura Urbana Comunitária visando à instalação de equipamentos urbanos nas áreas de habitação; a última direcionava-se à Administração Municipal e tinha como objetivo melhorar a gestão municipal.

Dessa forma, como expõem Maia et al. (2013, p. 59),

> Nos anos 1980, a economia mundial começa a passar por uma vigorosa reformulação. Os efeitos da passagem do modelo taylorista para o toyotista se refletem em todas as partes do mundo. No Brasil, a restrição da disponibilidade de crédito para o refinanciamento da divida pública e para a atualização do parque tecnológico causa um colapso do modelo de desenvolvimento e a "quebra" parcial da indústria nacional. O espaço brasileiro passa a confrontar-se com as consequências da desindustrialização e das mudanças na localização de algumas indústrias antes sediadas no eixo Rio de Janeiro – São Paulo e gestadas no bojo do modelo de acumulação flexível.

Campina Grande se apresenta desde a década de 1970 como um município predominantemente urbano, mas foi somente a partir dos anos 2000 que esse processo se intensificou, quando sua configuração espacial passou a abrigar cerca de 95% da população na área urbana. O crescimento populacional do município decorre da forte migração oriunda das áreas rurais ou de pequenas cidades no entorno ou de outros Estados. A cidade atualmente apresenta fortes indícios de descentralização, além disso, outros processos como a verticalização estão ganhando impulso.

Diante da contextualização do processo de urbanização de Campina Grande, observam-se as contradições que encerra decorrentes do capitalismo mediante a relação entre capital e trabalho e das novas relações sociais estabelecidas, cuja discussão será aprofundada na próxima seção.

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EXPRESSAS NO HABITAR

A configuração espacial de Campina Grande apresenta momentos distintos de busca pelo moderno. Sua área de influência compreende municípios de diversas microrregiões, tanto aquelas mais próximas, que compreendem o Brejo, o Cariri e o Agreste, como também as mais distantes como o alto sertão, atingindo um total de 160 municípios. A centralidade que Campina Grande exerce sobre todos esses municípios se expressa tanto na oferta de mercadorias quanto na prestação de serviços de saúde, educação e financeiros.

A apropriação do espaço urbano ocorre de maneira desigual pelo coletivo, o que implica a sua reprodução de forma diferenciada e contínua, tendo em vista a velocidade de produção da cidade (LEFEBVRE, 1999 apud MAIA et al., 2013). Logo, se o espaço urbano é produto do coletivo, todo o conjunto da sociedade deve ter "direito à cidade". Os adeptos desse conceito defendem uma reforma urbana que assegure a todos o acesso a bens e serviços produzidos coletivamente (MAIA et al., 2013).

De acordo com Rodrigues (1989 apud MAIA et al., 2013), a reforma urbana é necessária porque apenas uma parte da população tem acesso à infraestrutura básica, aos equipamentos urbanos e aos serviços públicos; portanto, a negação do direito à cidade expressa as desigualdades socioespaciais da sociedade.

Nesse mesmo sentido, Maricato (2001 apud MAIA et al., 2013) chama atenção para o fato de que atualmente as contradições do espaço urbano definem a existência de uma "cidade legal" e outra "cidade ilegal", esta última que não se distingue apenas pela produção de favelas ou de loteamentos clandestinos, mas também de condomínios fechados e pela ocupação de terras públicas por grandes estabelecimentos e até mesmo por residências de alto padrão.

Toda a discussão sobre a diversificação do espaço urbano faz emergir a questão da segregação residencial, que parte do entendimento de que esse fenômeno é "um produto da cidade", fruto de diversos fatores como a pobreza e a forma como o Estado cria disparidades ao oferecer infraestrutura às diferentes camadas da população (SOUZA, 2003 apud MAIA et al., 2013).

Com base nessa compreensão, com destaque para Capel (1983) e Corrêa (1989) (apud MAIA et al., 2013), pode-se entender que a produção do espaço é definida por alguns agentes: os imobiliários, as empresas de construção, os proprietários dos meios de produção, os proprietários do solo, a população e os agentes públicos (Estado), visto que com a acentuada comercialização da terra como mercadoria, o acesso ao solo passou a ser disputado por aqueles que possuem ou não certo poder aquisitivo para ocupá-lo. Como coloca Ribeiro (1997 apud MAIA et al., 2013), o preço da terra decorre da transformação socioeconômica do sobrelucro da localização, ou seja, é o capital que confere conteúdo

à propriedade privada da terra urbana, o que impacta diretamente a produção da cidade.

Nesse processo, muitas pessoas ficam impossibilitadas de ter acesso à moradia nos centros das cidades e acabam por ocupar áreas mais distantes, formando aglomerados subnormais (favelas), nos quais a ausência de infraestrutura é um dos entraves do processo de reprodução da força de trabalho. Dessa forma,

> [...] o processo de urbanização de Campina Grande traduz-se pela expansão, que se dá de forma fragmentada e diferenciada. Como resultado, surgiram espaços distintos, os aglomerados subnormais e ocupações, por um lado, caracterizados por irregularidades e pela falta de infraestrutura, e por outro, como novos modelos de valorização imobiliária, os loteamentos e condomínios fechados que vendem uma nova forma de morar, longe dos problemas urbanos (MAIA et al., 2013, p. 119).

Essas áreas distintas e contraditórias estão separadas por diversos aspectos como a posse da terra e o rendimento médio, que acabam por agravar o quadro de segregação local e elevar o "abismo" existente entre a população que reside em áreas mais valorizadas e têm acesso à infraestrutura social adequada (hospitais, creches, escolas, etc.) e a população que reside em áreas pouco valorizadas, com pouco ou nenhum acesso à infraestrutura social.

É nesse contexto que se podem situar os empreendimentos populares construídos em espaços dos quais o morador possui apenas a posse, mas não a propriedade, denominados favela, comunidade, habitação subnormal, morro, cidade ilegal, ocupação irregular ou periferia. A distinção dessas formas de ocupação do espaço ocorre pelo processo de origem "espontâneo" ou como resultado de "ocupações".

Nesse sentido, as favelas são produzidas a partir da ação individual - as famílias vão aos poucos construindo suas residências em áreas que podem ser públicas ou privadas mediante a ocupação irregular de terras. As ocupações, por seu turno, muitas vezes ocorrem a partir de uma decisão coletiva, na qual a ação é planejada de forma conjunta, e também envolvem tanto áreas públicas quanto privadas. Porém, tanto umas quanto outras se caracterizam pela não propriedade da terra, pela irregularidade fundiária e, consequentemente, pela autoconstrução de habitações.

> "No final da década de 1970 e início de 1980, Campina Grande apresentou aumento expressivo no número de favelas, com um salto de três para dezessete" (MAIA et al., 2013, p. 124).

Na edificação de áreas como as favelas observa-se a ausência do Estado e o esforço da população pobre residente no local para permanecer na cidade, que, para resolver o problema de habitação, recorre a construção por conta própria.

Nesse período "verificou-se um acelerado processo de crescimento da pobreza como consequência de cinco anos de seca na região Nordeste (inclusive intensificaram o

êxodo rural) e do processo de proletarização de vastas camadas da população, fruto da grave crise econômica, social e política” (MELO, 1985 apud MAIA et al., 2013, p. 124).

De acordo com o estudo realizado pela Rede Cidades Médias (Recime)[6] a estrutura urbana de Campina Grande se divide em centro-periferia, com três zonas (eixos) de alta e média renda, que se irradiam a partir do Centro da cidade, contribuindo para a sua expansão: o primeiro vai da direção leste até o centro e abrange os bairros da Prata e Bela Vista, que possuem uma boa infraestrutura; o segundo ruma em direção à Zona Sul, no bairro do Catolé, onde se constata uma crescente valorização imobiliária que ganhou impulso após a construção do “Partage Shopping”, área tida como estratégica, pois além de ser a entrada para as pessoas que vêm do litoral, possui boa infraestrutura e fica próxima ao centro da cidade; e o terceiro eixo de expansão se localiza mais a noroeste, área que passa por um processo de especulação imobiliária forte, principalmente em relação aos bairros do Alto Branco, Nações e Jardim Tavares. Nessas localidades estão surgindo grandes investimentos, a exemplo dos condomínios fechados horizontais. Isso ocorre porque essas áreas possuem grandes vazios urbanos, mas também por serem via de acesso ao Centro e ponto estratégico de saída para as cidades do Brejo paraibano (MAIA et al., 2013).

Villaça (1998 apud MAIA et al., 2013) relata que a espacialização de Campina Grande se caracteriza por constituir um processo de segregação espacial das camadas. Como também a formação de uma área com certa homogeneidade, que serve como instrumento por meio do qual os espaços serão distribuídos visando à acessibilidade, permitindo que pessoas que não pertencem às camadas sociais mais altas tenham acesso a esse espaço.

Esse cenário permite identificar a existência de dois tipos de segregação: a autossegregação, caracterizada pelo isolamento de indivíduos que querem viver separados dos outros e usufruir de uma melhor infraestrutura e qualidade de vida, com vistas agradáveis e proximidade com a natureza; e a segregação imposta, marcada pela construção de áreas e habitações com pouca ou nenhuma infraestrutura, cujos habitantes possuem renda familiar baixa. Tal situação ocorre principalmente pela impossibilidade de acesso ao solo urbano.

Ocorre que o distanciamento entre as camadas da sociedade faz com que o conflito existente seja intensificado, gerando mais violência e insegurança. Assim, toda a especulação e propaganda em torno dos empreendimentos imobiliários com base no apelo de serem mais seguras e isoladas acabam por produzir mais segregação.

Maia et al. (2013) ressaltam que para se compreender a produção do espaço urbano é preciso primeiramente conhecer os equipamentos urbanos. Em Campina Grande

6. Estudo realizado no âmbito do “Projeto de Pesquisa Cidades Médias Brasileiras: agentes econômicos, reestruturação urbana e regional”. A Recime é constituída por diversas instituições de ensino superior do Brasil, Chile e Argentina que realizam estudos sobre as Cidades Médias desses países, principalmente do Brasil, e conta com inúmeros pesquisadores.

se observa uma dupla apropriação do espaço por parte dos diferentes grupos sociais, que se manifesta da seguinte forma: primeiro ocorre a apropriação do espaço capaz de proporcionar a melhor acessibilidade aos serviços e aos equipamentos urbanos; em seguida a apropriação do espaço público, mediante a criação de áreas particulares para pessoas do mesmo grupo social. Destaca-se nesse processo a tendência de a classe mais alta substituir as antigas residências unifamiliares pelos novos condomínios verticais.

A partir do estudo realizado pela Recime, que analisa o número de empresas do setor imobiliário no município bem como os empreendimentos anunciados nos classificados de jornal, se observa que o número de loteamentos verticais vem crescendo em Campina Grande. O bairro do Catolé vem sendo valorizado e ocupado por uma população de renda mais elevada, o que o configura como uma área de expansão da cidade, onde se encontra o maior número de edifícios.

O Centro tem a maior incidência de edificações verticais, o que pode ser explicado pela presença de uma boa infraestrutura e pelo fato de a cidade possuir uma grande centralidade, com áreas de lazer, escolas, supermercados, entre outros serviços, localizados nessa área. Com a instalação do Shopping Partage e pelo fácil acesso ao Centro, o bairro do Catolé tem se configurado como uma nova área central.

O número de empreendimentos[7] verticais na cidade aumentou, e os primeiros bairros a se verticalizarem foram o Centro, Prata, Alto Branco, e depois Catolé e Mirante. O processo de verticalização do município se iniciou pelo Centro e se expandiu nas direções Oeste e Sul. Pode-se destacar também o crescimento da especulação imobiliária em bairros menores como Nações e Jardim Tavares, onde se constata a instalação de novos equipamentos urbanos como o Supermercado Atacadão da Rede Carrefour e uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA), cuja função é a de prestar atendimento médico imediato (MAIA et al., 2013).

Em algumas áreas, principalmente periféricas (a exemplo do condomínio residencial Alphaville, localizado no bairro do Mirante), a atuação do mercado imobiliário tem se concentrado na construção de espaços fechados para moradia que ofereçam mais conforto e comodidade tanto nos empreendimentos verticais quanto nos horizontais. Tal processo ocorre com a conivência do Estado, que garante a infraestrutura adequada e age na remoção dos aglomerados não desejados (as favelas). Outra forma de morar que pode ser observada em Campina Grande são os condomínios e loteamentos horizontais fechados, nova forma de morar nas metrópoles e cidades médias. Sua construção na maioria das vezes ocorre em áreas afastadas da área central do município – nesse sentido, a busca por acessibilidade e melhor localização, considerando os serviços e o tempo de deslocamento,

7. De acordo com a pesquisa Recime (ELIAS; SPÓSITO; RIBEIRO, 2013).

é que movimenta o mercado imobiliário. De acordo com Caldeira (2003, p. 265 apud MAIA et al., 2013):

> Os condomínios fechados correspondem à versão ideal desse "novo conceito de moradia", um ideal em relação às outras formas menos completas e que são sempre medidas. Supõe-se que condomínios fechados sejam mundos separados. Os anúncios que os divulgam propõem um "estilo de vida total", superior ao da cidade, mesmo quando são construídos dentro dela (p. 153).

A esse processo Sobarzo (2006 apud MAIA et al., 2013) denominou de socialização privada, pois os espaços estão destinados a uma determinada classe que busca o lazer, o trabalho e o lar distante daqueles que não podem pagar pelo que é mais novo e moderno. Esse processo torna a produção da cidade fragmentada com forte segregação (MAIA et al., 2013).

Cabe destacar que no município foram criados alguns instrumentos de legislação urbanística, como o zoneamento de uso e ocupação do solo e os índices e parâmetros que regulam a forma e a densidade de ocupação do espaço, associados ao planejamento e sua dimensão física.

No caso de Campina Grande, que já possui Plano Diretor, fez-se uma revisão deste plano em 2006. Esse documento menciona a criação de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), classificadas em dois grupos: o primeiro relativo a áreas públicas ou particulares ocupadas por assentamentos precários de população de baixa renda; e o segundo, a áreas onde não há subutilização ou utilização do solo urbano, nas quais o Estado deve prioritariamente atuar para promover a regularização fundiária mediante a construção de equipamentos públicos ou de conjuntos habitacionais para a população de baixa renda. Diante desse contexto Maia et al. (2013, p. 164-165) analisam que:

> As linhas anteriores revelam como vem se dando a produção da moradia em Campina Grande, cidade que até o final do século XX mantinha forte concentração da ocupação nos bairros próximos ao Centro. Devido aos programas de financiamento, porém, já nos anos 1980 expande-se e constitui área periférica caracterizada pela moradia popular. Nesse mesmo período, a falta de moradia e o problema de acesso a terra tornam-se evidentes, com o surgimento de um maior número de ocupações irregulares. Desde os anos 1990, inicia-se um processo de expansão do tecido urbano, impulsionado pela instalação do *Shopping Center* na via, que também é a BR-230, a principal artéria de ligação com a capital do Estado. Posteriormente, novos empreendimentos, com outras estruturas, são instalados na cidade: de um lado, visando à remoção de favelas, os conjuntos habitacionais e de outro, os condomínios horizontais e verticais destinados à população de alta e média renda, que vai se afastando do Centro e se dirigindo à área leste. Produzem-se, assim, espaços diferenciados e desigualmente habitados, enfim, uma cidade periférica. Periferias distintas e espaços segregados, apartados por muros ou pela exclusão social, que determinam a fragmentação da cidade.

Na história de urbanização das cidades é fundamental a atuação do Poder Público,

um dos estimuladores das implementações que assinalam o processo de urbanização. Em Campina Grande, sua atuação exerceu grande influência nas reformas urbanísticas, mediante a instalação de indústrias, a criação da universidade pública voltada principalmente para a área de tecnologia, a promoção de eventos e a criação do polo tecnológico.

Logo, a modernização da cidade é expressa tanto na morfologia urbana quanto na dinâmica econômica. O Estado alia-se ao mercado com o objetivo de tornar Campina Grande a cidade moderna e do trabalho, por sua posição de destaque na região Nordeste. No entanto, a cidade apresenta grandes disparidades socioespaciais que produzem uma cidade fragmentada, por vezes segregada, seja pelos condomínios fechados, seja pela construção de conjuntos habitacionais em áreas periféricas, separada da malha urbana estruturada, ou ainda pela produção de ocupações precárias onde se concentram as pessoas em condições de miséria.

RESIDENCIAL MAJOR VENEZIANO I

Em Campina Grande, alguns projetos habitacionais de interesse social foram desenvolvidos como resultado de uma parceria entre os governos municipal e federal, dentre estes programas pode-se destacar o Minha Casa Minha Vida (MCMV) e o Programa de Aceleração do Crescimento com Recursos da União (PAC/OGU). Esses projetos são em sua maioria financiados pelo Sistema Nacional de Habitação (SNH) e pelo Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

O município de Campina Grande conta com alguns empreendimentos voltados para a população de baixa renda, dentre os quais se destacam os residenciais Major Veneziano I, II, III e IV, o residencial Vila Nova da Rainha e o Complexo Aloísio Campos. No entanto, esta pesquisa retrata especificamente o residencial Major Veneziano I construído em parceria com a Prefeitura, o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal a partir do Programa Minha Casa Minha Vida. Nesse caso especifico o empreendimento é destinado à população de baixa renda que compõe o nível 1 da política do MCMV, contemplando famílias que não possuem habitação e cuja renda mensal é de até R$1.600,00.

O Órgão responsável por desenvolver esse trabalho é a Secretaria de Planejamento do Município (Seplan), que conta com uma equipe de profissionais em cada empreendimento para fazer o acompanhamento das famílias por um período compreendido entre 15 e 18 meses. Esse acompanhamento é feito desde antes da entrega do imóvel e continua depois da entrega até completar o período citado.

O Trabalho Técnico Social desenvolvido no município é feito a partir de dos programas federais por meio da equipe técnica que coordena todo o processo de avaliação, acompanhamento e entrega dos imóveis às famílias, tendo como foco principal

construir habitações para essa parcela da população dentro do processo de urbanização e revitalização de áreas no município de Campina Grande.

Estes empreendimentos são destinados a atender pessoas que estão sujeitas à vulnerabilidade social, ou seja, que vivem em área de risco, na rua, em famílias envolvidas com drogas, com histórico de violência, são portadores de necessidades especiais, entre outros casos. A Prefeitura é responsável por disponibilizar uma equipe de técnicos sociais em cada Condomínio onde se desenvolve o Trabalho Técnico Social.

SÍNTESE DO PLANO DE TRABALHO TÉCNICO SOCIAL DO RESIDENCIAL MAJOR VENEZIANO I

Segundo o PTTS o empreendimento está localizado na Rua Petrópolis, divisa do bairro das três irmãs e bairro das Cidades na Alça Sudoeste, com uma distância aproximadamente de 8 km do centro da cidade, limita-se com os bairros Acácio Figueiredo (Catingueira), Presidente Médici e com o Conjunto Rocha Cavalcante.

O Residencial Major Veneziano I faz parte de um novo complexo habitacional entregue no ano de 2013, composto por 1984 unidades habitacionais que se divide em quatro conjuntos habitacionais com 31 blocos de 16 apartamentos cada e apresenta também 16 apartamentos adaptados para portadores de necessidades especiais.

A infraestrutura existente no local é a seguinte: abastecimento de água (98% rede geral e 2% sem abastecimento de água), energia elétrica (99% possui eletricidade e 1% não possui), coleta de lixo (98% atendido), esgoto (98% possui rede de esgoto), transporte (100% de atendimento), pavimentação (5% da área tem calçamento e 95% não possui).

Ainda de acordo com o PTTS local a região onde está inserido o empreendimento é de ocupação predominantemente residencial com pequenos pontos de comércio local e serviços, não existe no entorno nenhum fator de risco ou insalubridade que denote algum risco na área, existe uma linha regular de transporte coletivo a linha 092 que passa na frente do empreendimento.

O empreendimento conta em seu entorno com quatro PSF's, uma UBSF, quatro Escolas Municipais, uma Escola Estadual, três Clubes de Mãe, uma Delegacia de Policia Civil e duas ONGs que atendem a população local.

O empreendimento foi construído a partir de uma parceria entre a Caixa Econômica Federal, a Prefeitura Municipal de Campina Grande, a Secretaria Municipal de Planejamento, a Coordenadoria do Meio Ambiente, a Secretaria Municipal de Assistência Social, a Secretaria de Serviços Urbanos, a Secretaria de Obras, a Secretaria Municipal de Saúde, a Secretaria Municipal de Educação, a Construtora Borges e Santos, além, do SENAC, SENAI, SABRAE, ENERGISA e CAGEPA.

De acordo com o PTTS os beneficiários estão distribuídos da seguinte forma: são 496 famílias sendo aproximadamente 1.984 pessoas. Dentre essas famílias aproximadamente 96,3% são chefiadas por mulheres e dentre os contemplados aproximadamente de 3% é portador de algum tipo de necessidade especial, tem também os idosos que representam 20% dos contemplados.

Os apartamentos foram construídos em alvenaria de forma segura e compatível com a realidade socioeconômica dos beneficiários e da área de intervenção. O enfoque do Projeto Técnico Social está fundamentado nos seguintes eixos:

Mobilização e Organização Comunitária (algumas ações): detalhamento do PTTS, orientações para a criação de organismos representativos dos beneficiários e o desenvolvimento de grupos sociais e de comissões de interesses, identificação e capacitação de lideranças e grupos representativos em processos de gestão comunitária, entre outros.

Gestão Condominial (algumas ações): capacitação do Sindico e comissão fiscal em gestão condominial, orientações sobre administração financeira e cumprimento do regimento interno, estabelecimento das regras de convivência, com discussão e validação do Regimento Interno e alternativas para a solução da gestão do espaço comum.

Planejamento e Gestão do Orçamento Familiar (algumas ações): divulgação de informações sobre organização e planejamento do orçamento familiar e racionalização dos gastos com a moradia e orientação para acesso às tarifas sociais dos serviços públicos.

Educação Sanitária e Ambiental (algumas ações): divulgação de informações sobre o uso racional dos recursos naturais, manejo de resíduos sólidos, preservação e conservação ambiental, entre outros.

Educação Patrimonial (algumas ações): estimulo a correta apropriação e uso dos espaços e equipamentos de uso comum, repasse de informações básicas sobre manutenção preventiva da moradia e dos equipamentos comuns e informações básicas sobre os sistemas de água, esgoto, coleta de resíduos sólidos, entre outros.

Geração de Trabalho e Renda (algumas ações): promoção de projetos de capacitação para geração de emprego e renda, encaminhamento aos serviços de intermediação de mão de obra por meio dos sistemas de emprego, entre outros.

Como relatado no PTTS o objetivo geral desse projeto é viabilizar o exercício da participação cidadã mediante trabalho informativo e educativo que favoreça a organização da população e a melhoria na qualidade de vida das famílias beneficiadas. E como objetivos específicos podemos citar alguns: informar os beneficiários sobre o Programa, o contrato de parcelamento assinado e o papel de cada agente envolvido com seus direitos e deveres, estimular os beneficiários nos processos de discussão, decisão, implantação e manutenção dos bens e serviços a fim de adequá-los as necessidades e a realidade

local, gerar compromisso com a conservação e manutenção dos imóveis, incentivar a correta ocupação dos espaços coletivos, estimular a adimplência, articular a promoção de projetos e ações de capacitação para o trabalho e geração de renda na região, incentivar a participação dos beneficiários na gestão do empreendimento, entre outros.

O Trabalho Técnico Social tem a duração de 15 meses e sua execução é de responsabilidade de uma equipe técnica composta por Assistentes Sociais, Pedagogas e Psicólogos, entre outros profissionais que são engajados no decorrer do projeto de acordo com a necessidade de cada eixo de atuação.

DESENHO DA PESQUISA, DADOS E ANÁLISES

Neste item estão especificados o tipo de pesquisa e os métodos que foram utilizados para responder ao problema de pesquisa e aos objetivos já expostos, bem como os dados e a análise das informações.

DESENHO DA PESQUISA

Para atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi elaborada a partir de procedimentos técnicos da pesquisa bibliográfica, desenvolvida a partir de livros, periódicos, artigos, teses, entre outros textos, bem como da pesquisa de campo, mediante a aplicação de entrevistas semiestruturadas com os moradores e com o técnico da SEPLAN responsável pelo trabalho social no local.

Quanto à forma de abordagem do problema, o presente trabalho caracteriza-se como uma pesquisa de caráter qualitativo uma vez que analisou a forma de inserção e adaptação dessas famílias no local, e do ponto de vista de seus objetivos, explicativa e descritiva. Pode- se concluir também que a pesquisa apresenta caráter etnográfico, uma vez que busca conhecer a realidade local da apropriação do espaço urbano pela população residente no residencial.

Gil (2012) relata que a pesquisa explicativa objetiva identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos. Trata-se de pesquisa mais complexa e delicada, porquanto aprofunda o conhecimento da realidade, explicando a razão, o "porque" das coisas. Já a pesquisa descritiva destina-se a descrever as características de ocorrência do fenômeno. Os estudos de campo se aprofundam muito mais nas questões propostas e seu planejamento apresenta maior flexibilidade. Este estudo tende a utilizar mais técnicas de observação do que de interrogação.

A primeira parte da pesquisa consistiu na elaboração teórica do texto base a partir de uma literatura voltada para o atual processo de desenvolvimento urbano também foi feita uma visita a dois dos quatro residenciais Major Veneziano (em maio de 2015) juntamente com a equipe de habitação do município (da Secretaria de Planejamento do Município - SEPLAN) para posterior escolha de qual empreendimento centralizar a analise.

A segunda parte da pesquisa consistiu na visitação ao Residencial Major Veneziano I no período entre outubro e novembro de 2015 durante as visitas foram realizadas entrevistas com os moradores, com o Sindico, com a Presidente do Conselho Consultivo e com o Conselheiro Fiscal do condomínio, também foram realizadas entrevistas com o técnico responsável por desenvolver o trabalho social no local (em todas as entrevistas foram gravados os áudios), a partir da análise dos discursos foi elaborado esse trabalho.

Para uma melhor compreensão elencamos os atores envolvidos de acordo com uma sigla especifica que se refere ao papel desempenhado pelo entrevistado, ou seja, (M-01) a (M-15) [seguido do período da entrevista], se refere aos moradores, (SD) ao Sindico, (AS) a Agente de Saúde que também é a Presidente do Conselho Condominial, (CF) ao Conselheiro Fiscal e (TS) que é Técnico da SEPLAN responsável por desenvolver o Trabalho Técnico Social juntamente com uma equipe no local. As informações socioeconômicas constam na tabela abaixo.

FAIXA ETÁRIA	**ESTADO CIVIL**
15 a 24 anos = **2**	Casado = **10**
25 a 35 anos = **6**	Solteiro = **5**
36 a 45 anos = **6**	União estável = **3**
56 a 65 anos = **2**	
Mais de 65 anos = **2**	**NÙMERO DE FILHOS**
	Nenhum = **1**
SEXO	1 a 2 = **8**
Feminino = **14**	3 a 4 = **9**
Masculino = **4**	
	FAIXA DE RENDA (salário mínimo)
GRAU DE ESCOLARIDADE	Menos de 1 = **7**
Fund. Completo = **4** Incompleto = **9**	Entre 1 e 2 = **11**
Médio Completo = **2** Incompleto = **2**	
Superior Completo = **1**	
DESLOCAMENTO PARA OUTRAS ÁREAS	**QUANTOS MEMBROS TÊM A FAMÍLIA**
Transporte público = **13**	Entre 1 e 3 = **7**
Carro próprio = **3**	Entre 4 e 6 = **10**
Moto própria = **2**	Mais de 6 = **1**

Tabela 1 – Síntese das Informações Socioeconômicas

Fonte: Pesquisa de Campo (2015). Elaboração própria.

Ressaltamos que para a elaboração da pesquisa e análise de dados foram entrevistadas dezoito pessoas de diferentes famílias que residem no condomínio.

DADOS QUALITATIVOS E ANÁLISES

Como os entrevistados se sentem em morar no residencial Major Veneziano I

Neste eixo da pesquisa se procurou analisar como as pessoas contempladas com a habitação se sentem em relação à sua nova moradia e ao local aonde vieram residir.

Constatou-se de maneira geral o contentamento pela moradia, porém, os entrevistados também esclareceram algumas dificuldades que eles vivenciam tais como a falta de infraestrutura social (escola, creche, posto de saúde, posto policial, serviços de comércio) e a distancia em relação a esses serviços.

A seguir destacamos trechos de depoimentos dos entrevistados que residem no Residencial Major Veneziano I e que analisam sobre o que sentem em morar no local.

> Antes morava de aluguel. Passei 24 anos pagando aluguel. A gente morava em casa, mas eu já trabalhei em condomínio e tinha ideia de como era, das regras e tudo mais. Onde a gente morava era melhor em termos de localização, mas o ruim é porque quem paga aluguel sempre está devendo, por isso prefiro aqui. Gosto tanto daqui que nem saio, é difícil me ver sair daqui, aqui é meu canto, me identifiquei, gosto tanto que dou manutenção e faço qualquer trabalho que precisar (SD, Nov., 2015).

Em seu depoimento SD trata sobre sua adaptação a nova moradia ressaltando a importância de não pagar mais aluguel, pois, mesmo morando em um lugar mais distante, o fato de não ter mais esse “débito” é muito significante.

Neste sentido M-02 relata

> Eu me sinto bem em morar no residencial, gosto porque eu pagava aluguel e ganhei esse [apartamento] aqui, foi onde a gente saiu do aluguel. Fiz o cadastro na SEPLAN ai esperei o sorteio, me sortearam, aí eu vim e dou graças a Deus porque paguei aluguel durante oito anos (M-02, Out., 2015)...

O entrevistado acima descreve que sua condição de moradia melhorou, pois antes pagava aluguel, no entanto, seu relato evidencia a percepção dessa conquista [moradia própria] como um favor, ou seja, uma dádiva de um líder político (politica social) que explicita a pouca noção da cidade como um direito de todos.

Desta forma M-11 descreve

> A gente veio morar aqui pelo seguinte: não tínhamos casa pra morar pagávamos aluguel. Aí houve esse empreendimento do Minha Casa Minha Vida e a gente fez a inscrição, e, pra nossa surpresa, foi um dia de lágrimas que a gente chorou de alegria, chegou o telefonema que a gente tinha sido sorteado com um apartamento. Foi ela [esposa] que participou do sorteio. Tá tudo no nome dela (M-11, Nov., 2015).

Aqui (M-13, Nov., 2015) ressalta o processo de mudança e o fato de não ter que pagar mais aluguel “Participei do sorteio ai vim morar aqui, Deus me livre morar em um

alugado”.

Neste trecho o entrevistado também ressalta o contentamento por ter conseguido o apartamento e não ter que pagar mais aluguel.

> Eu pagava aluguel antes, aí fiz a inscrição na SEPLAN. Fui contemplada e passei por aqueles trâmites burocráticos e vim pra cá, foi logo no início, assim que me entregaram a chave em 2013, em uma semana estava morando aqui (AS, Nov., 2015).

Da mesma forma M-01 destaca que

> Gostar eu gosto de morar aqui, por uma parte, [mas], pela distância é ruim porque se você quer comprar alguma coisa, você sai daqui pra Catingueira, muito distante pra tudo, farmácia não tem e [também] o Posto de Saúde (M-01, Out., 2015).

No trecho acima o entrevistado relata sobre a questão da distância e da acessibilidade em relação aos serviços de comércio e de saúde, isso ocorre porque eles não possuem esses serviços próximos ao seu local de moradia. Quando necessitam comprar algo se deslocam para os bairros vizinhos e quando necessitam de atendimento médico se deslocam para áreas ainda mais distantes como o Posto de Saúde do bairro do bairro das Cidades ou do bairro da Liberdade, por exemplo.

Aqui destacamos depoimento de M-06 que descreve

> Eu gosto daqui, é bom. Pra quem não tinha nada! Não importa onde seja, porque tem gente que diz: “mas, é tão longe”. O que importa é se é da pessoa. Por mim podia ser mais longe ainda que eu moraria de todo jeito sendo minha! (M-06, Out., 2015).

Destacamos a partir deste relato a importância da moradia própria na vida do entrevistado como uma conquista há algum tempo esperada e que agora se concretiza, não importando as condições e infraestrutura apresentada.

Contudo, M-07 declara

> Gosto de morar no residencial. Vim pra cá porque minha mãe participou do sorteio. Antes morava em uma casa, acho o apartamento confortável, mas o local aqui é mais fechado, não se pode fazer barulho para não incomodar os vizinhos (M-07, Out., 2015).

Cabe ressaltar aqui as mudanças em relação às sociabilidades anteriores, ou seja, as diferenças entre o ambiente em que o entrevistado residia antes e o atual, destacando as regras mais rígidas em relação a convivência por se tratar de um ambiente mais fechado e mais próximo dos vizinhos.

Por sua vez, M-09 esclarece que

> Ah! Eu gosto de viver aqui, uma vontade que eu tinha era de ter meu canto, daqui eu não tenho o que falar não, agora só esse problema de condomínio [não pagamento da taxa de condomínio por parte de alguns moradores] que

está tendo, só isso que é chato (M-09, Out., 2015).

No trecho da entrevista acima podemos destacar também as mudanças em relação às sociabilidades quando o entrevistado ressalta a questão do não pagamento da taxa de condomínio [esse tema será discutido mais adiante], por parte de alguns moradores, ou seja, nesta nova realidade de habitação há um novo "débito" (a taxa de condomínio) que os moradores devem manter em dia, o que não está acontecendo na realidade, no entanto, vale ressaltar que a realidade social que essas pessoas viveram parte de suas vidas é bem distinta da realidade atual. O ambiente em que estavam inseridas, provavelmente, era desprovido de tantas regras, deveres e obrigações, principalmente quando se trata do bem-estar coletivo, pois cada família antes se preocupava apenas com as contas referentes ao seu próprio bem-estar e agora também deve se preocupar com o bem-estar coletivo. Assim, a taxa de condomínio passa a ser tratada como algo externo ao orçamento da família, que não tem a obrigação de se manter em dia.

Sobre sua perspectiva sobre o local M-11 declara que

> Bom, no sentido de morar pra nós é um "céu", só que a gente tem muita coisa ainda pra alimentar esse sonho nosso: falta segurança, falta administração... Que está tudo errado e a gente tem que dizer a verdade pura, principalmente a segurança! Falta o que nós sonhamos muito e que no início era prometido ter, que é escola, creche, Posto de Saúde, Posto de Policia, academia pra o idoso e nada disso foi realizado, nada, nada! (M-11, Nov., 2015).

O entrevistado ressalta acima a importância da moradia atual em sua vida, no entanto, destaca que não é apenas de habitação que as pessoas precisam, mas de uma série de fatores que compõem o ambiente citadino e que são muito importantes para a população. O mesmo em seu discurso apresenta uma projeção entre o presente e as aspirações enquanto sentido comunitário para um futuro que eles almejam ser concretizado.

No entanto, (M-13, Nov., 2015) descreve que "Eu gosto do ambiente porque eu saio [e] minha porta é fechada aí ninguém mexe. O ruim daqui "é" só os vizinhos porque as vezes estressa a pessoa, mais fora isso tudo bem".

Aqui observamos que o entrevistado não tem uma boa relação com os vizinhos, isto pode resultar em um isolamento por parte do mesmo que reside em um ambiente mais fechado [prédio] e mais próximo dos vizinhos, mas que a interação entre eles é reduzida.

O depoimento que segue ressalta que

> Eu mesmo não gosto muito de morar aqui porque eu gosto de quintal e espaço pra eu plantar, mas aqui não tem. Fora que já passo o dia todo subindo e descendo escada que quando eu largo o serviço ninguém me vê mais (M-15, Nov., 2015).

Neste trecho podemos observar a diferença em termos de sociabilidade entre o estilo de vida anteriormente vivido pelo entrevistado em um ambiente aberto onde se tinha

mais espaço e mais liberdade diferente de hoje onde o espaço é reduzido e mais fechado.

Logo, (AS, Nov., 2015) disserta

> Me sinto bem, porque assim... pra mim foi uma vitória porque eu pagava aluguel e quando fui comtemplada eu amei! Acredito que deve ter algumas melhorias, assim, em termos de conscientização do povo. Que é o que a gente bate muito na tecla. Agora da infraestrutura não tenho do que reclamar não. É confortável ideal pra minha família. A gente tem um ambiente muito bom, um ambiente, assim... favorável pra que todo mundo se desenvolva bem e cresça, mas, falta assim, a parte social, mas em termos físicos é ótimo.

Essa parte social que trata AS se refere à ausência de aparelhos sociais como: escola, creche, Posto de Saúde e Posto Policial próximo ao Residencial Major Veneziano, que são fundamentais para a qualidade de vida da população. Segundo alguns entrevistados os moradores esperam pela construção desses aparelhos desde que vieram morar no local, pois, no projeto original do residencial estaria também incluso tal infraestrutura, no entanto, analisando tal projeto se observa que apenas consta a construção do condomínio.

Já M-01 esclarece

> Viemos pra cá porque minha mãe ganhou o apartamento, a gente pagava aluguel e tivemos que vir pra cá. Foi ela quem fez a inscrição na SEPLAN e participou do sorteio, quando ela faleceu eu continuei, como sou filha única fiquei com o apartamento (M-01, Out., 2015).

Portanto, o fato de ir morar no local não foi uma escolha da família, mas sim indicação de um órgão responsável (SEPLAN) que através de uma política social encaminha as famílias consideradas de baixa renda para uma moradia.

A seguir observamos outro depoimento.

> Foi meu marido que foi contemplado com o apartamento, na verdade quando ele ganhou, nós não estávamos juntos ainda, aí quatro meses depois que ele estava aqui eu o conheci e vim morar com ele. [Segundo] ele disse foi além do esperado, mas pra mim não tem qualidade não (M-03, Out., 2015).

Neste caso o marido que foi contemplado por ser portador de necessidades especiais, na entrevista ele se mostrou muito satisfeito com o apartamento e toda a infraestrutura interna do condomínio, no entanto, para a esposa o apartamento não é bom porque é pequeno e distante de outras áreas da cidade.

De maneira distinta no depoimento a seguir M-06 descreve

> Me inscrevi no programa, [porque] o Prefeito passou na minha rua foi inaugurar uma rua que calçou aí estavam dando o nome pra ganhar uma casa, eu pensei que era uma casa, num explicaram exatamente o que era, aí eu disse: “bote meu nome” aí eles chamaram pra levar os papéis na SEPLAN aí me chamaram porque teve o sorteio como era muita gente eu estava entre elas, vai fazer dois anos que moro aqui (M–06, Out., 2015).

O entrevistado descreve acima a forma como se inscreveu para o sorteio do imóvel,

aqui podemos observar o processo de escolha da população (que neste caso se deu em meio a um ato político de outra natureza, onde o órgão responsável aproveita para cadastrar as famílias para a seleção dos imóveis sem explicar de forma clara como seria todo o processo) e o uso político nesse processo que conduziu o entrevistado M-06 a um imóvel que não era o que mesmo escolheria, pois durante a entrevista deixou claro que gostaria de morar em uma casa, porém, como não possuía moradia própria e nem condições para adquirir aceitou o apartamento.

Nos depoimentos supracitados podemos observar que para alguns existe a leitura de algo como uma melhoria nas condições de vida, em função de não pagar mais aluguel, entretanto, não podemos afirmar que isso chegue a ser um sinônimo de "felicidade" já que eles sentem a falta de uma infraestrutura que possa dar suporte ao seu novo estilo de vida.

Outra questão diz respeito à forma como ainda percebem a conquista da moradia como uma dádiva, enunciando como benção/sorte e, portanto, explicitando o não pertencimento, necessário à cidade. Isto é fruto de uma ideia amplamente divulgada da ação política de "doar a moradia" como um favor e não como um direito.

Cabe ressaltar também, que a questão do desenvolvimento urbano vai muito além da diminuição do déficit habitacional do munícipio justificado pela entrega de apartamentos ou casas a população que carece desses bens, essa questão envolve uma série de fatores como o acesso a saúde, educação, segurança e o direito de ir e vir assegurado por um sistema de transporte público eficiente, ou seja, implica em pensar a cidade e sobre a cidade levando em consideração todos esses aspectos.

Percepção acerca da atual moradia

Neste eixo da pesquisa se procurou analisar a forma como os entrevistados descrevem a atual moradia em termos de estrutura física.

Segundo o Plano de Trabalho Técnico Social de Campina Grande a intervenção física do Programa Minha Casa Minha Vida no município se deve ao fato de que as 496 famílias contempladas residem de forma precária. O empreendimento é composto por um conjunto residencial com 31 blocos de 16 apartamentos cada, sendo que os apartamentos do térreo são adaptados para pessoas com necessidades especiais e ou idosos. Ainda de acordo com PTTS do município os apartamentos foram construídos em alvenaria, são seguros e compatíveis com a realidade socioeconômica dos beneficiários e adaptados para pessoas portadoras de necessidades especiais e idosos. A seguir podemos observar trechos dos depoimentos dos entrevistados que expõem sua percepção acerca do imóvel.

Segundo M-01 alguns apartamentos apresentaram alguns problemas em relação ao revestimento do teto ou ainda na parte hidráulica.

> O apartamento é bom, é dez! Até agora não tive problema, mas têm pessoas aí que tiveram problemas com gesso, banheiro, essas coisas! Mas, graças a Deus eu não! É como lhe falei, no caso... a insegurança aqui dentro do condomínio é que incomoda, mas o apartamento em si não, porque aqui tem assalto e se você precisa de alguma coisa o síndico tá nem aí! (M-01, Out, 2015).

Durante a pesquisa todos os entrevistados citaram a questão da insegurança dentro do condomínio como um problema constante entre eles. Segundo alguns o problema se agravou depois que foram retirados os rondantes (seguranças de moto que faziam rondas dentro do condomínio) e cobram da atual gestão um posicionamento. Porém, esse problema remete a outro, pois, a atual gestão alega que não tem condições de manter os rondantes por falta de recursos financeiros, já que boa parte dos moradores não paga a taxa de condomínio. Enfim, percebemos a existência de um claro conflito de interesses e prioridades existente entre eles.

Podemos destacar também as relações sociais que se estabelecem de maneira distinta do contexto social que antes os moradores estavam inseridos, de forma que este novo contexto social se refere às novas relações de conveniência e organização no condomínio distinta das relações estabelecidas nas ruas dos bairros onde residiam antes.

O entrevistado a seguir destaca o que melhorou em relação a moradia, porém, ressalta que não necessita apenas de habitação, mas sim de toda uma infraestrutura social que possibilite a população residente no local ter uma boa qualidade de vida.

> Eu acho o apartamento bom e confortável. Dá pra eu abrigar meus filhos. Onde moro hoje é melhor do que onde eu morava, pois, antes morava em casa. Só não está melhor porque a infraestrutura não tem nada, assim... não tem posto de saúde, escola pra os meninos, creche... e onde morava antes era tinha tudo perto, [por exemplo] supermercado, e aqui não tem nada. A gente vem pra aqui como Deus quer (M-02, Out., 2015).

Sobre a estrutura física do condomínio M-03 disserta que

> Se você for comparar com outros condomínios é bem parecido porque é questão de padrão, até agora o único problema que eu tive aqui foi na parte hidráulica, mas isso acontece em qualquer construção. Resolveram e até agora não deu mais problema, então não posso reclamar da estrutura (M-03, Out., 2015).

Neste caso o entrevistado cita a estrutura física do condomínio que segundo seu relato está dentro dos “padrões” em comparação com outros empreendimentos de mesmo porte.

Outro morador relata que

> O apartamento é ótimo, foi Deus que me deu, eu não esperava nem isso tudo! Pensava que era daqueles bem “fraquinho”, aqueles duplex, quando eu cheguei aqui me surpreendi porque não sabia que era assim. Hoje graças ao meu bom Deus eu tenho o meu quarto e meus filhos tem o deles (M-10, Out., 2015).

Em seu discurso M-10 demonstra a ideia da moradia própria como algo longe de sua realidade habitual e difícil de ser alcançado por esforço próprio a não ser através de uma ajuda “superior” que neste caso veio do governo através de uma política social. O mesmo ressalta a questão da infraestrutura que em seu discurso se apresenta melhor do que o esperado como se “não merecesse” algo tão “bem” construído. Observamos também neste discurso o sentido do “não pertencimento” a essa nova realidade, ou seja, o contexto social em que o morador estava inserido era tão precário e distinto de sua realidade atual que o mesmo ressalta como algo “muito bom” o fato dele e seus filhos terem seus próprios quartos.

> São 22 meses que estamos aqui, desde o começo. Em dezembro faz dois anos. Aí são 22 meses de condomínio, 22 meses de prestação do apartamento e 18 meses de prestação dos móveis que é do cartão dos móveis. Nós compramos todos os móveis com o cartão oferecido pelo governo. Não é uma benção, um presente? Pra quem pagava R$350,00 de aluguel, pagava energia e água, que ia subir pra uns quatrocentos e pouco, então um salário ia só pras despesas e o outro só pra comprar remédio, comida pra sobreviver. Depois que estamos aqui já folgou mais um pouco a gente pode comprar uma manga, uma banana e comer, pode fazer também uma viagem... que eu tenho meu filho que mora fora. Aí veja bem... nós pagamos a prestação do apartamento, a nossa aqui é R$60,00, mas tem gente aqui que paga R$25,00 e não paga taxa de condomínio, absurdo! (M-11, Nov., 2015).

No discurso acima o entrevistado disserta sobre a mudança em seu padrão de vida que segundo ele melhorou, pois, mesmo pagando diversas contas (prestação do apartamento, taxa de condomínio e prestação dos móveis) referentes a nova moradia, sua despesa hoje é bem menor do que na época em que pagava aluguel. Esta economia de recursos financeiros lhe proporcionou um maior acesso a outras coisas (como alimentação de melhor qualidade e a possibilidade de viajar para visitar a família) que antes simplesmente não tinha ou era inabitual.

> Eu acho que se diferencia 100%. Porque antes eu não tinha moradia, eu pagava aluguel. Então morava no que era das pessoas e tinha que me adequar ao que era delas e hoje eu me adequei ao que é meu, acho que é por isso que eu amo o meu canto (AS, Nov., 2015).

Em seu discurso AS aborda a questão da “adequação ao espaço” como se houvesse diferença de sua adaptação em ambos os lugares, visto que nos dois ambientes o mesmo teve que se adaptar a uma estrutura imposta não tendo o “poder” de escolha e decisão de como seria sua moradia, a diferença agora é que a atual moradia será um dia sua, após a

quitação das prestações.

Entre os depoimentos destacados acima podemos ressaltar a importância da habitação na vida das famílias, sobretudo destas que por sua condição de renda não tiveram condições de adquirir antes seu imóvel próprio e passaram muito tempo morando de aluguel.

Diferenças entre o ambiente de moradia anterior e o atual

Levando em consideração a forma de inserção (através de uma política pública sem a livre escolha de onde e como morar) das famílias residentes no local se buscou entender quais as diferenças existentes no modo de vida dos moradores no atual ambiente em que estão inseridos em relação a onde moravam anteriormente. Neste sentido, podemos constatar que alguns entrevistados apontaram a questão da falta de equipamentos comunitários e de serviços de comércio como fatores que devem ser melhorados.

> Em questão de onde morava na Liberdade [bairro], se comparando com aqui, lá é tudo em cima [perto]: Colégio, Grupo Escolar, Farmácia, Mercadinho tudo próximo um do outro. Aqui se a gente quiser fazer uma feira tem que se deslocar daqui pra outro local. Agora se a gente quiser comprar digamos... um quilo de açúcar, estou dando um exemplo, aí tem pessoas que moram aqui no condomínio que vendem umas coisas básicas em casa, tipo assim... antigamente não se chamava de “bodega”? Pronto! a “bodeguinha” que quando você precisa de uma coisa tipo um quilo de açúcar, se for um leite, um pão aí eles vendem. Mas, se você quiser fazer uma feira de mês não faz, tem que se deslocar ou pra Catingueira ou pra outro lugar porque aqui não tem mercado próximo (M-01, Out., 2015).

Podemos observar a partir deste discurso como a questão da mobilidade pode ser um indicador de uma perspectiva de segregar ao invés de incluir o tecido urbano, especialmente de uma política de expansão urbana que deveria incluir não só a questão da moradia, como também toda infraestrutura necessária para proporcionar uma boa qualidade de vida da população local.

Neste sentido M-05 argumenta que

> Morava no Zé Pinheiro e pagava aluguel, a diferença é que aqui é tudo longe, aqui não tem um Posto de Saúde e lá é tudo perto. Queria comprar um pão ia na padaria bem pertinho, queria ir no mercado era tudo perto. Aqui não tem Posto, aí não tem como fazer um exame citológico, é o maior “muído” assim, a dificuldade que eu acho aqui é essa porque não tem essas coisas, lá onde eu morava era um pulo pra o Posto ai qualquer coisinha, um exame [ou] um remédio eu tinha, mas aqui nada! Eu acho “mais ruim” [não ter] o Posto porque as vezes a gente quer fazer uma consulta, arrumar um clinico geral pra ela [filha], essas coisas... mas, não tem! (M-05, Out., 2015).

Outro entrevistado destaca a forma como se reside (em apartamentos) cuja estrutura é diferente de uma casa e exige outro tipo de comportamento.

> Eu morava com a minha mãe. A diferença é que lá era casa super grande e aqui é apartamento. No começo foi um pouco estranho porque sempre morei em casa com espaço e ar puro, aí senti dificuldade aqui por isso, por não ter ar puro pra respirar porque a casa da minha mãe é tipo um sítio aí eu sempre vivi assim, mas com o decorrer do tempo eu fui me acostumando (M-03, Out., 2015).

Neste trecho da entrevista observamos que M-03 disserta sobre seu processo de adaptação ao novo ambiente que vai além da mudança do local de moradia, mas inclui também uma mudança na percepção e leitura sobre morar em uma casa e em um apartamento, ressaltando a dificuldade de se adaptar a um ambiente menor e mais fechado totalmente diverso ao que estava acostumada.

No trecho seguinte outro morador destaca a mesma questão de adaptação a um novo ambiente diverso ao que estava acostumado.

> Se diferencia de onde morava antes porque [aqui] é fechado e eu morava [antes] em uma rua numa casa normal e aqui você se sente mais presa, sabe? Tanto aqui dentro do apartamento quanto por ser em bloco, acho que se fosse casinhas seria outra coisa, mas assim é muito fechado é diferente você se sente mais preso e ao mesmo tempo dá a impressão de estar mais protegida (M-10, Out., 2015).

Outro morador destaca o sentimento de saudade das pessoas com as quais conviveu durante muitos anos na sua antiga moradia.

> A diferença é só a saudade e a convivência. Porque a gente faz dois anos que mora aqui... você pode acreditar que a gente mora como se tivesse numa terra estranha porque vem gente de tudo quanto é localidade. Você se separa das "ovelhas" que você conhece e vem pra um rebanho diferente, lá foi a vida toda, então a gente tem que procurar viver (M-11, Nov., 2015).

Cabe ressaltar a mudança no estilo de vida dessas famílias que foram inseridas em um novo contexto de convivência definido por diversas regras que apontam para deveres e obrigações mais fortes com o bem-estar da coletividade o que provoca alguns conflitos em alguns aspectos. A inserção dessas famílias nesta nova realidade de "como morar" ocorre não por livre escolha de onde e como viver, mas através de uma política pública que tem como principal eixo de atuação a diminuição do déficit habitacional dos municípios através da construção de moradias populares destinadas a população de baixa renda.

Em Campina Grande esta política habitacional tem contribuído na expansão da área urbana do município já que alguns empreendimentos, a exemplo dos residenciais Major Veneziano, estão localizados em uma área periférica onde antes não existia residentes, isso fez com que o tecido urbano do município aumentasse, no entanto, vale salientar que essa expansão ocorre sem a percepção de uma infraestrutura adequada que faça com que esses empreendimentos se incorporem realmente à cidade e não fiquem apenas a margem, a mercê de ações paliativas que ofereçam parte dos serviços que essa população

necessita sem uma previsão de quando terão acesso a uma infraestrutura de qualidade. Pois, pensar a expansão do tecido urbano de uma cidade envolve muitos mais que ocupar as áreas inabitadas com a população de baixa renda, ou seja, requer também promover condições de moradia, convivência e mobilidade iguais em toda a área urbana do município, ou seja, promover um desenvolvimento urbano inclusivo.

Acesso a serviços de Saúde e Educação

Aqui se buscou analisar como os moradores desse condomínio tem acesso a serviços de saúde e educação, pois, de acordo com o PTTS do município a população local conta com uma infraestrutura de atendimento na qual consta quatro Postos de Saúde (dois no bairro da Catingueira e dois no bairro das Cidades) e uma Unidade Básica da Família no Conjunto Acácio Figueiredo, cuja capacidade de atendimento varia entre 800 e 1000 pessoas, e em relação à educação são ao menos seis escolas localizadas em bairros vizinhos ao empreendimento com capacidade de atendimento para crianças, jovens e adultos que estão localizadas nos bairros da Catingueira, bairro das Cidades e bairro das Três Irmãs, e, duas creches nos bairros da Cidade e Catingueira. No entanto, analisando os depoimentos seguintes podemos constatar uma realidade no mínimo diversa da que se apresenta no PTTS.

Os moradores do residencial tem uma agente de saúde que reside no local e é quem faz a intermediação para atendimentos médicos, exames, fornecimento de medicamentos e outros acompanhamentos, ademais os moradores também recebem uma vez ao mês o ônibus do Programa Chegou o Doutor que realiza atendimento e faz alguns exames no local. Apesar disso, alguns entrevistados disseram que o acesso a saúde é muito precário como podemos observar a partir dos trechos das entrevistas a seguir.

Como abordado em relação à saúde M-02 ressalta que "tem uma agente de saúde que agenda pra gente quando precisa de alguma consulta ou traz remédio quando [a gente] precisa".

Já M-03 disserta que quando necessita de atendimento médico prefere buscar perto da casa da Mãe em uma localidade mais distante porque sente que é bem atendida.

> Pra educação eu não sei, mas pra saúde aqui é péssimo porque não tem Posto de Saúde. O Posto que tem é o da Catingueira e eu não sei nem se é atendido lá... Até porque eu nunca fui procurar saber, porque quando preciso eu vou lá onde minha mãe mora e sou bem atendida lá a hora que eu for. Eu não uso nada daqui, me desloco daqui pra Santa Teresinha [Distrito de Campina] e lá sou bem atendida (M- 03, Out., 2015).

Outro morador destaca que "Aqui pra fazer algum exame tem que ir ao posto bem distante, meia hora daqui pra lá" (M-04, Out., 2015).

Dentro deste mesmo discurso M-05 argumenta que

> Aqui mandam ir no [Posto] da Liberdade, mas o da Liberdade você tem que ir quatro horas da manhã e as vezes o médico nem vem, ou não atende. Se vai pra um [Hospital] Francisco Pinto no Centro é do mesmo jeito, eu "tava" doida pra fazer um [exame] citológico pra mim que nunca mais tinha feito, mas é muito "muído". Quando eu falei com a menina [Agente de saúde do Residencial Major I e II], ela disse que tem como fazer, mas não tem um médico pra mostrar o exame, aí eu disse: não adianta fazer o exame e não ter o médico pra "amostrar", aí fica complicado! Pronto! O que eu acho ruim aqui é só isso mesmo, não tenho o que falar de outra coisa (M-05, Out., 2015).

E na questão do atendimento

> Vou de vez em quando no posto lá em cima, mais longe que a escola lá perto do Veneziano, que é o Posto da Catingueira, e é muito ruim o atendimento! Tem muita gente... só da prioridade mais ao povo que mora no bairro. Toda vez que vou pra lá deixo a menina na escola e lá chego de 07:30 e saio de lá 11:00h ou 12:00h. Perco minha manhã toda pra ser atendida. No começo a gente não era atendido porque diziam: "o povo do Major tem que ir pra o Posto do Centro ou da Liberdade", aí logo no começo quando vim morar aqui fiquei um bom tempo sem atendimento e muita gente também ficou. Quando ia vacinar as crianças todo mundo ia pra o Centro, aí depois foi que começou a atender a gente aí [Posto da Catingueira], que organizou alguma coisa, mas não tem tudo... não tem dentista... pra gente é só o básico (citológico, pré-natal) mesmo! Se precisar de dentista tem que ir pra o Centro. Se chegar normal, sem está grávida, pra fazer uma consulta "bote" tempo! Porque vai ter que agendar pra ver se a enfermeira atende, porque não tem médico e é uma enfermeira só pra esses quatro Major. As vezes ela vem mais Carmen que é a Agente de Saúde e Assistente Social, pronto! É ela e a enfermeira pra atender os quatro Major. Aí chega medicamento, mas num instante vai embora por causa do tanto de gente... assim que chega o medicamento tem que ir buscar como, por exemplo, esses medicamentos que a gente toma pra evitar ter filho... remédio pra tosse não tem, todas as vezes que eu fui nunca tinha, é só o básico mesmo. Quando não tem o remédio elas dão uma receita pra ir buscar no [Posto do] centro ou na Liberdade [bairro] então é melhor ir logo onde sabe que tem, porque é só pra perder a manhã todinha e ser mal atendida. As funcionárias atende por cara. Eles dizem: "o povo do Major espere"! A gente ficou tachado. Quando sabe que é do Major barra logo. É péssimo o atendimento, que dá vontade de você baixar o barraco (M-06, Out., 2015).

Podemos destacar a partir do depoimento acima uma tendência a "segregação" em relação ao atendimento médico feito nas Unidades de Saúde de outros bairros que atendem prioritariamente seus habitantes. Tal processo pode ser resultado da super lotação destas unidades que foram incialmente construídas para atender a população do bairro em que está inserida.

Sobre o acesso à educação o mesmo entrevistado destaca que

> A educação é muito ruim... precário... não tem né? Minhas filhas estudam num colégio do Bairro das Cidades, o Maria das Vitórias, só que como já tem o povo do bairro aí a gente veio pra cá e ficou lotado, cheio demais [as salas de aula]. Eu levo elas de manhã e vou buscar de tarde [e] a minha outra

> filha fica na creche. Aqui creche e escola está tudo lotada, não tem vaga pra mais ninguém. Tem menino daqui que está estudando lá na Catingueira. No Veneziano está tudo espalhado! Quando a gente veio pra cá disseram que ia ter escola, Posto separado pra gente, mas até agora nada tem, só o terreno aí. O ruim é que é muita criança e a professora não tem como dar atenção direito às crianças. Tem sala que tem mais de 30, aí fica a desejar o estudo que passa pra eles e a atenção que dá as crianças. Fica muito jogado, fica cada um por si como dizem (M-06, Out., 2015).

No entanto, no PTTS não existe nenhum projeto de construção para uma nova escola que possa atender a população local muito menos uma estimativa do número de vagas nas escolas ao entorno do residencial, existe apenas uma listagem das escolas próximas existentes o que não garante aos moradores a existência de vagas para seus filhos.

Já em seu depoimento M-08 destaca que

> Os serviços de saúde e educação são ruins. A escola até que é mais perto [em relação ao Posto de Saúde], mas posto a gente tem que sair daqui pra Liberdade pra poder ser atendido por algum médico, já fui várias vezes atrás de médico, sobretudo, pra minha avó. A agente de Saúde daqui, ela ajuda muito, se não fosse ela eu não sei o que seria da gente não! (M-08, Out., 2015).

Como abordado anteriormente a agente de saúde do local faz a intermediação dos serviços de saúde com os moradores.

> Saúde e educação tá ruim, tá pra fazer uma escola agora, posto, creche e praça, ontem falaram na reunião. Minhas meninas mesmo, estudam no cinza, elas vão de ônibus, descem na pista e vão com uma prima. Mas, pretendo colocar nessa escola aí das casas da CEHAP onde minha mãe está morando (M-09, Out., 2015).

Na verdade essa questão da construção de Posto de Saúde, escola, creche é recorrente entre os depoimentos, porém, os entrevistados não souberam explicar como seria esse processo, alegam que a Prefeitura “prometeu” a construção desses aparelhos sociais desde que vieram residir no local e eles estão aguardando, vale salientar que como mencionado acima, não existe projeto de construção de nenhum outro empreendimento no PTTS original além dos residenciais.

Ainda sobre o acesso a esses serviços, destacamos o depoimento a seguir

> O serviço de saúde e educação é negativo. Meus filhos saem daqui lá pra cima. Durante um mês, 13 dias tem aula, outro dia é feriado, no outro o professor não vem, no outro não sei quem está doente... aí fica sim. Eles vão e voltam sem ter aula. A escola é distante daqui e o caminho é perigoso. Meu filho mesmo... uma vez botaram a faca nele e eu sai doida aqui, fui atrás de moto botei ele na garupa e fui embora. Aqui olhe... saúde e educação é negativo. Nunca precisei recorrer a agente de saúde, graças a Deus eu e meus filhos somos saudáveis, quando minha pressão sobe eu corro logo para o hospital e esses exames assim de sangue e essas coisas fiz agora pela

> empresa que trabalho (M-10, Out., 2015).

Neste sentido M-11 alega que

> Nós não temos Posto Médico aqui somos atendidos pelo Posto da Catingueira, então ela facilita as coisas, assim, como a gente é idoso pra gente não ir lá ficar pegando remédio ela traz, aí agora eles conseguiram do médico vir toda terça-feira uma vez em cada condomínio, aí quanto ao atendimento médico, assim, graças a Deus eu não tenho o que dizer, entendeu? Enquanto ela que esteja, que tenha esse cuidado com a gente, os mais novos não, que tem saúde né? Mas com o idoso ela tem muito cuidado, ela leva o cartão traz o remédio, os exames as vezes demoram um pouquinho, mas a ela consegue (M-11, Nov., 2015).

É constante a cobrança por melhoria no acesso a serviços de saúde e educação

> O problema todinho que lhe falei é o seguinte: pra gente aqui a moradia é maravilhosa, mas, o que falta aqui é o reforço que se tivesse a gente estava no céu. O reforço que falo é creche, escola para as crianças, é uma maior assistência aos idosos e deficientes, segurança... devemos muito ao SAMU que dá muita assistência aqui dentro porque é só chamar e eles vêm, mas não era melhor ter um Posto de Saúde aqui pertinho? Posto de Policia? Nós temos aqui no bairro das cidades, no projeto tinha essas coisas só que não foi feito (M-02, Out., 2015).

Esse trecho situa o conflito, hoje existente, entre o previsto (ou esperado pela população que foi deslocada para essa área) e o executado. Essa questão tem afetado a própria dimensão de moradia, assim como a vinculação ao lugar por parte dos moradores que se sentem "isolados". A falta de aparelhos sociais dessa infraestrutura tão mencionada nos depoimentos denota uma acomodação, por parte do poder público, em relação a uma demanda que foi gerada com o deslocamento dessas famílias para essas áreas.

O entrevistado M-02 em sua fala faz uma análise comparativa importante quando disserta que "essas casas que entregaram aí [casas da CEHAP próximo aos residenciais Major Veneziano] demoraram a entregar, o povo se apavorou, quiseram "invadir" e tudo, mas só entregaram com tudo isso pronto, com creche, escola, Posto de Saúde com tudo".

A seguir M-13 ressalta a questão da demora do atendimento médico e da realização de exames.

> Quando preciso fazer um exame espero a vontade de Deus de mandar um milagre de vir alguém aqui aí eu ir fazer. Mas, vem médico aqui... tem um ônibus que tem médica e enfermeira que tem um dia, mas aí a pessoa marca o exame de um menino que tava doente, aí o menino já tomou remédio, foi pra o hospital, ficou bom da barriga e até hoje tá no posto o pedido de exame, quase um ano um exame de sangue, fezes e urina até hoje tá lá, vou ter que fazer particular (M-13, Nov., 2015).

"Na saúde tem a agente de saúde daqui que o que ela pode trazer pra perto da gente traz, agora escola aqui é muito distante. Tá faltando creche, escola, o posto de saúde

aqui mais perto, só tem como conseguir algum exame porque a gente fala com a agente de saúde e ela providencia pra gente" (M-14, Nov., 2015).

Sobre o acesso a educação AS esclarece as principais dificuldades enfrentadas pelos alunos e as famílias em relação às vagas nas escolas próximas.

> Ainda é muito pouco porque existe muitas crianças aqui e não tem vagas suficientes nas escolas aqui, então muitas mães ainda levam os filhos pra outros bairros, ou deixaram os filhos nas mesmas escolas pra poder ficar com a vaga porque as escolas daqui não dá conta de todo mundo. E tem outro detalhe da própria escola, a superlotação. A gente não consegue confiar numa escola onde tem 50 alunos numa sala com uma professora pra tomar conta de todos, aí o que é acontece é que a criança que já tem um grau de agressividade ela chega pior em casa do que vai, não consegue se desenvolver nem aprender nada, vai pra escola e volta! Eu olhava o caderno do meu filho quando chegava da escola e não tinha nada, a professora não tem domínio do que ela está passando no quadro para as crianças aprenderem. Também não culpo ela porque numa sala com 50 alunos pra uma professora é impossível tomar conta. Então o que fiz foi tirar meu filho e colocar numa escolinha particular daqui do bairro mesmo, então, hoje eu me sinto mais segura em relação a educação dele porque eu sei que ele está numa sala menor, tem uma cobrança maior em cima dele e eu posso também está cobrando (AS, Nov., 2015).

Fica evidente a partir da fala dos moradores a ausência de uma política municipal que promova o acesso dessas crianças às vagas nas escolas e creches próximas ao condomínio e que constam no PTTS como equipamentos de educação que podem dar suporte a população inserida no local.

Portanto,

> Então assim, com relação à educação eu acho que ainda falta na questão da acessibilidade do número de vagas para as crianças e com relação a saúde falta o concreto que é o Posto. Nós temos uma enfermeira, temos duas agentes de saúde que trabalha aqui dentro, mas ainda é muito pouco pra quantidade de pessoas (AS, Nov., 2015).

A partir dos depoimentos descritos podemos observar uma discrepância entre o PTTS local e o relato dos moradores sobre o acesso a serviços básicos como saúde e educação, constatando-se uma ineficiência nestes serviços visto que o acesso a estes ocorre de maneira precária e deficitária, ademais, no PTTS não consta a construção dos equipamentos sociais que os moradores mencionam como se fizesse parte do projeto.

Como explicitado pelos moradores, para eles terem acesso aos serviços de saúde, eles precisam se deslocar para outros bairros onde algumas vezes não são bem atendidos ou simplesmente não conseguem atendimento. No caso da educação os estudantes tem que se deslocar para áreas distantes em busca de ensino regular, a maioria dos estudantes que residem no local estuda na Escola Municipal Maria das Vitórias localizada no bairro das Cidades e que oferece até o Ensino Fundamental, em relação ao Ensino Médio os

estudantes se deslocam para o Bairro da Catingueira para estudar na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Major Veneziano Vital do Rego. Uma das maiores reclamações consiste na superlotação das salas de aula que dificulta o trabalho do professor e o processo de aprendizagem do aluno.

Acesso a serviços de Transporte público

Aqui se procurou analisar o acesso da população local ao serviço de transporte público a partir do depoimento dos próprios moradores uma vez que, segundo o PTTS local a área do condomínio é 100% atendida por esse serviço através da linha 092 que passa enfrente aos residenciais.

De acordo com a maioria dos entrevistados o serviço de transporte é regular, pois sempre há ônibus passando em frente ao residencial, no entanto, eles destacam a questão da violência (devido aos assaltos constantes nos coletivos naquela área) e a superlotação como fatores negativos.

> Você sai aqui e não fica nem dez minutos ali na frente, num instante vem um ônibus, eu creio que com o tempo a questão da violência [nos transportes coletivos] possa ser resolvida também porque a população não aguenta mais tanta impunidade (M- 01, Out., 2015).

Outro morador destaca a questão da superlotação nos coletivos “o transporte público é bom porque é rápido, mas as vezes é muito lotado e demora a chegar porque anda muito” (M- 04, Out., 2015).

E M-05 relata que “o transporte aqui é um atrás do outro, pra mim não tem demora não, é rápido. Apesar de tanto assalto que tem, é no que a pessoa anda”.

Sobre outros tipos de transporte alternativos (M-06, Out., 2015) disserta que

> É só os ônibus aqui. Quem pode vai de moto-táxi, mas eles cobram o olho da cara aqui, porque vê que a gente fica encurralada. Só tem os ônibus e assim mesmo é tudo lotado, de manhã, de tarde e de noite e agora com essa história de arrastão que quase toda noite tem um porque é muito movimento e só anda lotado, todas as vezes que eu fui só andei em pé.

Em relação aos horários de pico e da rota dos ônibus

> Na parte da manhã é impossível você pegar ônibus aqui porque é lotado, cheio mesmo que não cabe mais ninguém. Antes eu trabalhava no Centro e renegava ter que ir trabalhar porque era sempre lotado e tinha que sair ainda mais cedo. A situação do ônibus aqui é muito ruim. Aí o povo começou a reclamar na Hora do Povo [Programa de TV local] porque ele entrava ainda por dentro do Verdejante pegando gente ali aí não tinha condição estava muito cheio mesmo! aí deu uma amenizada porque ele agora passa direto, mas depois que entregaram essas casas aí em frente voltou a lotar tudo de novo. Era pra ter só uma linha pra cá porque ele só anda lotado (M-06, Out., 2015).

Sobre o serviço prestado pelas empresas de ônibus o entrevistado argumenta que,

“o transporte público é sempre cheio, tem muita gente. Acho que se tivesse mais ônibus seria melhor. Não demora, mas é sempre cheio” (M-07, Out., 2015).

Já (M-13, Nov., 2015) alega que

> O transporte público aqui é bom [porque] tem ônibus direto, antes era ruim porque era muito lotado, mas agora liberou outro. Aqui é assim, a gente saí perde um aí vai andando quando chega na frente já tem outro. É num instante, não chega a cinco minutos. Tens uns ônibus que são bem conservados e outros que só a “Graça”!

Sobre isso outro morador descreve que

> Eu acredito que a questão do transporte público está bom, em termos assim, da quantidade de ônibus porque se você perde um com dez minutos chega outro, aí você não tem o que reclamar. Agora a segurança em termos gerais deixa a desejar porque hoje quantos não são roubados dentro do ônibus? Aí a gente fica com medo. As vezes tem um telefone e não leva com medo de ser assaltada. Tem assaltos constantes no 092, que é a linha que cobre aqui, é muita reclamação de assalto principalmente no horário da noite (AS, Nov., 2015).

Em relação ao serviço de transporte podemos observar que a maioria dos entrevistados relata que o serviço é bom por não demorar a passar ônibus no local, porque não esperam muito tempo na parada de ônibus, porém, ressaltam a falta de segurança e a superlotação no transporte.

Acesso a Segurança

Neste eixo da análise se procurou analisar como os moradores avaliam a questão da segurança interna e externa ao condomínio, diferente do eixo acima quando os moradores trataram sobre a questão do transporte e abordaram a violência de forma específica (dentro dos coletivos), aqui procuramos saber no geral como eles se sentem em relação à segurança.

Segundo (M-01, Out., 2015) são constantes os assaltos na área, sobretudo, no período da noite. Ademais ele defende a existência de mais policiamento na área ao entorno do residencial, como observamos a seguir.

> A insegurança aqui também é grande principalmente no caminho, os ônibus que vem pra cá a noite são assaltados, são várias pessoas que são assaltadas. Inclusive num dia vai fazer um mês eu fui assaltada e depois foi minha filha, entrei no ônibus ia para um culto, aí quando chegou próximo ali ao Ivandro Cunha Lima entraram quatro caras e fizeram o rapa, isso ainda dar 19:00h da noite. Quer dizer, é uma insegurança muito grande aqui. Aqui era pra estar os policias fazendo ronda porque você sabe... aqui é uma mistura de pessoas então era pra ter isso, no caso da segurança aí na frente entra todo tipo de pessoa e eles não estão nem aí, antigamente era diferente, mas hoje não tem nenhuma segurança, a gente sai se for pra resolver alguma coisa, mas tem que voltar correndo ou tem que deixar alguém porque tem medo de voltar e

não ter mais nada em casa. Algumas pessoas pediram mais rondas. Fizeram um posto policial na Catingueira e disseram que ia servir aqui também.

E sobre a segurança dentro do condomínio o mesmo entrevistado alega que

> Aqui tá entregue, ao menos esse Major I, porque a gente não vê mais nada como era antes, é insegurança demais, entra quem quer nesse portão. Não tem controle. Altas horas entram gente, pessoas que não moram nem aqui, uns rapazes que ficam aí... (M-01, Out., 2015).

Nesta perspectiva (M-02, Out., 2015) disserta que

> A segurança é precária, e tá difícil aqui, internamente não tem segurança depois que esse síndico entrou ele tirou rondante, agora só tem o porteiro que não pede identificação de quem chega você tem livre acesso aqui.

No trecho acima o entrevistado dá ideia da existência de um conflito interno em relação à segurança quando fala que o problema de insegurança interna aumentou depois dessa nova administração do condomínio, é como se ele quisesse demonstrar que antes em outras administrações esse problema não existia na magnitude que se apresenta hoje, como se antes vivessem mais "seguros". Essa posicionamento também foi constatado em outros depoimentos como podemos observar a seguir.

> Segurança agora tá difícil porque não tem mais. No começo tinha bastante a gente se sentia super garantida aqui dentro, aí o problema é a administração daqui e isso não envolve o governo e sim a gente. Colocaram uma unidade de polícia aqui perto, mas eles não fazem ronda. O pessoal aqui na frente colocou bares e um monte de coisa que tomou a frente do condomínio aí o que acontece é que o síndico podia procurar os poderes públicos pra tentar resolver. Na portaria fica gente 24 horas, mas eles não pedem identificação [e] quando tem tiroteio ninguém sabe nem chamar a polícia. Agora assim, a estrutura foi feita pra ter segurança [porque] tem cerca elétrica tem câmeras giratórias... lá em cima eu já entrei na sala de câmeras e a frente do meu apartamento você vê todinha, mas quando tem roubo a câmera não funciona, você procura a imagem e não tem! aqui já teve roubo grande já roubaram moto e arrombaram apartamento. Essa semana passada arrombaram um aqui atrás, aí quer dizer que a gente está pagando condomínio aqui só pra o pessoal varrer de vez em quando e pronto! O que acontece é que eles colocam pessoas que são daqui pra trabalhar no condomínio, dizem que tem um plano que não sei o nome, a ideia é ajudar os moradores, mas se não ajuda todo mundo não faz diferença, aí o que acontece? Algum roubo ou alguma briga e o cara conhece porque é daqui e não vai se meter se é amigo dele? Infelizmente não é honesto era pra ter procurado uma empresa de fora pra resolver isso talvez fosse gastar um pouco mais, mas as pessoas daqui pra trabalhar em segurança não dá certo, em outras atividades tudo bem, mas como segurança não dá (M–03, Out., 2015).

Aqui merece destaque a forma como a segurança é percebida pelos entrevistados, em quase todas as entrevistas os moradores atribuem a atual gestão condominial a responsabilidade pela segurança interna cobrando a volta dos rondantes, um serviço de

portaria mais eficiente e uma posição do síndico em relação aos furtos nos apartamentos, porém, essa responsabilidade deve ser compartilhada por todos.

Quando o entrevistado acima fala sobre colocar pessoas do condomínio para trabalhar, na verdade ele está se referindo a uma espécie de "política interna" (não ficou claro durante a entrevista se essa "norma" consta no regimento interno ou não) onde o condomínio contrata para os serviços de portaria e limpeza os próprios moradores que se dispõem a realizar o serviço (também não podemos analisar a forma como eles selecionam esses moradores), esta é uma questão crítica de conflito interno porque de acordo com o entrevistado M-03 fica difícil você ser "honesto" em relação a algum acontecimento ilícito dentro do condomínio porque se trata de pessoas próximas e o indivíduo pode não querer entregar a pessoa que cometeu o ato, seja por ter uma relação de proximidade com o mesmo ou até por medo de retaliação.

Segundo o síndico, o condomínio tem sido prejudicado neste sentido porque alguns moradores que deixam de realizar o serviço (para o qual foram contratados) colocam o condomínio na justiça e conseguem indenizações trabalhistas, este na verdade, é um dos motivos que o síndico atribui como causa da diminuição dos recursos financeiros (os dois principais motivos são: inadimplência no pagamento da taxa de condomínio e as multas trabalhistas).

Alguns moradores alegam que

> Eu me sinto segura dentro da minha casa, mas pra ter um objeto meu, um carro ou uma moto e deixar ali fora eu não me sinto segura porque há um tempo atrás tinha rondante aqui e agora não tem mais por causa do dinheiro que não está entrando. Aí já cortaram os rondantes, só fica dois rapazes na portaria durante a noite e durante o dia só fica um... a situação está desandando, não está boa não! Logo no primeiro ano quando a gente veio morar aqui estava muito boa a segurança, mas com esse homem agora desandou: é assalto nos apartamentos, principalmente nos do térreo, roubo de moto... aí ficou ruim (M-06, Out., 2015).

De acordo com (M-09, Out., 2015)

> A segurança daqui do condomínio não está como era antes porque tinha rondante e agora não tem é só lá no portão, na portaria. Mas, eu não tenho medo não. Era melhor com rondante [e] o síndico está fazendo tudo pra voltar e botar tudo que tem direito, mas tem muita gente que não paga a taxa de condomínio.

Este entrevistado já sofreu com o problema da insegurança

> A segurança aqui é zero, não me sinto segura. Já duas vezes tentaram levar minha moto, só que ela tem alarme, e alarmou, mas segurança aqui é negativo. Aí à noite eu coloco pra dentro porque meu apartamento é térreo, se fosse em cima eu não tinha comprado. Porque se tentaram levar de dia, imagina a noite? (M-10, Out., 2015).

O entrevistado M-11 cobra uma segurança mais rígida, sobretudo na questão do livre acesso ao condomínio que deve ser controlada pela portaria.

> Tenho saudade até da segurança, o nosso síndico era um Coronel e a gente aqui dentro tinha segurança, podia levantar de madrugada que estava os rondantes rodando... hoje você entra no seu apartamento e está a prova aí: é grade por todo canto, cadeado, ou seja, os prisioneiros somos nós. Já houve assaltos comprovados aqui dentro e a gente fica assim: se for sair pede pra o vizinho dar uma olhada e olha também o do vizinho porque tem que ter cuidado pra não ser assaltado. Eu tenho uma filha que mora no Dona Lindu [Condomínio Residencial localizado no bairro de Bodocongó] e se eu chegar lá e o porteiro me conhece ele me deixa entrar, mas se for dos que não me conhece eu fico lá sentado esperando até ele ligar pra minha filha e dar o meu nome. Quando ela confirmar quem eu sou aí ele deixa eu entrar (M-11, Out., 2015).

Em seu discurso M-11 evidencia a existência de um conflito interno sobre a questão da segurança que segundo ele deveria ser mais eficiente, sobretudo, em relação a portaria. O entrevistado reivindica da atual gestão uma solução mais eficiente para esse problema citando como exemplo outro condomínio onde, segundo ele, trata essa questão de forma correta.

De acordo com (M-14, Nov., 2015) falta recursos financeiros para melhorar a segurança interna, pois, “aqui tem a segurança da maneira possível que se pode pagar, o certo aqui era “botar” uma portaria privada, mas não tem recursos. Tem bloco aqui que não tem uma pessoa pagando ai fica difícil pra manter as coisas”.

Apontada pelos moradores como um dos problemas mais graves e urgentes, a questão da segurança aqui retratada mostra um quadro de insatisfação por parte dos entrevistados em relação à forma como o condomínio tem enfrentado esse problema, tanto pela falta de um apoio mais presente por parte da própria polícia e quanto de uma “ação mais eficaz” dentro do próprio condomínio, principalmente na questão da portaria ter um maior controle das pessoas que circulam no ambiente.

Em relação ao condomínio podemos observar que há um destaque, por parte dos moradores, quanto a falta de rondantes [pessoas que trabalham de moto e ficavam circulando pela área interna do condomínio] como um fator que aumentou a insegurança no local, no entanto, o síndico alega que retirou o serviço porque não tinha recursos para custear o mesmo.

Acesso a serviços de comércio

Por ser um empreendimento que está localizado numa área que antes era inabitada, os moradores do Residencial Major Veneziano I sofrem com a falta de uma infraestrutura básica por perto, sobretudo, o comércio. Alegam que não tem onde fazer feira por perto ou comprar algum remédio porque as farmácias mais próximas ficam em outros bairros. Os

entrevistados relatam que se formou na frente dos condomínios uma espécie de feirinha onde eles podem comprar lanches, carne, frutas e verduras, roupas e também encontram alguns serviços como o de borracharia, cabelereiro e barbeiro, no entanto, alegam que os preços praticados pelos comerciantes informais é muito elevado em relação ao comércio comum em outras partes da cidade e que eles muitas vezes têm que comprar por não poder se deslocar aos bairros vizinhos todas as vezes que precisam de algo.

Segundo o regimento interno (que foi elaborado com o auxilio da SEPLAN a partir dos moradores e serve de base para apontar os deveres e obrigações dos moradores no condomínio) é proibido qualquer tipo de comércio dentro no local, no entanto, alguns moradores alegam que estão desempregados e necessitam de alguma fonte de renda, outros que não tem condições de trabalhar fora (no caso das mães solteiras que não tem condições de pagar alguém pra cuidar dos filhos) e, ainda outros que perceberam que o comércio seria uma fonte de renda extra já que o residencial está localizado em uma área onde não existe esse serviço próximo e imediato.

De acordo com os depoimentos esse processo se iniciou a partir da necessidade dupla dos moradores de obter uma fonte de renda (ou uma fonte a mais) e de ter acesso aos serviços de comércio que só eram praticados nos bairros vizinhos. Neste contexto, se inicia um comércio modesto no interior do condomínio, praticado por alguns moradores em seus próprios apartamentos, mas que em pouco tempo alguns decidiram se instalarem na área em frente aos residenciais, depois disso, outras pessoas de outras áreas também instalaram algum tipo de comércio no local e hoje o que existe é uma série de barracas e trailers que vendem produtos para consumo imediato como lanches ou até itens que fazem parte da alimentação diária das famílias como (carne, verduras, frutas, arroz, feijão, etc.), como também os serviços de cabelereiro, borracharia, venda de roupas, entre outros.

Segundo os depoimentos até hoje nunca houve uma fiscalização por parte da SEPLAN (tanto dentro dos apartamentos onde o regimento proíbe, como fora deles) ou outro Órgão, e assim o comércio segue e os comerciantes reivindicam melhorias em seu local de trabalho como a construção de uma feirinha por parte da Prefeitura.

Alguns moradores (que não praticam esse tipo de atividade) reclamam de tal situação alegando que esse comércio atraiu mais violência para o local, no entanto, eles mesmos alertam que em alguns casos essa é a única fonte de renda de determinadas famílias. Tal prática tem sido importante para que os moradores não precisem se deslocar para outras áreas em busca de comprar algo.

Segundo M-01 o acesso ao comércio é da seguinte forma:

> Lanchonete tem porque a noite tem uns trailers que abriram aí fora, mas em relação a farmácia, a mercadinho, uma padaria... não tem. Tem que ser na Catingueira porque aqui não tem. Digamos assim, se você não tiver um

> remédio em casa e se uma criança ou adulto precisar urgentemente... aqui você tem que estocar porque se não vai ter que sair daqui pra Catingueira e é um pouco distante, a farmácia não é no início não, é lá pra dentro. Aqui se você precisar de alguma coisa de farmácia tem que ser de dia ou até seis horas da noite porque mais que isso não dá. É esquisito, um perigo! (M-01, Out., 2015).

De acordo com (M-02, Out., 2015) a falta de um comércio mais próximo fez com que alguns moradores começassem a vender algumas coisas em seus apartamentos: "aqui nós não temos acesso a mercado e padaria, não temos acesso a nada. Agora, tem um rapaz que abriu ali no apartamento dele mesmo uma venda que fornece pão a gente e outras coisas de feira quando se precisa".

"Aqui tem vários mini box nos apartamentos. Aí quando precisamos comprar pouca coisa compramos aqui, e na questão de farmácia tem que ir lá no outro bairro mesmo. A feira nós fazemos lá [no] centro todo mês aí traz de ônibus ou de carro mesmo" esclarece (M-04, Out., 2015).

Segundo alguns entrevistados o comércio interno é uma alternativa para os moradores que não precisam se deslocar para o bairro vizinho para comprar poucas coisas, pois, dentro do condomínio conseguem encontrar.

Como destaca (M-05, Out., 2015): "Aqui tem uma barraquinha aí "detrás" que vende pão, mas as vezes se não chegar cedo não tem mais e mercado eu vou no da Catingueira aí lá eles trazem em casa e, as vezes, quando é pouca coisa, meu marido trás na moto dele".

Alguns moradores alegam que comprar em outro local implica em gastar mais com o transporte, neste caso alguns entrevistados relatam

> O pão a gente compra por aqui que tem dois aqui dentro que vende e tem lá fora nas barracas, mas mercadinho é longe, ali na Catingueira, eu me desloco e trago de ônibus e não compro tudo de uma vez porque não dar pra trazer tudo de uma vez, tem que ser um pouco hoje e amanhã o resto (M-09).

Segundo (M-10, Out., 2015)

> Porque aqui não tem um supermercado perto a gente faz a feira por mês... aí compra no centro e paga R$25,00 ou R$30,00 pra o carro vir deixar. Com remédio a gente tem a benção de fornecer alguns [o posto de saúde], mas tem uns mais caros que ele não fornece, aí a gente vai no Centro e compra. Pra comprar coisinha pouca tem um homem que botou um box no apartamento dele, ele pegou um quarto e fez uma vendinha. Era proibido no começo, mas deixaram pra ver enquanto resolve essa situação da frente, porque aqui o supermercado é em outro bairro: Catingueira, Bairro das Cidades... aí quando a gente vai no Centro compra o que falta.

Alguns moradores reclamam do preço dos produtos que são vendidos dentro e fora do condomínio como também nos supermercados nos bairros vizinhos alguns moradores

preferem se deslocar até o centro da cidade para fazer suas compras, como nos relata (AS, Nov., 2015) a seguir:

> Na questão de supermercados existem alguns no bairro das Cidades porque aqui próximo ao Major não tem. Aí quem vai tem que ir a pé só que os preços [são] bem mais salgados e eu prefiro ir no Centro comprar e trazer de ônibus, alternativo ou táxi o que aumenta ainda mais o custo.

Sobre essa ocupação da área em frente ao residencial (SD, Out., 2015) descreve que "o acesso a comércio próximo aqui é basicamente esse de frente, a Prefeitura prometeu uma feirinha, mas não disse onde nem quando vai fazer porque no projeto original nessa área de frente era pra ter uma academia popular e uma pracinha que era pra ter sido entregue quando entregaram o condomínio aí não fizeram e agora pra fazer ninguém sabe".

E diz que não aprova, pois, "isso aqui na frente [espécie de feirinha formada por comerciantes informais] matou a área porque quem chega de fora e vê se assusta. Está muito feio essas barracas "amultuadas", eu não tenho mais coragem de ir aí de noite por causa da violência, antes era tudo separado mais depois que a Prefeitura liberou apareceu gente de tudo que é canto" (SD, Out., 2015).

Com a instalação deste comércio informal dentro e fora do condomínio os moradores tiveram acesso aos produtos que antes só compravam em locais mais distantes, porém uma das principais críticas dos moradores é sobre o preço praticado por esses comerciantes. Eles alegam que os mesmos se aproveitam da situação local pra praticarem preços abusivos porque sabem que os moradores de certa forma se sentem obrigados a comprar. Existe também, segundo os moradores, o aumento da violência devido ao comércio existente na área externa em frente ao condomínio.

No que se refere ao acesso as farmácias, eles se deslocam para bairros vizinhos para comprar remédios, algumas farmácias fazem a entrega em domicílio, porém, só entregam o produto no condomínio até as 18:00h, segundo os entrevistados os estabelecimentos alegam que o residencial pertence a uma área de risco com constantes assaltos por isso o horário de entrega é reduzido.

Pequenas mudanças no apartamento

Neste eixo da análise se buscou tratar sobre o fato dos moradores não poderem fazer pequenas mudanças no imóvel, como por exemplo: colocar grades nas portas e janelas, colocar ar condicionado, trocar a cerâmica etc. A seguir temos trechos de alguns depoimentos que relatam o que vivenciam neste sentido.

> Em relação a fazer alguma mudança no apartamento, no início eles falavam que não podia, mas ao longo do tempo as pessoas colocaram ar condicionado, grades nas portas e outras coisas. Colocam porque no início disse que não podia colocar enquanto não fizesse uma reunião geral que era

> pra ser um modelo só, um só padrão, só que isso não existiu [e] cada um viu que estava demorando, aí foram colocando cada um do seu jeito... não existiu isso de padrão. E ar condicionado eles colocaram, existe umas pessoas aqui que colocaram... quem pode colocou. Agora em estrutura, assim, mexer em alguma coisa eles não permite (M-01, Out., 2015).

Sobre este ponto os entrevistados alegaram que decidiram colocar grades nas portas e janelas por questões de segurança e que a equipe técnica da SEPLAN pediu que se reunissem para padronizar o modelo das grades, mas como não se chegava a um consenso, eles decidiram colocar por conta própria. Em relação às outras mudanças no apartamento são proibidas pelo próprio regimento interno realizar reformas que comprometam a estrutura física dos apartamentos. Sobre isso a Técnica da SEPLAN disserta que

> Essa questão do gradeado a gente permitiu, o padrão das janelas até agora tá seguindo, né? Embora tenha alguns diferentes. Agora tem algumas portas internas que são diferentes, mas pouca coisa, aí pode! Mas, colocar ar condicionado, só com orientação e já foi colocado sem orientação. Falou até em construção de cozinha americana dentro lá dos apartamentos, que eu num sei o que o brasileiro quer, atrás de estilo americano! Dentro de um apartamento daquele não pode, a gente já orientou nessa questão (TS, Out., 2015).

É interessante observar essa questão porque na medida em que os moradores se apropriam do espaço começam a surgir alguns conflitos em relação ao uso do espaço coletivo, aos deveres e obrigações de todos, à questão da segurança interna e consequentemente a ação de poder "mudar" o espaço particular (apartamento) da forma como o morador deseja. Este último se configura, sobretudo, como um conflito entre o que é "legal", o esperado e as várias e interessantes maneiras como os moradores redefinem o lugar e, consequentemente, a moradia para além dos critérios oficiais onde cada família imprime em seu lar sua forma de viver naquele espaço.

O entrevistado (M-02, Out., 2015) argumenta que "mesmo sem permitir as pessoas já colocam grades nas janelas".

Neste sentido (M-10, Out., 2015) defende que "Eu acho bacana e certo as normas de não poder mexer no apartamento, porque se eles deram essa ordem é porque sabem o que fizeram, e que é bem feito! Grade pode colocar, o meu é todo gradeado".

Durante as entrevistas os moradores se mostraram favoráveis a essa norma de não poder realizar mudanças na estrutura do apartamento, mas apenas, as mudanças que podiam comprometer a estrutura física (modificar alguma parede, abrir outra porta, etc.), em relação à colocação de grades nas portas e janelas se mostraram favoráveis porque aumentaria a sensação de segurança por parte dos moradores.

Alguns moradores deixam claro em seu depoimento que defendem o direito de

se proteger, ou seja, de aumentar a segurança do seu lar colocando grades e janelas nas portas. Em relação à colocação de ar condicionado eles alegam que o ambiente é muito abafado por isso há necessidade. Tal questão implica, também, em um processo de conflito sobre a dimensão do viver comunitariamente que algumas vezes se choca com os interesses individuais, pois os moradores se percebem enquanto experienciando algo distinto de como e onde se encontravam.

De acordo com os técnicos da SEPLAN o processo de adaptação das famílias ocorre de maneira gradativa por isso o acompanhamento deles pode durar até dezoito meses, neste tempo os técnicos realizam atividades que visam “auxiliar” na adaptação a essa nova realidade.

Venda de apartamentos

A questão da venda de apartamentos é um ponto importante para destacarmos, pois é proibida a venda desses imóveis já que são provenientes de uma política social cujo objetivo é facilitar o acesso da população que almeja conseguir a casa própria, mas não tem condições de financiá-la. Neste sentido, a Caixa Econômica Federal que é responsável pelo financiamento não autoriza a venda dos imóveis, pois pode até perder o imóvel qualquer beneficiário que praticar tal ato, porém, mesmo assim encontramos alguns moradores que relataram que essa prática existe no Residencial Major I.

Segundo M-01 no condomínio

> Tem apartamentos aqui vendidos, passados pra outras pessoas. A Seplan dizia que não podia, que ia atrás pra tomar, mas muita gente tá indo embora. E outra... quando eles vem, a pessoa que comprou conhece a pessoa que vendeu, aí combina e diz assim: “Eu passo a semana na sua casa até a Seplan vir e saber que eu to morando, quem que vai dizer que eu não estou?”, mas tem vizinhos que sabem que ela realmente não mora, que já vendeu, mas ninguém realmente diz nada não quer se envolver porque isso aí é o papel da Seplan fiscalizar, mas tem muita gente que faz isso, sabia? Passa a semana na casa pra quando a Seplan vir achar que está morando sendo que não tá, aí quando a Seplan passa a pessoa vai embora e pronto, muitos fazem isso aqui (M-01, Out., 2015).

A partir deste depoimento podemos observar como os moradores “burlam” os poderes públicos em relação ao controle sobre a moradia, ficando claro que não existe uma fiscalização e um controle efetivo por parte da SEPLAN em relação a ocupação dos apartamentos pelos devidos beneficiários. Neste sentido, podemos também questionar a própria seleção das famílias, pois, se realmente se encaixam nos critérios estabelecidos deveriam residir no imóvel e não vende-lo ou alugá-lo.

Sobre o contrato de compra e venda (M-03, Out., 2015) relata que

> Aí faz outro contrato por cima, esse apartamento aqui de frente já foi vendido duas vezes, já teve dois donos. Mas, só que esse contrato de compra e venda

> não procede porque até o momento não é de ninguém porque não foi quitado, por enquanto ainda é do Banco, então, ninguém pode vender. Aqui até onde eu sei nunca veio uma vistoria. A gente escuta boatos que tiraram gente de uns apartamentos no Major III, mas é só boato. Eu vi uma vez só a Seplan perguntando se quem estava aqui era eu mesmo como morador depois disso nada. Um apartamento desse aqui é avaliado em torno de R$100.000,00 e o que acontece é que o pessoal vende por R$10.000,00 aí piora a situação porque, em tese, quem entra num negócio desse é errado, se teve coragem de entrar num negócio errado, é porque é errado e está se arriscando muito porque quem levou o dinheiro num vai devolver. Ontem eu fui na Caixa e diz eles que em breve a Caixa vai estar fiscalizando aqui, num sei se vai mesmo.

É evidente que há um descompasso entre as estratégias dos moradores e a perspectiva técnica que segue a lógica do que é "legal" e permitido. Alguns moradores tentam de alguma maneira "burlar" tais regras impostas pela instituição (neste caso o Caixa Econômica Federal) que regula os contratos dos apartamentos, porém, cabe ressaltar que até o momento não existe nenhuma fiscalização formal sendo realizada no local, apenas as visitas técnicas da SEPLAN, que segundo os próprios entrevistados, não são regulares e que quando ocorrem não conseguem identificar tais práticas.

O entrevistado (M-03, Out., 2015) ainda descreve

> Outro problema é que algumas pessoas agem de má fé porque se não quiser o apartamento ao invés de entregar a Caixa Econômica pra repassar pra outra pessoa... aí resultado: o pessoal vende barato e termina que entra outras pessoas que na maioria das vezes é pior do que quem já estava. Aí o que acontece? No começo a gente ficava até meia noite ou uma hora da manhã lá fora e agora tem medo até de deixar a janela aberta à noite.

Essa fala tem dois elementos importantes: um seria o caráter da venda, propriamente dita e, outro, as consequências e o conflito já gerados pela vinda de outros moradores. Podemos observar também como os primeiros moradores (aqueles que participaram do sorteio) se posicionam em relação a estes moradores que se inserem no local a partir da compra ou aluguel do apartamento, estes são tidos como "não merecedores" desta moradia, pois, não participaram do processo legal como os demais.

Como mencionado outra prática existente é o aluguel dos apartamentos por parte de alguns beneficiários como relata (M-05, Out., 2015).

> Na verdade aqui eu não ganhei [o apartamento], aqui é alugado, porque é assim, a dona que ganhou isso aqui ela vendeu a outra pessoa e essa pessoa foi e me alugou, aí aqui é alugado. Mas, eu amo aqui, eu gosto, em vista da casa onde eu morava que estava com muitos problemas e eu já estava pensando em como ia passar o inverno lá, tinha cada goteira parecia uma peneira! Era uma casa antiga, casa velha, caibo podre tinha muito cupim em cima do sofá e lá eu pagava R$ 300,00 já aqui eu pago R$250,00 e aqui é "mais bom" tudo limpinho, tudo "enxutinho" isso é coisa pra rico, eu gosto muito daqui, a gente só paga mesmo o aluguel, o condomínio do apartamento é do dono.

Temos como exemplo do que foi abordado anteriormente sobre o aluguel dos imóveis a fala de M-05 que relata que reside no imóvel porque o alugou de uma pessoa que não foi a beneficiária do sorteio, ou seja, o imóvel já havia sido vendido e agora está alugado o que configura duas práticas distintas consideradas ilícitas, uma vez que o imóvel ainda não foi quitado junto ao Banco por isso não poderia ter sido vendido, no entanto, tais práticas ocorrem porque não existe uma fiscalização que possa detectar tais práticas.

Uso das áreas comuns

Todos os moradores tem acesso às áreas comuns do condomínio como salão de festas, parquinho e quadra. No caso do salão de festas o morador que desejar realizar algum evento no local pode falar com síndico e agendar, porém, neste espaço é proibida a realização de velórios, ou seja, se algum morador falecer o corpo deve ser velado em outro lugar.

Sobre o uso dessas áreas comuns os moradores relatam que

> Eles [equipe da SEPLAN] falaram que o salão de festas é pra todo mundo, quem quiser fazer uma festa é só falar lá que reservam pra pessoa. Tem os dias dos meninos jogarem bola, não são todos os dias que eles abrem e ligam os refletores pra o pessoal jogar, tem os dias aqui, eu só não sei o dia. Mas, estão com um projeto aí de fechar o salão de festas porque fica bem melhor, você fica bem a vontade se quiser fazer uma festa, um aniversário pra um filho... não vai estar aquela coisa aberta, vai estar fechadinho e vai ficar bem melhor (M-01, Out., 2015).

Ainda segundo M-01

> [consta no regimento interno] não pode ter velórios aqui, no tempo que estou aqui várias pessoas já morreram, mas não ficaram aqui. Aí morreu um senhor que parece que a família é toda de longe não tinha ninguém de perto aí ficou aqui, mas assim, fiquei besta porque foi muita gente pra falar com o síndico e explicar a situação da senhora que ficou viúva porque ela não sabia o que fazer... a família era de longe e ela não tinha condição, aí foram falar lá e ele deixou ficar, mas foi o único. Eu não sei se a partir desse senhor vai ser liberado quando alguém aí morrer ou se foi só dessa vez (M-01, Out., 2015).

Outro morador destaca que

> Todos têm o direito de fazer alguma coisa no salão de festas, mas não tem como porque ele é aberto, se ele fosse todo fechado seria melhor eu ia até fazer meu casamento lá, mas assim do jeito que está não dá porque tá aberto pra todo mundo aí não tem como evitar o acesso de quem não foi convidado principalmente as crianças por ser do lado de um parque, já fiz um evento lá e vi o transtorno (M-03, Out., 2015).

Essa questão do uso do salão de festas é bastante discutida entre eles porque apesar de ser um local público de acesso de todos os moradores, eles cobram privacidade no uso do espaço quando reservado para algum evento. Neste sentido, podemos destacar outro ponto relevante que é a proibição de velórios no salão de festas do condomínio, o

que de acordo com os moradores é uma regra absurda porque nem todos tem condição de custear as despesas e também não podem velar um corpo em casa devido ao pouco espaço. Ao que tudo indica apenas uma única exceção foi concedida, e ao que parece essa é mais uma das regras do regimento interno que os próprios moradores aprovaram.

Alguns controlam o horário de seus filhos no parquinho "Temos acesso, mas o salão de festas é aberto pra todo mundo aí não tem como a gente fazer uma festa, meus filhos brincam no parquinho de vez em quando eu levo e eles gostam, mas não deixo eles sozinhos não só vai quando eu for porque eu fico de olho" (M-02, Out., 2015).

Neste sentido, (M-06, Out., 2015) argumenta que: "As meninas usam o parquinho e, também por ser fechado [o condomínio] a pessoa solta e as vezes deixa elas brincarem, tem a quadra pra jogar bola, tem o parquinho e no salão de festas as vezes tem festa lá, tudo que tem aqui a gente usa... pena que só tem isso se tivesse mais coisas era melhor!" .

No trecho a seguir (M-09, Out., 2015) destaca que

> Confio em deixar minhas filhas brincar no parquinho, eu deixo, mas sempre dou uma olhada, sabe? Porque antes tinha rondante aqui, mas agora com esse problema de condomínio não tá dando pra pagar quase nem ao pessoal que trabalha. Aí eu vou dou uma olhada, volto, depois vou de novo, aí elas sempre tem a hora de voltar, 8:00 h ou 8:30 h estão entrando.

Porém, M-13 não confia em deixar os filhos brincar livremente no local

> Não deixo meus filhos brincando aqui, eles ficam dentro de casa só saem se for comigo ou com minha vizinha. E assim, mesmo quando eu saio ai eu deixo ela olhando eles. Quando levo os meninos pra escola gosto de sentar aqui um pedacinho que também eu não sou de ferro pra ficar trancada dentro de casa sem um quintal olhando pela janela da cozinha. Ninguém gosta de ficar preso dentro de casa (M-13, Nov., 2015).

Todos os moradores tem acesso as áreas comuns do residencial, mas observando de perto, através das entrevistas, podemos perceber um ponto de conflito em relação ao uso dessas áreas, pois, apesar de ser um local público em algumas ocasiões acaba se tornando um local privado onde o acesso é restrito a um determinado grupo, isso acontece principalmente em relação ao salão de festas, mas também ocorre com a quadra e o parquinho.

Percepção acerca do trabalho realizado pela SEPLAN

Neste eixo da pesquisa buscamos analisar a percepção dos moradores em relação ao trabalho desenvolvido pela SEPLAN, por se tratar de um empreendimento destinado às famílias de baixa renda através de uma política social.

A SEPLAN desenvolve o Trabalho Técnico Social nos empreendimentos do Minha Casa Minha Vida no município de Campina Grande este trabalho consiste no acompanhamento das famílias e no apoio à adaptação ao novo espaço de habitação. São

realizadas palestras com temas específicos da vida em condomínio, são oferecidos cursos de capacitação para jovens e adultos, além de momentos de recreação com as crianças e do trabalho de acompanhamento dos idosos. Em nossa pesquisa procuramos saber qual a opinião dos moradores em relação a esse trabalho e qual a forma de participação dos mesmos.

Neste sentido, podemos observar que alguns moradores não demonstram muito interesse pelas atividades que a SEPLAN realiza no condomínio, como demonstrado nos relatos a seguir:

> Eu participei uma vez o ano passado, mas não participo muito não. Porque até então assim... quando eles vêm fazer alguma coisa já tem muita gente aí eu não vou não. Mas, eles trazem dentista... ontem mesmo trouxeram um médico clínico geral. Curso... eu coloquei o nome pra participar de um curso de bonecas, mas até agora não fizeram (M-01, Out., 2015).

Outro entrevistado descreve que

> De vez em quando eu participo das ações da Seplan, as vezes tem alguma apresentação. Toda quarta tem pintura para as crianças e meus filhos participam agora está tendo judô, participo das palestras, mas dos cursos ainda não (M-12, Out., 2015).

O entrevistado M-05 declara que nunca participou das atividades, mas que foi para uma reunião porque na mesma seria abordada questões conflituosas do condomínio, segundo ele: “ontem mesmo teve uma reunião de lá [no salão de festas do condomínio]. As meninas da SEPLAN que veio... aí eu fui ontem, nunca tinha ido não, mas por causa desse problema de condomínio, o povo tudo sem pagar aí eu fui lá”.

Sobre a eficiência do trabalho da SEPLAN alguns moradores relatam que deixa a desejar, sobretudo na questão da fiscalização em relação a venda e o aluguel de apartamentos.

> Já participei [das ações da Seplan no Residencial], as coisas que elas dizem realmente é o certo, mas tem outras que deixa bem a desejar como a questão da fiscalização, porque no começo elas vieram de porta em porta, mas só foi uma vez mesmo, disseram que iam ficar aqui dentro fiscalizando a venda e troca de apartamentos, mas isso aí foi esquecido. Vem assim, as vezes como ontem que teve uma reunião porque o síndico ia renunciar, aí a Seplan veio pra falar com o povo porque não estão pagando o condomínio sobre isso, mas acho que em relação a fiscalização deixa a desejar [porque] o povo vende e troca e ninguém vê, só vieram na minha casa uma vez. Foi logo no começo do ano passado que elas [Equipe de Trabalho Técnico Social da Seplan] vieram aqui [no apartamento], mas elas estão sempre aí fazendo palestra com as crianças, levando pra cinema, essas coisas... fazendo cursinho... aí tem aula de pintura para as crianças. É coisa assim mais dos jovens... tem judô, capoeira essas coisas. Aí agora vai ter um curso para os adultos parece que é de manicure. Mas, existem umas coisas boas e outras que deixa a desejar porque em questão de moradia se você veio é porque precisa, aí o pessoal fica vendendo e trocando; e tem tanta gente que poderia ceder o apartamento

pra quem precisa... pronto! Foi nesse ponto que eu acho que deveria ter uma fiscalização mais rígida [e] não tem. Elas avisam o povo que vão fazer a visita aí as vezes não é o morador, aí elas chegam e as pessoas enganam e passa despercebido era pra ser mais exigente a fiscalização (M-06, Out., 2015).

Neste trecho o entrevistado dá a entender que houve certa “acomodação” por parte dos técnicos em relação ao processo de compra e venda dos apartamentos, por não conseguirem identificar tais práticas dentro do condomínio, e cobra ações mais eficazes.

Já M-09 descreve que participa das atividades

> Eu gosto! É um trabalho bom... tem palestras. Elas vem muito aqui. Ontem mesmo teve reunião. Trouxeram uns cursos de manicure, cabelo, umas sandálias havaianas com bordado, eles levam as crianças pra passeio, cinema... aí é bom! Sempre passam pra saber quantas pessoas tem, se tá morando ou tá fechado, elas ficam sempre passando (M-09, Out., 2015).

Outro morador disserta que

> Estava participando do curso de padaria, ai relaxei, mas é bacana. É muito bacana as coisas que eles trazem pra aqui, só que eu é que não quis mais ir. Elas vinham me buscar aqui em casa aí eu dizia: “pode ir na frente que eu vou atrás, já já chego!” e nunca que eu ia, só fui uma vez (M-10, Out., 2015).

Em relação à atenção com o idoso.

> A gente pra fazer alguma atividade contamos com a Seplan que leva a gente pra se distrair, marca alguma viagem aqui dentro de Campina Grande mesmo, leva pra o Parque da Criança, pra alguma praça... participei de todos [os passeios] até agora. Por sinal as meninas da Seplan tem uma consideração imensa pela gente e eu agradeço muito, elas tem muito cuidado, tem uma garota que faz parte do sistema de saúde, é Agente de Saúde, ela dá muita assistência a nós com toda a medicação que a gente necessita, facilita um pouco pra orientar onde tem, onde é pra ir, marca as consultas (M-11, Nov., 2015).

É interessante como o entrevistado M-11 avalia o serviço prestado pela equipe de trabalho técnico social através da personificação do “favor” que se configura pelo sentimento de gratidão do mesmo em relação à equipe.

Segundo (M-13, Nov., 2015) sobre os cursos, o que falta é receber o certificado de conclusão.

> Eu gosto do trabalho da Seplan, Agora só não gosto mais dos cursos porque eles dizem que vai dar o certificado e até hoje a pessoa espera sentada o certificado... que eu fiz um curso de padeiro, mas até hoje finalizei o curso e não recebi o certificado. Disseram que iam dar quando terminasse o curso, aí a gente terminou o curso e disse: “E aí o certificado?” E eles disseram: “está pra chegar”, até agora... o curso é só pra aprender.

Sobre essa questão TS esclarece que

> No eixo que é geração de trabalho e renda teve a palestra sobre empreendedorismo depois dessa a gente ainda trouxe o curso de padeiro, fez

> o curso de informática, a gente também trabalhou com uma parte dos jovens sobre como fazer currículo e sempre chamamos gente muito preparada. Nesse último caso trouxemos o CIEE pra ensinar a fazer currículo, como eles ter acesso ao CIEE, pra se inscrever com os jovens. A gente levou também um rapaz do SEBRAE quando começou essa questão desse comércio lá pra falar sobre como empreender e também foi muito bom, uma orientação ótima (TS, Out., 2015).

Ou seja, foram oferecidos diversos cursos e palestras buscando qualificar os moradores participantes, no entanto, uma questão interessante é que os alunos desses cursos não receberam certificados de participação, isso ocorreu porque a empresa que ofereceu os cursos sumiu, segundo TS que esclarece:

> A gente tá em falha só em questão de certificado, que a empresa não apareceu, aí a gente vai ver se nessa segunda fase a prefeitura mesmo dá os certificados porque a gente tem o controle, o percentual de quem participou e tudo, pra eles não perder (TS, Out., 2015).

No entanto, quando questionado sobre o encaminhamento dessas pessoas ao mercado de trabalho após os cursos TS explica que:

> Agora, nessa primeira fase a gente não encaminhou [mas] vamos tentar agora nessa segunda fase. Estamos na fase de inscrição nos cursos, começou segunda-feira. Temos os cursos de escovista, corte de cabelo e manicure para as mulheres e de eletricista predial e mecânica de motos para os homens. Quero nessa segunda fase, quando a gente entregar o certificado, tentar fazer um encaminhamento para o cadastro no SINE, mas ainda vou ver isso com o SINE. Aí agora, a gente tá nessa segunda fase do projeto. Agora, que foi a reprogramação [dos eixos do trabalho técnico social] a gente reforçou a gestão condominial, uma parte das palestras sobre saúde coletiva, e a questão dos cursos né? (TS, Out., 2015).

Cabe ressaltar que essa foi a reivindicação de alguns moradores que alegaram terem feito os cursos, mas, que não tinham como comprovar.

Já CF relata que

> Da Seplan não tenho o que reclamar não. A menina [pessoa que coordena a realização do trabalho técnico social no condomínio] trabalha muito aqui, agora é porque o povo não quer enxergar a realidade, sempre as meninas vem aqui dar conselhos, conversa, o trabalho delas é bom. Agora só o que esperava também é que Romero [Prefeito] venha pra fazer tudo o que ele prometeu pra gente, o Posto e a Creche e a nossa feira porque a gente aqui tá assim só levando, só que a gente tá esperando. Aqui a gente tá sem Posto, tem uma menina aqui que trabalha bem demais ela é agente de saúde e presidente do conselho, agora ela trabalha muito, coitada! E não tem como melhorar porque não tem o Posto de saúde pra gente aqui, mas espero que Romero venha fazer a Creche e a feirinha da gente, porque uma hora diz a gente vai ficar e outra hora diz que vai tirar. Ajeitasse as coisas aqui pra gente porque sobre outras coisas não tenho do que reclamar (CF, Nov., 2015).

De acordo com os relatos o trabalho desenvolvido pela equipe de trabalho técnico

social da SEPLAN é de relevância para os beneficiários, mas que necessita aumentar a fiscalização sobre a questão da venda e aluguel dos imóveis. E em relação aos cursos oferecidos a reivindicação é o recebimento do certificado de conclusão.

Em entrevista realizada com a coordenadora do PTTS no condomínio a questão da fiscalização está com dificuldade porque são poucas pessoas pra fiscalizar todo o empreendimento, e, sobre os certificados ainda não tinham sido emitidos por causa de um problema com a empresa que realizou o serviço. Quando perguntada se após os cursos os participantes seriam encaminhados ao mercado de trabalho, a mesma relatou que não, pois, a princípio seriam realizados apenas os cursos e que para um futuro próximo a Prefeitura estava buscando formar uma parceria com o SINE para encaminhar essas pessoas ao mercado de trabalho.

Relação com as áreas próximas

Neste ponto da pesquisa procuramos observar como os moradores do residencial Major Veneziano I se relacionam com as áreas ao entorno do empreendimento, ou seja, se eles conhecem, mantém relações de parentesco ou amizade com os habitantes de áreas próximas ou se essa relação se limita apenas ao acesso aos serviços como saúde, educação e comércio, conforme abordado anteriormente.

Quando questionados sobre a relação que possuem com as áreas vizinhas, poucos relataram conhecer alguém em outros condomínios e/ou nos conjuntos habitacionais próximos. Como podemos observar nos trechos das entrevistas que seguem.

Segundo (M-03, Out., 2015) “Tenho uma amiga que mora aqui e outra que mora no Major II e fora a elas não conheço mais ninguém em outros condomínios”.

E (M-04, Out., 2015) disserta que: “Conheço pessoas dos outros condomínios, mas das casas populares não, mas só conheço não visito”.

Diferente de (M-06, Out., 2015) que esclarece: “Conheço muita gente de outros Major, conheço porque veio muita gente lá do bairro onde eu morava e quando vim morar aqui já conhecia outras pessoas também. Tenho amiga no Major II, III e IV em todo canto conheço alguém, não sou isolada”.

A entrevistada (AS, Nov., 2015) acredita que há uma boa relação entre os moradores e a população das áreas vizinhas, pois,

> Eles [os moradores] têm relação de parentesco. Tem uma irmã que mora no Major II e ele vive no I... tem uma mãe que mora no Major III e a pessoa sempre visita... na verdade também tem aquelas comparações: “o Major I é mais organizado, o Major II é o mais bagunceiro,” então existe isso, mas assim se existe essas comparações é porque existe um fluxo de um pra o outro, não existe conflito, é tudo na paz, graças a Deus! Mas, existe essa visita de um pra o outro.

E ainda acrescenta que

> Tem circulação das pessoas do Major para os bairros vizinhos como no caso do bairro das Cidades e Catingueira, porque as crianças a maioria estudam lá, então o fluxo é diário das mães levando as crianças pra escola e voltando. E tem também o fluxo de lá pra cá porque acaba conhecendo os colegas daqui [e] vêm visitar... muitos acabam arranjando namorados aqui dentro, então acaba tendo o fluxo de pessoas de fora. Os condomínios são socialmente abertos para todo mundo, agora, existe uma certa cautela na portaria [que] depende da administração de cada Major, isso aí deve existir até para o bem de cada morador, mas existe o fluxo (AS, Nov., 2015).

Essa relação com outras áreas indica uma tendência ao isolamento por parte de alguns moradores, onde os indivíduos só conhecem e interagem com os vizinhos mais próximos, tal prática é comum nesse novo contexto de habitação em que os moradores vieram de áreas distintas e muitos não tem nenhum parente próximo que more no mesmo local ou nas áreas próximas. Isto faz com que as relações entre os indivíduos se modifiquem e sejam cada vez mais fechadas e diferentes da convivência nos bairros de origem onde todos se conheciam e interagiam com os vizinhos. No caso dos moradores do Major I a relação mais próxima que parecem ter com outras áreas do entorno é no acesso a serviços de saúde, educação e comércio por não possuírem esses serviços mais próximos de sua moradia.

Podemos destacar também a percepção dos moradores ante o entorno, pois, em algumas entrevistas eles relataram que se sentiam “isolados”, pois estavam morando em um lugar diferente, onde não era comum conhecer pessoas fora dos “muros” do residencial. É como se “não fizessem” parte do ambiente como um todo, mas apenas daquela parte em que habitam. De uma maneira geral, isso pode ocorrer devido ao fato dessas pessoas virem de áreas onde, provavelmente, residiram grande parte de suas vidas e onde a relação com as pessoas era bem mais próxima do que nos dias atuais.

Convivência com os vizinhos

Neste ponto da pesquisa se buscou analisar como se dá a relação de vizinhança entre os moradores. Sobre essa convivência alguns entrevistados descrevem apenas a relação que desenvolvem com os vizinhos mais próximos (do mesmo bloco ou de blocos vizinhos).

Como relata (M-01, Out., 2015) “aqui [no bloco em que reside] graças a Deus o pessoal são todos pessoas boas, cada um ajuda o outro quando precisa, são pessoas boas”.

E (M-02, Out., 2015) que revela “conheço meus vizinhos, mas assim de tá conversando não, só conheço não tenho intimidade”.

No entanto, (M-03, Out., 2015) demonstra uma relação bem mais próximas com os

vizinhos que outros entrevistados, pois, o mesmo descreve que

> Eu tenho uma convivência boa com todos aqui conheço quase todos, mas tem uns que não conheço porque não sou muito de sair pra conversar. Mas, tenho convivência de conversar com todos sem problemas só não gosto de estar na casa de ninguém.

Outro morador descreve que

> Aqui no meu bloco tudo bem, todo mundo se conhece todo mundo é amigo, assim, todo mundo é amigo porque a gente conversa senta, almoça uma na casa da outra, sempre conversa e está sempre pelo Whatsapp, que tem o grupo aqui do bloco, aí tudo o que se passa tá todo mundo conversando e fofocando pelo celular (M-06, Out., 2015).

Diferente de (M-05, Out., 2015) que demonstra uma relação mais isolada dos outros moradores "Minha relação aqui é mais "oi? oi!", e cada um na sua casa, mas não tenho o que falar" disserta.

Muitas vezes a relação de vizinhança ocorre mais proximamente com os vizinhos mais próximos, ou seja, do mesmo andar que habitam.

> Conheço meus vizinhos, mas, aqui tenho mais intimidade com os desses três apartamentos [do mesmo andar], os de lá de cima conheço, mas é só "oi" e "bom dia", em outros blocos conheço, mas não tenho intimidade não, não tenho muita relação não [com os outros vizinhos] (M-08, Out., 2015).

Outros relatam ter uma boa relação com os vizinhos como (M-09, Out., 2015) "conheço bastante gente aqui e tenho uma relação boa, não tenho o que falar", descreve.

E (M-11, Nov., 2015) disserta que

> Com as pessoas desse bloco aqui é quase como uma irmandade, porque a gente se conhece uns aos outros, não temos queixa com ninguém. Tem pessoas que a gente não conhece, não tem convivência, mas passa dá bom dia, boa tarde [e] a gente responde. Se precisar, aqui tem com quem contar, a gente tem o telefone de contato com todo mundo, então qualquer coisa que acontecer um liga pra o outro. Não somos muito de sair, o nosso divertimento é a TV, a convivência da gente é assim, eu gosto de sair ficar um pouco ai fora, mas é raro. E quanto ao que você falou sobre a moradia se comparando aqui com a de onde a gente morava a diferença é só essa, mas que aqui é como o céu, é um paraíso pra nós, não sei nem dizer o quanto a gente gosta do nosso canto. Agora já deu muita vontade de ir embora pela desorganização porque, não sei se você notou, mas na frente do nosso condomínio tem um "bocado" de barraca e isso não é objeto pra ficar na frente do condomínio, isso é a carência do povo e o erro vem de longe porque quando fizeram a escolha pra o pessoal vir morar aqui essas pessoas não sabiam quais eram os costumes de um condomínio fechado. Em um condomínio fechado a gente tem obrigações que foram esclarecidas e explicadas no contrato pra todo mundo e você paga condomínio pra ter direito a segurança, limpeza e outras coisas, mas aqui houve um atrito da semana passada pra cá... que ontem a noite houve uma reunião do pessoal da Seplan com o síndico e os moradores. E por sinal, nós temos que dar o elogio a quem merece, o síndico é um rapaz batalhador, é um faz tudo aqui dentro: conserta bomba de água, energia e

> tudo! Agora, ele pegou uma despesa da gestão anterior que tinha um débito enorme na administração e ele tem que arcar e pagar esse débito, só que o povo achou que ele estava errado em pagar e a maioria se recusou a pagar o condomínio, aí está existindo esse problema aqui.

No discurso acima podemos analisar o nível de conflito ante a mudança nos padrões de sociabilidade que se caracteriza pela não habitualidade da convivência em condomínio com padrões e regras previamente definidos. Onde o fato de possuir a habitação está acompanhado de uma série de deveres e obrigações que vão além da quitação do imóvel e do morar no local, pois envolvem a preocupação com a organização e o andamento do ambiente em que vivem. Neste novo contexto está implícito um novo padrão de sociabilidade que se divide em um padrão que foi imposto aos moradores quando foram relocados para o local, que corresponde ao viver em condomínio e, outro padrão que foi construído por eles em sua convivência diária.

Diante disso, percebemos que uma nova relação de vizinhança vem sendo construída, tal relação ora se apresenta nos "antigos" padrões de convivência onde não existe um sentimento de responsabilidade mais ativo com o bem estar coletivo e ora se apresenta em "novos" padrões onde o olhar coletivo se torna fator de fundamental importância para a melhoria da qualidade de vida de todos. Ou seja, o viver essa nova realidade implica olhar mais profundamente para questões que são de interesse comunitário, como o bom andamento do ambiente em que habitam cuja responsabilidade é diretamente dos próprios moradores.

Participação nas reuniões de condomínio

Nesta questão a intenção inicial era que dentro da pesquisa de campo se pudesse participar de algumas reuniões de condomínio, no entanto, no desenvolver da pesquisa observamos que a atual gestão do condomínio estava tendo alguns problemas e que não estava realizando reuniões com os moradores, segundo o síndico, estava difícil para ele trabalhar porque não tinha um Conselho que o ajudasse, mas que o mesmo já havia sido formado e que faltava apenas registrá-lo em cartório. No decorrer das entrevistas com os moradores alguns disseram que não estavam participando das reuniões por diversos motivos.

Segundo (M-01, Out., 2015) as reuniões de condomínio não são tão frequentes e falta comunicação por parte dos gestores.

> Não participo... é muito difícil... quando tem né? Porque também é muito difícil ter. Quando eles têm, é mais reunião com os representantes dos blocos... não tem com todo o pessoal não. Muita gente está querendo que eles façam reunião como a outra síndica fazia. Quando ela não fazia com os moradores tudinho, ela fazia com cada bloco em um determinado dia, aí fazia aí em baixo. Mas, aqui faz tempo isso. Quando tem e a gente fica sabendo, foi com

> os representantes dos blocos, e mesmo assim a gente não sabe de nada... aí diz que vai fazer alguma coisa, ajeitar isso ou aquilo, mas não é nada não.

Outro morador disserta que

> Participo das reuniões de condomínio, mas aqui nunca mais teve uma reunião depois que esse síndico entrou. Quando era a síndica até que ela fazia reunião todo mês, mas depois que o síndico entrou, esse novo, ele não faz reunião não (M-02, Out., 2015).

É recorrente nos depoimentos essa questão da falta de comunicação por parte da atual gestão e de não saberem quando terá reunião de condomínio.

> Estou aqui desde abril, e de abril pra cá nunca vi reunião de condomínio, vi essa de ontem que a Seplan veio fazer. Mas, ele mesmo [atual síndico] fazer, nunca vi não. Às vezes ele coloca o comunicado de papel na porta (M-05, Out., 2015).

Em alguns casos se faz uma reunião extraordinária para tratar de assuntos de emergência.

> [Reuniões de Condomínio] Só quando realmente é necessário como essa que ele disse que ia renunciar, mas que só fez comunicar e não renunciou, porque tinha que ir pra justiça, tinha que fazer umas cartas para que o povo que está em dias votasse, porque ainda vai ter uma chapa com outras pessoas pra ter outra eleição. Ele só fez se pronunciar o "porque" ele ia renunciar: porque não está entrando dinheiro! O povo estava dizendo que ele estava roubando e ele vai renunciar por causa disso (M-06, Out., 2015).

Neste sentido, (M-12, Nov., 2015) disserta sobre o "viver em condomínio" que segundo o entrevistado envolve uma série de deveres e obrigações que não estão sendo cumpridos.

> Participo das reuniões de condomínio, mas é difícil ver resultados por causa da situação. Aqui só o que eu tenho a reclamar é porque foi muito mal selecionadas as pessoas. Tem gente que não era pra tá aqui não, por essa questão de inadimplência, porque todos nós assinamos contrato se comprometendo com R$60,00 de condomínio aí baixaram pra R$50,00 e ainda tá enorme a inadimplência.

Esta é uma questão que envolve a dimensão de um conflito diretamente relacionado ao viver em comunidade, como algo para todos recente. Neste novo contexto, o viver em comunidade implica numa série de deveres e obrigações coletivas cuja responsabilidade pelo bem-estar do condomínio é de responsabilidade de todos. O viver em condomínio requer o comprometimento de todos nas questões que são de interesse de todos os moradores, como o funcionamento do residencial, neste sentido, seria interessante que todos participassem da discussão sobre os problemas inerentes e as possíveis melhorias para o local, porém, a partir dos depoimentos observamos que esta prática não está ocorrendo.

Segundo os entrevistados falta mais comunicação por parte da atual gestão em relação aos moradores. Para eles a atual gestão não está cumprindo com o seu papel porque não realiza reuniões com periodicidade, e quando realiza, não comunica a todos, além de que muitas vezes eles não sabem o que foi decidido pelo síndico. No entanto, a atual gestão alega que os moradores não contribuem com o bom andamento do local, principalmente porque não estão em dia com a taxa de condomínio (assunto discutido mais adiante) e por não se fazerem presentes nas reuniões quando convocados.

O síndico ainda alega que faz reuniões sempre que preciso e que reúne o Conselho recém formado juntamente com os representantes dos blocos para tomar as decisões e que os moradores que estão em dia com a taxa de condomínio recebem as comunicações em forma de carta, entregue nos apartamentos, e que para os demais que estão inadimplentes com o condomínio as comunicações são afixadas nas portas de entrada dos blocos.

Percepção acerca da atual administração do condomínio

Além, dos problemas relativos à saúde, educação e segurança, outra questão muito forte e presente nas entrevistas foi o nível de satisfação dos moradores com a atual gestão do condomínio. Muitos avaliam sobre as melhorias que deveriam ser feitas no local, principalmente em relação à segurança, no entanto, cabe destacar também o nível de comprometimento individual dos mesmos com essa questão, ou seja, não é só avaliar como o condomínio vem sendo gerenciado, mas também como os moradores auxiliam neste processo.

Neste sentido M-01 disserta um pouco sobre como tem sido feita a administração do condomínio.

> Aqui já foram três síndicos, o primeiro era um comandante que era Major, depois foi outra uma síndica e agora é esse que ninguém está gostando. Eu tô achando que era pra esse síndico fazer muito mais, ser mais corpo a corpo vamos dizer assim. Ele devia chegar para os moradores e procurar saber o que está acontecendo, tá entendendo? Ele ser mais acessível, mas ele nunca está por dentro de nada... é assim de bolo como se diz. Você vai atrás dele pra falar quando está precisando de alguma coisa, mas você não consegue [porque] final de semana é sempre fora (M-01, Out., 2015).

No trecho a seguir observamos que o morador não está bem informado sobre a atual administração do condomínio: "Que eu saiba é só ele que administra, mas não sei se tem ajuda de Conselho. É um péssimo trabalho o dele! A única coisa que a gente tem aqui é o povo da limpeza mesmo porque segurança ele tirou todos, só a limpeza mesmo" (M-10, Out., 2015).

É comum nos depoimentos os moradores citarem a falta de comunicação entre eles e a atual gestão como um fator recorrente e que gera certo conflito entre ambas as partes.

> Esse agora tá complicado, não estou vendo nele nada de gratificante, nada demais depois que mudou... e mudou até sem comunicar a muita gente porque eu mesmo só soube depois de 15 dias já. Aí o que acontece, segundo dizem, porque é muito boato, as assembleias antes aqui eram continuas, só que como mudou de gerenciador do condomínio, então ninguém nem sabe quando é que tem. Eu nem me interessei mais porque desmantelou tudo, complicou. Aí o que acontece a gente não tem informação só escuta os boatos. Disseram que tiraram os rondantes porque não tinha dinheiro pra pagar aí está pagando contas trabalhistas e a maioria das pessoas que moram aqui não estão pagando a taxa de condomínio, então o problema aqui está sendo este, mas aí é uma questão de administração (M-03, Out., 2015).

Alguns chegam a ser severos em suas críticas: “a administração do novo síndico é muito ruim porque ele não resolve nada” (M-04, Out., 2015).

Neste sentido M-06 argumenta sobre alguns acontecimentos que tem despertado certo conflito entre eles.

> Esse síndico está o pior... não é ele, mas a gestão é a pior porque está tudo desandando! Já cortaram a energia dos halls de entrada dos blocos, está pra cortar a energia da bomba de água e a gente vai ficar sem água, a segurança está desse jeito que tá acontecendo assalto dentro dos apartamentos e disseram que o condomínio não arca com o que roubar... e foi tudo esse final de ano, que logo no começo a gente não escutava dizer que roubaram apartamentos, a gente dizia: “aqui é muito seguro” e com o tempo foi desandando, não souberam administrar. O mato tomou conta e antes tinha jardineiro, o lixo ficando por trás dos blocos e sai voando... e cada coisa contribui. Esse ano é a pior gestão, é muito “muído”, é complicado demais (M-06, Out., 2015).

No entanto, há também quem defenda a atual administração, embora esse discurso seja minoria entre os entrevistados.

> Eu gosto da atual administração, o síndico faz de tudo, ele é mil utilidades, se quebra um portão ele mesmo conserta, caixa d’água, alguma coisa em algum apartamento se chamar ele vem. Eu não tenho o que falar dele não (M-09, Out., 2015).

Quando perguntado sobre sua administração SD descreve que

> Minha administração é sofrida porque a gente aqui tá trabalhando no vermelho, eu aqui peguei duas gestão desastrosas que deixou um rombo enorme, estou tentando corrigir. Aqui eu trabalho assim, você sabe como é você guardar o almoço pra jantar de noite? Aqui é assim: chega um dinheiro paga uma conta, chega outro paga outra... os funcionários que estavam na outra gestão ficaram com umas contas atrasadas e colocaram o condomínio na justiça aí todo mês a gente aqui paga 3 ou 4 mil de multas trabalhistas, aí sufoca! Porque você sabe que até 30% da arrecadação você pode mexer, mas depois disso já compromete o andamento. É como se fosse uma casa você tem que trabalhar em cima disso, aí está comprometendo... a gente aqui paga uma coisa e deixa outra, ou seja, o condomínio hoje está tentando sobreviver. A gente precisava muito da consciência das pessoas pra pagar o condomínio pra gente poder manter isso aqui, antes da melhoria a gente tem

> que manter, mas o pessoal não entende isso e só pensa no agora (SD, Out., 2015).

Em sua fala SD defende que o condomínio passa por uma difícil situação financeira advinda de outras gestões e em decorrência de algumas dívidas trabalhistas, no entanto, esclarece que a inadimplência da taxa de condomínio é o que mais dificulta a manutenção do local.

Em relação ao trabalho do Conselho SD disserta que

> Na minha opinião o papel do Conselho é pra fiscalizar o que está sendo feito, cobrar melhorias pra população pra ver o que a gente consegue de melhor, porque acaba colocando muito a cobrança só em cima do síndico, e todo mundo que mora ali no Major I, cada pessoa tem o seu papel e nós, que somos do Conselho, temos um papel ainda maior porque a gente se dispôs a colocar o nome e está lá ajudando... e é mais nesse intuito de ajudar e depois de fiscalizar mesmo, de ver o que é que o síndico está fazendo, se ele está colocando o que entra de financeiro no lugar certo, tentando ver a prestação de contas junto com ele e passando isso pra comunidade (SD, Out., 2015).

Em sua entrevista SD declarou que sentia falta de um Conselho que o pudesse auxiliar em seu trabalho, até como uma forma de assegurar a lisura de sua gestão, além de também diminuir a carga de trabalho e cobrança em relação a sua pessoa.

Sobre o Conselho Condominial SD relata que

> Estou formando um Conselho só falta registrar, mas já está pronto. Por falta de dinheiro é que ainda não registramos. Chamei os representantes de bloco e eles se elegeram, eu só redigi a ata, mas eles que escolheram três fiscais, o presidente e o vice. Temos o Conselho Consultivo e o Conselho Fiscal que é aquele que tem que botar a "mão na massa", ajudar, olhar as contas. No Conselho Consultivo temos o presidente, o vice, o secretário e o tesoureiro. Até pra gente dá uma multa e trazer o regimento interno, aí precisava que esse Conselho Consultivo desse conta, porque até então não tinha, passou essas duas gestão e não fizeram, ficou de "boca" e eu quero registrar para que o negócio realmente funcione e que eles venham e me ajude, quero que esse condomínio dê certo, é a minha maior vontade (SD, Out., 2015).

Observamos a partir desta fala a mobilização dos moradores em relação a gestão do condomínio. Cabe ressaltar que nem todos os moradores participaram diretamente desse processo para a escolha do Conselho, pois, foram representados pelos representantes de cada bloco que foram escolhidos por eles em outro momento.

Sobre as reuniões de condomínio observamos um conflito de informações a partir das falas de SD e AS, pois enquanto o primeiro declara que

> a gente ainda não programou isso aqui, o que programou foi que o Conselho tem que está sempre se reunindo ao menos uma vez por mês, agora com os blocos não... a gente já fez um monte num tempo desse, mas estamos salteando os blocos, no caso, primeiro é a reunião com o Conselho e depois os blocos, mas não temos calendário de reunião. Geralmente na reunião com o Conselho eu procuro chamar também os representantes de bloco porque

> são 31 aí não vem todos porque sempre falha, mas geralmente vem 20, vem vinte e pouco... aí vindo a maioria dá coro e a gente vai e repassa pra o pessoal (SD, Out., 2015).

AS relata que

> A gente tem uma reunião de Conselho a cada 15 dias, mas ai vendo a necessidade de passar faz uma reunião com os representantes pra daí levar para os blocos. As informações são repassadas também através dos avisos que colocamos na porta de cada bloco (AS, Nov., 2015).

Podemos observar que a falta de consenso entre os gestores demonstra o déficit de planejamento em relação às atividades realizadas pelo Conselho. E podemos também observar como o Conselho trabalha em relação aos demais moradores, ou seja, como eles repassam as informações sobre suas atividades para os moradores.

Um dos maiores entraves citados pelos moradores é a questão da inadimplência, neste sentido o Conselho tem se dedicado da seguinte forma:

> Hoje em dia a gente tá trabalhando muito em cima dos adimplentes, a gente manda as cartas com as comunicações só para os adimplentes, que é quem tem voz. O Conselho tem tomado algumas medidas em relação aos inadimplentes. Já botei alguns na justiça, inclusive conversei com o advogado e ele disse que já deve estar chegando o papel da justiça pra eles, porque assim colocando alguns na justiça pode ser que os outros comecem a pagar (SD, Out., 2015).

Sobre essa inadimplência em relação ao pagamento da taxa de condomínio AS relata que:

> o nosso grande problema hoje no condomínio é a inadimplência, temos cerca de 60% [de] inadimplência e estes são os que mais cobram. Porque assim, na verdade quando todo mundo foi contemplado cada morador sabia que tinha que pagar uma taxa de condomínio. Quando a gente chegou a taxa era de R$60,00 aí o pessoal falou bastante, aí baixou para R$50,00, mas se todo mundo pagasse seria ótimo porque a gente saberia que tem 100% desse dinheiro em caixa e teria uma porcentagem para cada coisa, inclusive nós deveríamos ter um fundo de caixa porque daqui há alguns anos teremos que fazer manutenção e agente não tem porque o dinheiro que entra mal dar pra pagar funcionários, justiça e a despesa do condomínio... nós temos seis processos judiciais de ex-funcionários que colocaram o condomínio na justiça e que moram lá também. Então o dinheiro que entra não dá nem pra cobrir isso praticamente. Ainda tem a questão de tributos trabalhistas porque todos os funcionários tem a carteira assinada, questão de manutenção mesmo, material de limpeza, enfim, tudo é retirado desse dinheiro que se arrecada. Só tem um detalhe aí: nós conselheiros não recebemos nada só quem recebe é o síndico, ele recebe um salário até porque é justo já que ele trabalha de manhã, de tarde e de noite, mas o Conselho não recebe nem um centavo

[porque] é uma função voluntária (AS, Nov., 2015).

Sobre essa questão de administração na maioria das entrevistas os moradores se mostraram insatisfeitos sobre como o síndico tem atuado no local, no entanto, demonstraram pouco ou nenhum interesse em ajudá-lo levando em consideração que apesar do apartamento ser um bem individual, onde cada família deve zelar, o condomínio é um bem coletivo que necessita da colaboração de todos para que ofereça uma qualidade de vida melhor. A raiz de tal questão pode estar relacionada a um aspecto cultural da população residente, levando em consideração que a maioria nunca tenha vivido em um condomínio fechado e com tantas regras a se cumprir.

Podemos elencar algumas regras como: estar em dia com a taxa de condomínio, participar ativamente das reuniões de condomínio, manter a ordem e a limpeza do local, entre outras. O síndico também alega que as pessoas não se interessam pelas atividades e cursos promovidos pela SEPLAN, que são voltados principalmente para questões de convivência e conservação do ambiente.

Taxa de condomínio

Na entrevista com o síndico, a presidente do Conselho e o conselheiro fiscal, eles disseram que cerca de 60% dos moradores não estão pagando a taxa de condomínio (que atualmente custa R$60,00) o que, segundo eles, tem contribuído para que o condomínio não consiga os recursos necessários para arcar com as despesas de conservação do local. Eles alegam que o condomínio possui dívidas trabalhistas das gestões anteriores e por conta do alto valor dessas, eles resolveram cortar alguns gastos como: retirar os rondantes que faziam a segurança do local 24 horas e diminuir o pessoal da limpeza que hoje está resumido em três pessoas. Em praticamente todas as entrevistas os moradores também citaram a situação da inadimplência da taxa de condomínio e afirmaram que todos deveriam pagar essa taxa, pois, o condomínio está passando por problemas difíceis e que é preciso ter recursos para manter tudo funcionando bem.

Segundo (M-03, Out., 2015) “No início a proposta aqui era de R$60,00 o condomínio, aí pra melhorar diminuíram pra R$50,00, mas aí o que acontece é a inadimplência, que foi acabando com o condomínio”.

Neste sentido, M-08 defende que sem a devida regularização acerca do pagamento da taxa não tem cobrar da atual gestão melhorias para o local.

> Vamos ser realista, nem todo mundo paga condomínio aqui, né? Aí não tem como o síndico resolver os problemas que tem, por falta de dinheiro. Porque tinha rondante, aí tiveram que tirar porque não tinha como pagar, tá diminuindo muita coisa, só que o síndico não tem como resolver todos os problemas do condomínio se ninguém não paga. E tem gente que tem condição e não paga, já não digo aquelas que não tem condições de pagar, mas os que tem

condição, né? Porque quando veio pra cá já veio sabendo que tinha que pagar, não paga por que não quer" (M-08, Out., 2015).

Existe morador que nunca pagou essa taxa

> Tem gente que mora aqui vai fazer dois anos e nunca pagou a taxa de condomínio e sabe que quando vai entregar o apartamento eles avisam que tem que pagar a prestação e o condomínio. Tem gente que morava de aluguel e pagava R$300,00 ou R$350,00 achava ruim. e aqui é R$50,00 de condomínio e as parcelas do apartamento são pequenas, o meu é R$36,00, mas tem gente que é R$25,00, ou seja, é muito diferente de pagar aluguel e o pessoal é tudo brigando. Aqui mesmo nesse bloco de 16 apartamentos só estão pagando 7, um bloco que tem ali só estão pagando 3. Aí o síndico fica doido e as pessoas ficam culpando ele" (M-09, Out., 2015).

O entrevistado (M-11, Nov., 2015) retrata a insatisfação em relação a situação atual.

> Gosto do apartamento, mas tenho um pouco de desgosto dessas coisas porque você ver chegar o final do mês, a gente pega o salário faz a feira, compra remédios, paga toda a despesa, mas num vê segurança, não vê um "confortozinho" lá fora por causa dos outros que uns paga e outros não paga [a taxa de condomínio] e os que não paga querem benefícios, mas como é que pode ter benefícios se não entra dinheiro? Aí como é que pode limpar os matos do condomínio, pintar e fazer as coisas ai fora? Foi seríssimo o que aconteceu aqui essa semana, ainda está sério! Nós ficamos sem energia nos blocos porque a Energisa veio aqui e cortou a luz do holl de entrada dos blocos por falta de pagamento. Estava atrasado seis meses, o que pegou todo mundo de surpresa.

Sobre a questão da inadimplência em relação à taxa de condomínio o mesmo entrevistado chama atenção para um ponto importante e que merece ser analisado, que é o perfil dos moradores, ou seja, se trata de pessoas que não tiveram convivência com um ambiente semelhante que vieram provavelmente de bairros pobres onde o estilo de vida era bem diferente do atual. Viviam em casas, pagavam aluguel e sua atenção era voltada para os gastos familiares, talvez por isso eles encarem a taxa de condomínio como uma taxa extra que pode ser "descartada" porque não faz parte diretamente do orçamento familiar.

> Como eu disse, tem gente que não sabe o que é condomínio nem como morar num condomínio, nunca pagou isso... é gente que morava nos bairros pobre por aí que pagava seu aluguel ou morava na rua livre, que vivia a vida deles e que não tinha esse negócio de no final do mês pagar R$50,00 de condomínio. Mas depois a gente fica imaginando que essas pessoas que não paga condomínio pagava aluguel que era na faixa de R$200,00 pra lá, na época e eles pagavam. Só que essa gente que veio morar aqui a maioria era gente que vivia de bolsa família, era as pessoas que trabalham com reciclagem, que tinham animais pra catar lixo. Viviam assim com esse esforço catando coisas com a carroça e o animal, e aonde é que eles iam amarrar um burro dentro de um apartamento? Uma casinha não era melhor pra eles? Mas, foi um negócio assim, desorganizado eu acho que não pensaram. Não é a gente que não quer morar misturado com essas pessoas até porque ninguém é melhor que ninguém, mas há casos e casos porque a pessoa precisa ganhar dinheiro

> (M-11, Nov., 2015).

O entrevistado acima trata também sobre moradores que trabalham com reciclagem que não possuem o perfil para morar em apartamento, pois, alguns têm como meio de transporte e auxílio de trabalho algum animal que tiveram que se desfazer para morar no local porque não tinha como cuidar ou simplesmente não ficaram morando no condomínio.

Esse outro morador desabafa

> O ruim aqui só está sendo a inadimplência, tinha que se arrumar um jeito de punir esse povo. Se não fosse a inadimplência a gente vivia melhor. Aí não pode botar uma portaria privada, num pode botar mais funcionários pra trabalhar, se tiver justiça que seja feita, porque dificulta demais o trabalho (M-14, Nov., 2015).

O pagamento da taxa de condomínio é feito da seguinte forma

> A taxa é paga da seguinte forma tem um boleto da Caixa Econômica que é pago lá ou nas Casas Lotéricas nós que emitimos todo mês pra todo mundo e entregamos, mas o boleto só vale trinta dias quando atrasa a pessoa tem que ir na Caixa pra que a pessoa lá dê baixa no sistema. Ou seja, quando a pessoa não paga fica registrado no sistema da Caixa, só que eles não se preocupam em cobrar condomínio porque o dinheiro é pra o próprio condomínio, agora de atrasar as parcelas do imóvel eles cobram. Tem gente que não está pagando nada aí se perder um apartamento desse não pode entrar em nenhum outro programa pra conseguir imóvel (AS, Nov., 2015).

A inadimplência em relação a taxa de condomínio é uma das principais dificuldades relatadas por parte dos entrevistados e sobretudo da atual gestão, o que dificulta a administração. Eles alegam que os moradores cobram por melhorias, mas que boa parte não paga a taxa de condomínio, sendo assim, como o condomínio pode realizar investimentos sem dinheiro suficiente? Essa é uma questão muito importante dentro desse contexto.

Trabalho no Condomínio

Segundo o Síndico alguns moradores realizam alguns serviços de limpeza e conservação, e portaria eles são contratados pelo condomínio com carteira assinada. De acordo com ele essa é uma forma de ajudar a alguns moradores que estão desempregados a perceberem uma fonte de renda e ajudar a manter a ordem no condomínio, porém, ele explica que atualmente o condomínio só está com duas funcionárias da limpeza e os três porteiros trabalhando, porque os custos com pessoal são altos e estão sem condições de pagar.

No entanto, a partir dos depoimentos dos próprios moradores não se conseguiu esclarecer o "porque" de tal prática, ao que parece isso ocorre no condomínio desde o inicio do trabalho técnico social, possivelmente por sugestão dos técnicos de trabalho social, pois, tomando por base o discurso técnico da SEPLAN essa é uma forma de incentivar os

próprios moradores a "cuidarem e conservarem" o espaço em que habitam, pois um dos eixos de atuação do PTTS é o de gestão condominial.

Nos depoimentos a seguir uma das funcionárias da limpeza descreve o seu trabalho e a forma como lida com o atraso no pagamento.

> O trabalho é o de serviços gerais. Aí hoje a gente está na área externa, amanhã já sobe pra limpar as escadas, limpamos cada bloco... é só nós duas pra limpar 31 blocos área externa e interna. Área externa a gente só está no primeiro dia da semana, aí dos outros dias em diante a gente fica só nas escadas. Toda semana nós limpamos os 31 blocos, mas só dá pra limpar uma vez na semana. Nós corremos muito. A gente espana, limpa o corrimão, varre aí passa o pano. Antigamente a gente lavava, mas por causa desse problema da água aí agora a gente tá só passando o pano. Nós pegamos de 07:00 às 11:00h e de 13:00 às 17:00h e tem sábado que a gente larga de 13:00h. De noite nós estamos toda quebrada (M-15, Nov., 2015).

A outra funcionária ainda descreve

> Na segunda-feira como tem lixo nós varremos tudo no geral do lado de fora, aí na terça-feira a gente começa nas escadas. Fazemos assim entre as duas, enquanto uma varre a outra passa pano no mesmo bloco, aí quando termina vai pra outro. De primeiro tinha três pessoas, aí cada uma pegava um bloco, dava pra limpar cada um ao menos duas vezes, mas a outra pessoa saiu e ficou só nós duas e o trabalho é pesado. O povo entra, mas aí atrasa o salário e o povo desiste. Nós tiramos cesta básica, mas é só no nome porque nunca vem... só recebemos duas vezes, eu estou doida pra tirar férias, mas não tem ninguém (M-14, Nov., 2015).

Sobre o pagamento "o salário não é em dia por causa da inadimplência. Pronto! A data é dia 5, mas a gente não sabe o dia que recebe, o do mês retrasado [neste caso setembro] recebemos no dia 27, semana passada, aí já tem o de outubro que é agora pra o dia 05. Quando atrasa nós compra fiado e passa arroxo porque a única fonte de renda é essa. Só Deus sabe como fazemos" (M-15, Nov., 2015).

Esse entrevistado trabalha no condomínio desde a construção, segundo o mesmo esclarece que "eu trabalhava na obra daqui de serviços gerais também, 1 ano e 7 meses, depois eu era chaveiro, o que mandasse eu fazia. Aí comecei ajudar aqui na faxina e fiquei. Me mudei dia 16 e dia 23 já comecei a trabalhar na limpeza" (M-14, Nov., 2015).

Quando pensam em deixar esse emprego esbarram na falta de recursos do condomínio para quitar todos os direitos trabalhistas "queria sair, mas o Síndico disse que não tem como porque não tem como pagar, porque depois de um ano tem que ir pra o sindicato e ele não tem condições de pagar as contas. É por isso que só "está" nós duas e o rapaz da portaria" (M-15, Nov., 2015).

O SD explicou que a dificuldade em colocar os salários em dia é fruto da inadimplência em relação à taxa de condomínio e ao fato de alguns moradores que são ex- funcionários do local colocar o condomínio na justiça e ganharem a causa, por isso o residencial todo

mês paga multas trabalhistas que consomem boa parte da receita, com isso o atraso nos salários dos funcionários ativos é quase inevitável.

Como esclarecido anteriormente a atividade desenvolvida por esses moradores dentro do condomínio faz parte de uma "política" do próprio condomínio para que os próprios moradores desempenhem os serviços de limpeza, conservação e portaria, buscando associar os moradores a essas atividades. No entanto, em algumas entrevistas percebemos uma contraposição por parte de alguns moradores que argumentam que essas atividades deveriam ser prestadas por empresas terceirizadas.

Existe ainda outro trabalho desenvolvido no condomínio que é o de Agente de Saúde que também desempenha a função de Presidente do Conselho Consultivo e que apesar dos poucos recursos (falta de posto de saúde e o número elevado de famílias sob sua responsabilidade) tenta desempenhar seu papel. Sobre o trabalho que desenvolve no condomínio como Agente de Saúde AS descreve que

> Pra você ter uma ideia, pelo Ministério da Saúde, uma agente de saúde deve prestar serviço a uma média de 150 famílias e um número aproximado de 750 pessoas [por agentes de saúde], mas só eu estou com dois Major, aproximadamente 4.000 pessoas, então, é impossível você dar conta. Costumo dizer que eu "apago incêndio" porque só vou naqueles casos mais graves que a gente vê que a necessidade é maior ou quando é as pessoas que nos procuram, porque é impossível você fazer a visita como eu sei que deve ser feita: você entrar de casa em casa e procurar saber como as pessoas estão mesmo que não estejam doentes dá as orientações do que tem no Posto... e eu sou cobrada por isso! Lá dentro do "meu Major" tem gente que me cobra isso (AS, Nov., 2015).

Em seu depoimento (AS) descreve as dificuldades inerentes à sua função que fazem com que a mesma não realize seu trabalho da forma como gostaria de ter feito. Porém, ressalta algumas ações relacionadas a saúde que conseguiram trazer para perto da população residentes nos condomínios.

> A gente está com um carro uma vez por semana do Programa Chegou o Doutor, porém esse carro cada semana visita um Major, ou seja, se nesta semana ele veio pra cá só virá de novo daqui a um mês porque nas outras semanas vão para outros Major, agora se tiver uma urgência de alguém de outro residencial nós encaixamos dependendo da necessidade e da urgência da pessoa. Embora, os moradores reclamem porque estamos encaixando outras pessoas que não são daquele condomínio, mas aí a gente tem que avisar o "porque" da urgência. Aí tem gente que diz assim: "Veio o carro do chegou Doutor e você não me avisou", mas eu não tenho condição de entrar de casa em casa. As pessoas me procuram quando está precisando de alguma coisa, pra marcar um exame ou se está doente, mas assim... o que a gente deveria fazer de preventivo não conseguimos fazer pelo número de pessoas (AS, Nov., 2015).

O condomínio também conta com a assistência do Programa Bolsa Família

> Aí nós temos o bolsa família que faz atendimento aqui em cada Segunda-feira e a gente faz o acompanhamento nutricional de quem recebe o beneficio. Aí fazemos pesagem e medimos a altura, vemos o cartão de vacinas se está em dias e juntamos os dados pra mandar pra o Bolsa Família, então em cada Major nós ficamos um mês. Por exemplo, a gente tem que fazer esse peso primeiro semestre e segundo semestre. Aí agora no segundo semestral nós começamos pelo Major I em agosto, setembro no Major II, Outubro Major III e Major IV em novembro aí fecha o ano e no próximo ano tem de novo. Toda segunda-feira é determinado para o Bolsa Família. Eles tem que fazer esse acompanhamento nutricional duas vezes no ano se não fizerem pode ser que bloqueiem o beneficio. Como não temos Posto trouxemos o trabalho pra cá, mas que só beneficia os moradores dos quatro Major Veneziano. Aí quando tiver um Posto todo o trabalho será feito lá (AS, Nov., 2015).

Outra ação importante é o fato de trazer para perto da população o Bolsa Família para que o acompanhamento seja feito, pois, como muitas famílias residentes no local necessitam do benefício seria difícil para algumas delas manter o cadastro em dia.

Outras dificuldades enfrentadas

Neste ponto se buscou sintetizar, a partir dos depoimentos dos moradores, outras dificuldades enfrentadas peleles por residirem no Residencial Major Veneziano I.

A questão do barulho.

> É isso que eu estava te falando de som alto, porque tem que ter um limite porque [e] eles não respeitam... bebedeira que não deveria acontecer de frente dos blocos e eles colocam até mesa e faz churrasco, farras, enfim, tudo que diziam que não podia quando viemos morar aqui estão fazendo, não tem nenhum respeito pelos moradores. As crianças ficam soltas até altas horas pra cima e pra baixo é uma gritaria, o entra e sai de quem quer até altas horas. É tanta coisa que tem no regimento... isso não pode, isso não pode! Som alto, num pode fazer bebedeira, mas é direto as pessoas com som alto aqui. Antigamente dizia que se ligasse o som alto aqui e reclamasse três vezes a Seplan ia bater em cima e ai dar uma multa, mas tem gente aqui que faz farra, faz festa porque você sabe que os apartamentos aqui é tudo conjugado qualquer barulhinho se escuta. Eu não sou obrigada a escutar uma música sua e você não é obrigado a escutar uma música minha e outra tem pessoas que trabalham o dia todinho e as vezes a noite e durante o dia quer dormir, aí ficam com o som ligado, você quer entrar no seu bloco... aí é mesa, churrasco na frente do bloco, isso existe? Mulher, é errado demais. Aí eu não entendo esse regimento que a Caixa e a Seplan colocam não, porque colocam mas as pessoas continuam fazendo (M-01, Out., 2015).

Essa fala situa muito bem o distanciamento entre o imposto e a forma como os moradores se apropriam, distintamente, do “legal” em suas vivências, este talvez seja um traço que trazem da antiga moradia, ou seja, do antigo estilo de vida. Outra questão é a identificação de quem entra e quem sai do condomínio através da portaria.

> Nos quatro [Residencial Major Veneziano IV] se não me engano, tem uma lista pra saber se a pessoa recebe ou não, tem até ronda, duas vezes por semana a síndica de lá paga uma viatura pra fazer a ronda dentro do condomínio. Tem

> até a hora que pode ficar embaixo conversando, é tipo um toque de recolher, tem pessoas que acham ruim, mas eu não acho porque é preciso um controle se não vira bagunça como aqui que já virou. Tudo tem que ter um limite. Quem mora no térreo sofre principalmente na frente, porque fica um monte de gente conversando aí fica na janela, sentado embaixo da janela, aí a pessoa que trabalha o dia todo e quer descansar não pode. É umas turminhas de dez horas da noite que se juntam pra conversar. Quer dizer, durante o dia ainda vai sem exageros, mas a noite não. Se ligarem um som alto aqui treme tudo, mexe com as estruturas (M-01, Out., 2015).

Onde e como lavar roupa.

> Antes era proibido colocar as roupas pra secar na janela, mas hoje pode. Quem mora em cima é mais complicado de colocar, mas quem mora embaixo dá um jeito melhor, porque não tem como secar dentro de casa, antes eles diziam: não pode isso, não pode aquilo! Mas, quando viram que em relação as roupas não tinha como enxugar aí deixaram. Já tem gente que não lava roupa aqui, lava na casa da família. Quando minha mãe era viva eu saia daqui pra lavar as roupas na casa dela na Liberdade, juntava tudo e levava aí muita gente aqui faz isso porque veja bem, quem mora no segundo, terceiro andar como vai colocar lençol na janela? Você não lava só um de cada vez, aí não dá... aqui só lava quem não tem como lavar fora na casa de algum parente (M-12, Out., 2015).

Uma dificuldade pertinente abordada em alguns depoimentos é a questão de não ter um local para estender as roupas, alguns entrevistados relataram sobre essa dificuldade chamando atenção para um aspecto muito importante do "morar", eles alegaram que é proibido estender roupas nas janelas e ou em áreas comuns do prédio e que alguns lavavam as roupas nas casas dos parentes, porém, aqueles que não podiam lavar fora se prejudicavam porque não tinha onde colocar sua roupa para secar, ou seja, o condomínio deveria ter um local apropriado para isso.

Em relação a outros problemas, M-02 esclarece que "a falta de segurança, de educação e a saúde que a gente não tem são os principais problemas. Nós recebemos a moradia, mas não é só isso que precisamos" (M-02, Out., 2015).

Segundo M-03 uma dificuldade enfrentada é a falta de comunicação entre os gestores e os moradores.

> Eu mesmo particularmente desde que cheguei aqui eu acho muito bom. O problema está na questão do pensamento das pessoas, porque os apartamentos são bem estruturados o condomínio tem uma estrutura física muito boa, por fora aqui é tudo cerca elétrica, ou seja, a segurança em parte é boa só que no momento a segurança não está sendo controlada, porque no início tinha outra administradora aí pediram pra trocar e trocou, só ficamos sabendo bem depois, aí aos poucos foram saindo os funcionários porque eles alegam que não estão pagando o condomínio em dia, motivo do qual está complicando o funcionamento. Pra nós o principal problema é a administração do condomínio porque ônibus aqui a gente tem de sobra, eu mesmo toda vez que saio daqui, na maioria das vezes, saio correndo porque já vejo o ônibus. Aí o ônibus tem um percurso muito longo o problema

> só é esse porque "arrudeia", se tratando de mobilidade urbana ele anda demais, mas em se tratando da estrutura física aqui tem garagem tem vários apartamentos inclusive esse que é adaptado para portadores de deficiência aí vem com cadeira de banho, com as barras na parede pra pessoa segurar, mas que no caso eu tirei, porque a minha deficiência é em outra coisa. Aí tem prioridade pra idosos, é tudo bem feito. Agora o problema que tem em todos os condomínios até onde eu sei passa pela administração (M-03, Out., 2015).

O entrevistado M-11 desabafa sobre os governantes

> Agora a gente precisa dos Poderes Públicos, do Prefeito, Governador, dos Deputados que vieram aqui enganar a gente, de Senador... de eles vir e olhar pra o Major Veneziano que foi feito pra o beneficio dos pobres e estes pobres estão praticamente jogados na rua abandonados aqui. Eles botaram aqui e deixaram como se fosse um bocado de ovelha desgarrada e esqueceram de tudo que precisa aqui. Aqui precisa de ajuda imediata dos poderes públicos e de gente que tenha coragem de falar (M-11, Nov., 2015).

A questão do preconceito

> Como pessoa, como moradora, eu tenho uma esperança muito grande que esse Major ele ande e que realmente vá pra frente. Que a gente não leve o nome de "mundiça" como tem levado porque as pessoas de fora... se você for pra algum local e perguntarem onde você mora e você disser que é no Major as pessoas dizem: "é no Carandiru?", ou seja, eles tentam colocar a imagem que aqui só tem pessoas ruins, só tem bandidos, marginal, e isso é muito ruim porque a gente que mora aqui sabe que não é isso, aqui tem muita gente boa, pessoas que querem ver um Major diferente, pessoas que todos os dias colocam uma sacolinha na mão e todos os dias vai juntar o lixo da sua porta pra ficar melhor, planta um jardim, faz limpeza próximo ao seu bloco tudo isso visando uma melhoria como também tem aquelas pessoas que infelizmente tem condições de melhorar aonde mora e não melhora pelo simples fato de não pagar o condomínio, mas ai é questão de consciência (AS, Nov., 2015).

Nesta análise observamos como a perspectiva da política habitacional ao reduzir-se a casa (a distribuição de moradia), termina por gerar um processo de não acomodação por parte da população residente no local, em relação à ausência relacionada ao atendimento e vinculação as outras políticas que são de igual importância, a exemplo da questão da segurança, educação e saúde. Em todos os depoimentos coletados e a partir das visitas ao local foi possível constatar de perto as necessidades imediatas daquelas famílias, tais necessidades são consequência da forma como essas foram inseridas e da infraestrutura que encontraram no local. Não se pode deixar de lado tais necessidades. As autoridades competentes devem agir em favor dessa população que precisa e merece ser assistida por todos os serviços básicos a que tem direito como uma forma de assegurar seu pertencimento à cidade.

PARA NÃO CONCLUIR

Buscamos com essa dissertação apresentar elementos sobre a produção e a apropriação do espaço urbano de Campina Grande a partir da análise do empreendimento Residencial Major Veneziano I que é destinado às famílias de baixa renda e faz parte das ações do Programa Minha Casa Minha Vida do Governo Federal desenvolvido em parceira com a Prefeitura Municipal e Caixa Econômica Federal. Tratamos de mostrar a forma como essas famílias são inseridas em uma nova realidade de habitação, bem como a forma como as mesmas estão se relacionando com o espaço em que vivem, mostramos também toda infraestrutura (do condomínio) ou a falta dela (aparelhos sociais como escola, creche, Posto de Saúde e etc.) e a forma como essas famílias se relacionam entre si.

Nos três capítulos apresentados neste trabalho: 1 – Desenvolvimento e espaço urbano; 2 – Questão urbana na contemporaneidade: reflexões teóricas e 3 – Desenho da pesquisa: dados e análises, se buscou desenvolver a temática a partir da literatura sobre o desenvolvimento urbano nas cidades atualmente, mostrando como a cidade de Campina Grande cresceu em termos urbanos e como parte da população tem se apropriado desse espaço a partir da análise do empreendimento Major Veneziano I. Buscamos mostrar a realidade de uma população que antes vivia em diversas áreas da cidade e que não possuía habitação própria, mas, que a partir da politica de habitação do MCMV foi transferida para um local específico onde puderam ter acesso à moradia, no entanto, com difícil acesso a uma série de itens que fazem parte de uma infraestrutura que garante o bem-estar da população. Ao analisarmos esse aspecto do "viver na cidade" observamos características de uma cidade capitalista que esta associada à produção e ao uso dos equipamentos de consumo coletivo que por vezes se restringe a determinadas classes.

Constatamos, a partir da pesquisa de campo, algumas dificuldades percebidas pelas famílias em relação ao "viver" no local, pois o residencial carece de uma infraestrutura social que possibilite a essa população o acesso a serviços como saúde, educação, segurança, além de acesso ao comércio de forma adequada e igualitária próximo ao local de moradia, fato que faz com que essas famílias se sintam "isoladas" da cidade. Verificou-se também a dificuldade de adaptação dos beneficiários em relação à nova forma de "morar" ou "residir" em um condomínio que exige dos indivíduos um maior cumprimento dos deveres e obrigações (pagamento de taxa de condomínio) que visam o bem estar coletivo.

Ao analisar a moradia observamos um dos aspectos do processo de produção da cidade que por vezes se apresenta excludente e contraditória, já que não oferece as mesmas oportunidades de moradia a todos os habitantes. Levando em consideração o conceito de desenvolvimento abordado percebemos que o município de Campina Grande passa por um

processo de crescimento de seu tecido urbano, mas que necessita voltar-se para outros aspectos que são necessários para o bem-estar coletivo, como uma infraestrutura que atenda as necessidades da população em todas as partes da cidade, sobretudo, nas áreas periféricas onde reside a população de menor poder aquisitivo.

Outro aspecto importante é a falta de comprometimento das políticas de habitação com a construção e o desenvolvimento da cidade, pois estas políticas são direcionadas apenas para a diminuição do déficit habitacional do município sem dar a devida atenção ao planejamento urbano.

Neste sentido, falta uma maior articulação do poder público responsável pelo desenvolvimento das políticas habitacionais para que possa oferecer a população atendida por esses projetos uma melhora real na qualidade de vida, pois quando se fala em habitação não nos referimos apenas a moradia, mas a um conjunto de elementos essenciais que compõe o "viver" em um determinado local, e a este, todos devem ter acesso. Ou seja, esse modelo de habitação imposto gera inúmeros conflitos internos (entre os próprios moradores que tentam se adequar a essa nova realidade), externos (quando os mesmos se deparam com as dificuldades de acesso a serviços como saúde, educação, segurança entre outros, por exemplo) e até a exclusão ou isolamento dessa população em relação ao "pertencimento" a cidade.

Por fim, espera-se que este estudo possa contribuir para o aprofundamento da discussão sobre o tema, no sentido de trazer uma melhor qualificação das ações relacionadas ao desenvolvimento urbano do município, que visem não somente o crescimento do tecido urbano, mas também proporcionem uma infraestrutura adequada que venha oferecer melhores condições de vida para toda a população, pois, pensar a cidade é pensar nas necessidades inerentes a todas as camadas da população que residem nas diversas áreas da cidade assegurando a todos os residentes seu "pertencimento" à cidade.

REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri. As cidades e as contradições espaciais da “revisão competitiva”. In: LIMA, Marcos Costa (Org.). **Dinâmica do capitalismo pós-guerra fria**: cultura tecnológica, espaço e desenvolvimento. São Paulo: Unesp, 2008. p. 243-265.

ALBUQUERQUE, Francisco; ZAPATA, Tania. A importância da estratégia de desenvolvimento local/territorial. In: DOWBOR, Ladislau; POCHMAN, Márcio (Org.). **Políticas para o desenvolvimento local.** São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2008. p. 215- 219.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **A Cidade**. 8. ed. São Paulo: Contexto, 2007a.

________. **O espaço urbano:** novos escritos sobre a cidade. São Paulo: FFLCH, 2007b.

________. A natureza do espaço fragmentado. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 222-228.

CASTELLS, Manuel. **A questão urbana.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

GIL, Carlos Antônio. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2012.
HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço.** 2. ed. São Paulo: Annablume, 2005.

________. **Condição pós-moderna:** uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: SOBRAL, Adail Ubirajara, GONÇALVES, Maria Stela. 5ª Edição. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Cidades. **Campina Grande:** infográficos: dados gerais do município. 2014. Disponível em: <http://www.cidades. ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=250400&search=paraibalcampina- grandelinfograficos:-dados-gerais-do-municipio>. Acesso em: 30 maio 2015.

LIPIETZ, Alain. **Audácia:** uma alternativa para o século 21. Tradução ABREU, Estela dos Santos. São Paulo: Nobel, 1991.

MAIA, Doralice Sátyro et al. Síntese da história da cidade e de seu processo de urbanização. In: ELIAS, Denise; SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão; RIBEIRO, Beatriz. (Org.).

Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Campina Grande e Londrina. São Paulo: Outras Expressões, 2013. p. 29-189.

MARICATO, Erminia. **Para entender a crise urbana.** São Paulo: Expressão Popular, 2015.

________. *As ideias fora do lugar e o lugar fora das ideias.* In: ARANTES, Otília, VAINER, Carlos, MARICATO, Ermínia. **A cidade do pensamento único: Desmanchando consensos.** Ed. Vozes, Petrópolis, 2000.

NICOLAS, Daniel Hiernaux. Tempo, espaço e apropriação social do território: rumo à fragmentação na mundialização? In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de;

SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **Território, Globalização e Fragmentação.** 5. ed. São Paulo: Hucitec, 2002. p. 85-101.

PEREIRA, William Eufrásio Nunes. **Reestruturação do setor industrial e transformação do espaço urbano de Campina Grande-PB a partir dos anos 1990.** 2008. 359 p.

Dissertação (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE. **Proposta do trabalho técnico social - Projeto Minha Casa Minha Vida: aquisição de unidades habitacionais Residencial Major Veneziano I.** Secretaria de Planejamento/SEPLAN. Campina Grande. Nov., 2013.

RODRIGUES, Arlete Moysés. **Moradia nas Cidades Brasileiras.** 9. ed. São Paulo: Contexto, 2001.

SACHS, I. **Desenvolvimento includente, sustentável, sustentado.** Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SALGUEIRO, Teresa Barata. Espacialidades e temporalidades urbanas. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; LEMOS, Amália Inês Geraiges. **Dilemas urbanos:** novas abordagens sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2003. p. 99-104.

SANTOS, Cilícia Dias dos. A formação e produção do espaço urbano: discussões preliminares acerca da importância das cidades médias para o crescimento da rede urbana brasileira. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional.** v. 5, n. 1, p. 177-190. Taubaté, out. 2008. (1).

SANTOS, Milton; ELIAS, Denise (Col.). **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da geografia. 6. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2014.

________. **A urbanização brasileira.** 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2013.

________. **Urbanização brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1994.

SASSEN, Saskia. **Sociologia da globalização.** Porto Alegre: Artmed. 2010.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade.** Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SILVA. Eugênio Ribeiro. **O planejamento estratégico sem plano:** ícones urbanos e dinâmica imobiliária em Natal. 2012. 137 p. Dissertação (Mestrado em Estudos Urbanos e Regionais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2012.

SILVA, R. C. N. da; MACÊDO, C. de S. **A Urbanização Brasileira.** Programa Universidade a Distância. Disciplina: Geografia Urbana. Rio Grande do Norte: UFRN/UEPB, 2009.

SIMMEL, Georg. As cidades e a vida do espírito (1903). **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005.

SOUSA, Fabio Gutemberg Ramos Bezerra de. Campina Grande: cartografias de uma reforma urbana no Nordeste do Brasil (1930-1945). **Revista Brasileira de História.** v. 23, n. 46, São Paulo, 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid =S0102-01882003000200004>. Acesso em: 5 jul. 2015. (1).

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Mudar a Cidade:** uma introdução critica ao planejamento e à gestão urbanos. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

________. **ABC do desenvolvimento urbano.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano*:* escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. In: CARLOS, Ana Fani Alessandri; SOUZA, Marcelo Lopes de; SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão (Org.). **A produção do espaço urbano:** agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. p. 123-145.

ANEXOS

ANEXO I - FOTOS DO RESIDENCIAL MAJOR VENEZIANO I

Figura 1 – Entrada do Residencial Major Veneziano I

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

Figura 2 – Parquinho do Condomínio

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

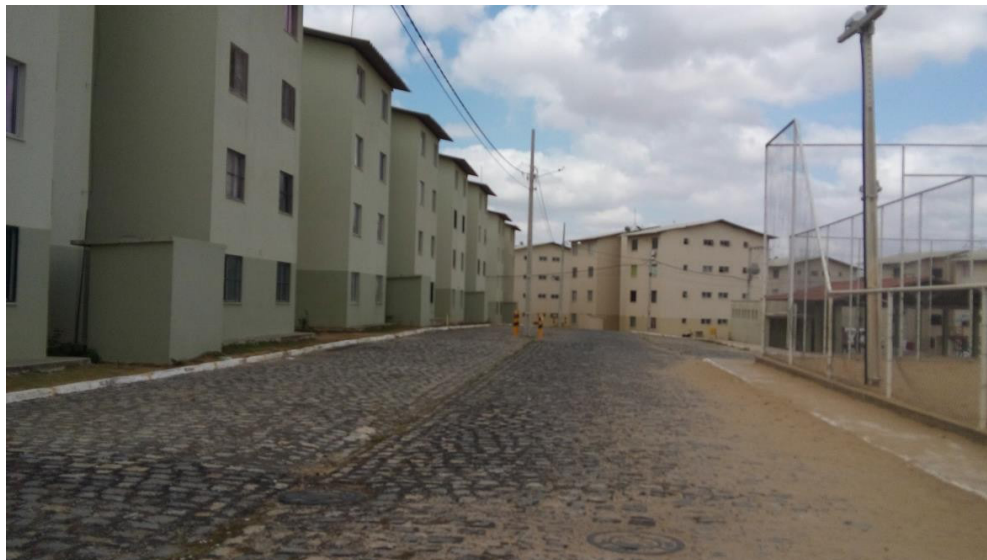



Figura 3 – Blocos do Residencial e ao lado a quadra poliesportiva

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

Figura 4 – Blocos do Residencial Major Veneziano I

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

Figura 5 – Quadra Poliesportiva do Condomínio

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

Figura 6 – Depósito de Lixo e Reciclagem do Condomínio

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

Figura 7 – Trabalho de Limpeza do Condomínio

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

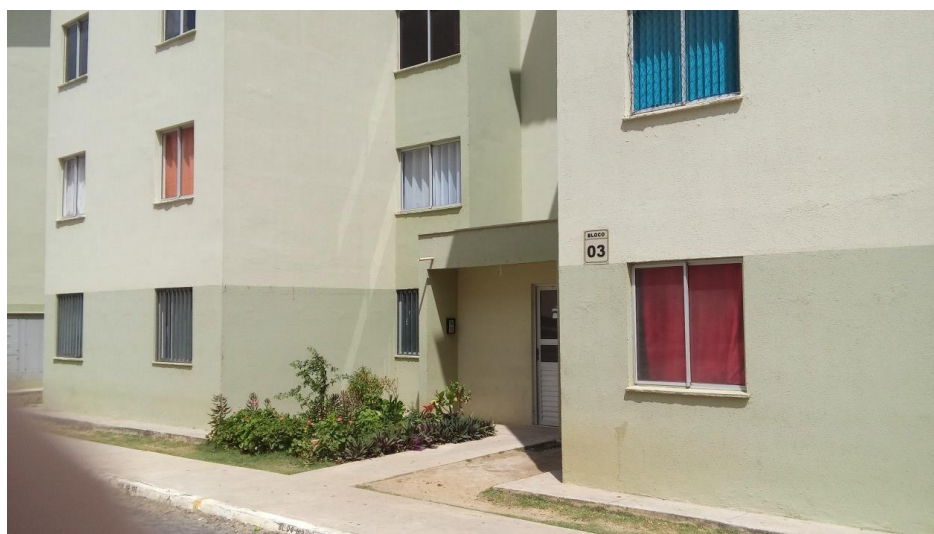



Figura 8 – Entrada de um dos blocos do condomínio

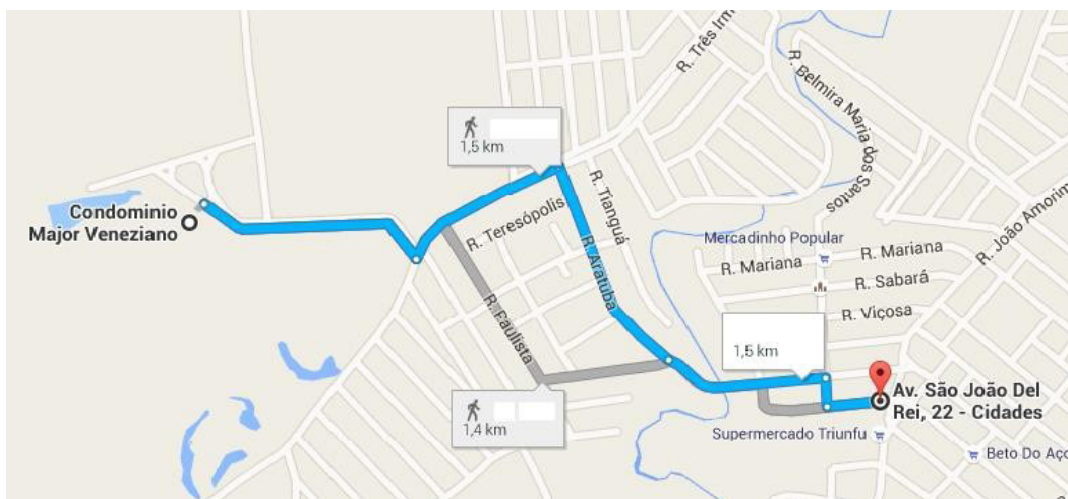
Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

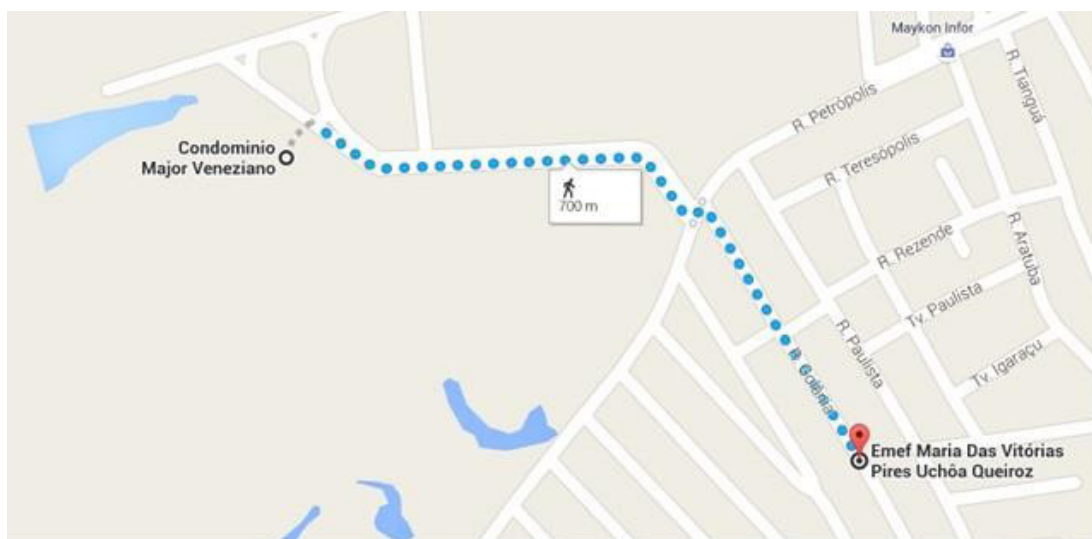
Figura 9 – Feirinha em frente aos Residenciais Major Veneziano

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

Figura 10 – Terreno em frente aos Residenciais Major Veneziano

Fonte: Acervo pessoal do pesquisador (2015)

ANEXO II - MAPAS

Mapa 1 – Distancia entre o Condomínio Residencial Major Veneziano I e o Posto de Saúde do Bairro das Cidades

Fonte: Google Maps (2016)

Mapa 2 – Distancia entre o Condomínio Residencial Major Veneziano I e a Escola Municipal Maria das Vitórias (Bairro das Cidades)

Fonte: Google Maps (2016)

SOBRE OS AUTORES

ANA KELI DE QUEIROZ (AUTORA PRINCIPAL): Graduada em Economia (UFCG) e Geografia (UEPB), Especialista em Gestão Pública Municipal (UFPB) e Mestre em Desenvolvimento Regional (UEPB). Atualmente cursando licenciatura em letras português/espanhol pela UEPB virtual. Tutora presencial e a distância de cursos técnicos pelo sistema Senar Etec. Atua principalmente nos temas relacionados ao desenvolvimento urbano e regional (com ênfase na produção, distribuição e apropriação do espaço urbano), economia brasileira (com foco principal na economia nordestina), políticas públicas relativas a trabalho, emprego e renda e a finanças públicas municipais, além de temas que abordam a relação entre desenvolvimento, Estado e os conflitos sociais. E-mail: anakelidequeiroz@gmail.com. Lattes: http://lattes.cnpq.br/7790271172890026.

LEONARDO DE ARAÚJO E MOTA (ORIENTADOR DA PESQUISA): Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor do Departamento Ciências Sociais (DCS) e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB). E-mail: leonardoamota@servidor.uepb.edu.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/3578108426426873

MARIA JACKELINE FEITOSA DE CARVALHO (ORIENTADORA DA PESQUISA): possui Graduação em Ciência Política, Mestrado e Doutorado em Sociologia. Docente (Doutora Associada -DE) da Universidade Estadual da Paraíba (UEPB),vinculada ao DCS(Departamento de Ciências Sociais) , atualmente é pesquisadora do Núcleo Paraíba do Observatório das Metrópoles e Líder do GEUR (Grupo de Estudos e Pesquisas sobre o Urbano). Tem trabalhado com ênfase na Sociologia Urbana, com discussão relacionada aos seguintes temas: direito à cidade, moradia, assentamentos precários, ZEIS, dinâmicas espaciais; espaço público. Merece registro a experiência técnica , com atuação no planejamento e gestão urbanos. Conselheira Concidade (Campina Grande -PB); Membra do Fórum Zeis; constrói a organização Frente pelo Direito à Cidade de Campina Grande (PB). E-mail: jackeline.carvalho@servidor.uepb.edu.br. Lattes: http://lattes.cnpq.br/2868358184820847.